

Lara Izabella Tosta Arantes

Pós-graduação na Universidade Federal de Goiás: análise das ações alinhadas ao Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) e ao Plano Nacional de Educação (PNE)

GOIÂNIA - GO
2016

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: ☒ **Dissertação** ☐ **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação

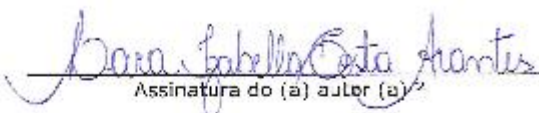
Nome completo do autor: Lara Izabella Tosta Arantes

Pós-graduação na Universidade Federal de Goiás: análise das ações alinhadas ao Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) e Plano Nacional de Educação (PNE).

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento ☒ **SIM** ☐ **NÃO¹**

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.


Assinatura do (a) autor (a)²

Data: 30 / 10 / 16

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

² A assinatura deve ser escaneada.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA – FCT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PROFIAP



**PÓS-GRADUAÇÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS:
ANÁLISE DAS AÇÕES ALINHADAS AO PLANO NACIONAL DE PÓS-
GRADUAÇÃO (PNPG) E AO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
(PNE)**

Linha de Pesquisa

Administração Pública: Políticas Públicas, formulação e gestão

Orientadora

Prof^a. Dr^a. Cláudia Regina Rosal de Carvalho

Co-orientadora

Prof^a. Dr^a. Eliane Moreira Sá de Souza

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Administração Pública - PROFIAP da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração Pública.

GOIÂNIA-GO

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

ARANTES, LARA IZABELLA TOSTA

Pós-Graduação na Universidade Federal de Goiás: análise das
ações alinhadas ao Plano nacional de Pós-Graduação (PNPG) e ao Plano
Nacional de Educação (PNE) [manuscrito] / LARA IZABELLA TOSTA
ARANTES. - 2016.
CXIII, 113 f.

Orientador: Prof. Cláudia Regina Rosal de Carvalho; co
orientador Eliane Moreira Sá de Souza.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Campus
Aparecida de Goiânia, Programa de Pós-Graduação em PROFIAP,
Goiânia, 2016.

Bibliografia. Apêndice.

Inclui siglas, abreviaturas, lista de figuras.

1. Universidade. 2. Metas. 3. Pós-Graduação. 4. Pesquisa. 5. Plano
Nacional de Pós-Graduação. I. Carvalho, Cláudia Regina Rosal de ,
orient. II. Título.

CDU 005



ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata Nº12 de defesa de dissertação de
LARA IZABELLA TOSTA ARANTES
para obtenção do título de Mestre em
Administração Pública.

Aos 30 dias do mês de setembro de 2016, no horário de 13h30min às 15h30min, foi realizada na sala 24 da Faculdade de Ciências e Tecnologia, a defesa pública de dissertação do(a) aluno(a) do Mestrado Profissional em Administração Pública, **LARA IZABELLA TOSTA ARANTES**, intitulada: "PÓS-GRADUAÇÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS: ANÁLISE DAS AÇÕES ALINHADAS AO PLANO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E AO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO". O candidato apresentou seu trabalho durante 30 minutos e na sequência foi arguido(a) pela Banca Examinadora, constituída pelos docentes: Dra. Claudia Regina Rosal Carvalho (Orientadora e Presidente da Banca – FCT/UFG); Dra. Eliane Moreira Sá de Souza (Co-orientadora - FCT/UFG), Dra. Alethéia Ferreira da Cruz (Avaliadora Interna – FCT/UFG) e Prof. Dr. Bento Alves da Costa Filho (Avaliador Externo - Faculdades Alfa). Concluída a arguição, o(a) candidato(a) foi APROVADA pela Banca Examinadora que concedeu um prazo de 30 dias, para o(a) candidato(a) efetuar as correções sugeridas e apresentar a dissertação em sua redação definitiva.

E, para constar, foi lavrada a presente Ata, que vai assinada pelos membros da Banca Examinadora.

Aparecida de Goiânia, 30 de setembro de 2016.

Profa. Dra. Claudia Regina Rosal Carvalho
(Orientadora)

Profa. Dra. Eliane Moreira Sá de Souza
(Co-Orientadora - FCT/UFG)

Profa. Dra. Alethéia Ferreira da Cruz
(Avaliadora Interna - FCT/UFG)

Prof. Dr. Bento Alves da Costa Filho
(Avaliador Externo - Faculdades ALFA)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a Deus, Meu Mestre maior, pelo dom da vida e pelos planos que confiou a mim. À minha família, em especial, meus pais, Felismar e Fabiana, por terem me permitido, desde cedo, a oportunidade de estudar, ler, brincar e imaginar o mundo por outras possibilidades. À memória de minha avó, Maria Ricarda Arantes.

Aos amigos, peças essenciais no papel de tornar mais doce a jornada: os de infância, colegas de trabalho, de classe e de sorte. À minha irmã de alma, Mariana Bueno. Hygor Fernandes, pelo apoio ao longo deste Mestrado.

A todos supracitados, meu muito obrigada. Por fim, dedico este trabalho aos que acreditam na educação como maior arma para a revolução desta nação e que apostam na busca pelo conhecimento como filosofia de vida e escada para a cidadania.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à responsável por este trabalho, minha orientadora e amiga, Prof^a. Dr^a. Cláudia Regina Rosal de Carvalho e Prof^a. Dr^a. Eliane Moreira de Sousa, por aceitar ser minha co-orientadora e me ajudar a enxergar as dimensões de uma pesquisa científica. Agradeço também ao Professor Eliseu Vieira Machado Júnior, professor da primeira disciplina que realizei neste Mestrado e que foi a base para muitas reflexões, que tanto desenvolvi nessa dissertação, como levarei para serem trabalhadas em outros projetos.

Ao Pró-Reitor de Pós-Graduação da UFG, Prof. Dr. José Alexandre Felizola Diniz Filho, que me recebeu para uma conversa na Pró-Reitoria, expondo com clareza e simplicidade o trabalho lá desenvolvido.

Ao Coordenador do Centro de Gestão Acadêmica da Regional Goiás da UFG, Prof. Ms. Alison Cleiton de Araújo e ao coordenador administrativo da Regional, Lourentino Ferreira dos Santos, por compartilharem comigo suas experiências práticas na Universidade Federal de Goiás.

Agradeço ainda, aos amigos e ex-colegas de trabalho na UFG, Rodolfo Siqueira da Veiga Jardim e Paola Francielle Silva do Nascimento, pela sempre ágil e eficiente tarefa na prestação de informações solicitadas. Também aos meus colegas, Wender Prudente e Prof^a. Ruth Viana pelas contribuições quanto à melhor formatação deste trabalho.

Finalizo agradecendo à Universidade Federal de Goiás, instituição pela qual tenho enorme respeito, que me proporcionou oportunidades de trabalho e estudo, de fazer muitas amizades e de conhecer pessoas que me serviram de inspiração e ao Instituto Federal Goiano, *Campus* Trindade por me acolher como servidora no último ano, dando continuidade aos meus projetos de trabalho na educação.

“Educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo. ”

RESUMO

ARANTES, L.I.T. – Alinhamento de Estratégias da **Pós-graduação na Universidade Federal de Goiás ao PNPG e ao PNE: Ações na Universidade Federal de Goiás**. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

Analisa-se a situação da pós-graduação na Universidade Federal de Goiás, especialmente se a oferta dos programas e ações está em conformidade com as diretrizes e metas mais amplas e estratégicas contidas no PNPG (Plano Nacional de Pós-Graduação) e no PNE (Plano Nacional de Educação), na tentativa de obter uma visão holística da universidade, apontando todas as ações setoriais influenciadas direta ou indiretamente pela política de pós-graduação institucional. O objetivo deste trabalho é analisar o alinhamento entre as diretrizes contidas no Plano Nacional de Educação, Plano Nacional de Pós-Graduação e Plano de Desenvolvimento Institucional na Universidade Federal de Goiás, observar os pontos de melhoria, fazendo um julgamento do que está sendo realizado hoje na universidade, propondo, assim, um plano de ação que venha a impactar planejamento das ações de pós-graduação desenvolvidas na UFG e contribuindo para o avanço institucional, consolidada a importância da melhoria da pós-graduação para a expansão e conceito da universidade. Foi realizada uma revisão literária no temas de políticas públicas, especialmente aquelas voltadas para a educação superior e para a expansão e evolução da pós-graduação no Brasil, além de uma comparação das metas e objetivos do PNPG e PNE com o PDI da Universidade e relatórios de autoavaliação institucional. A metodologia também se pautou numa análise de dados extraídos da plataforma Sucupira da Capes. Os resultados concluídos no plano de ação, através de um diagnóstico do que a UFG realiza com êxito e das ações em falta ou que apresentam pontos de melhorias visam a uma maior aproximação das expectativas da comunidade acadêmica, das normas norteadoras do MEC, da CAPES e da sociedade com relação ao desenvolvimento educacional e tecnológico.

Palavras-chave: Universidade. Metas. Pós-Graduação. Pesquisa. Plano Nacional de Educação.

ABSTRACT

ARANTES, L.I.T. - Postgraduate Strategies alignment at the Federal University of Goiás to PGNP and PNE: Actions at the Federal University of Goiás, Goiânia.

Analyzes the situation of the graduate at the Federal University of Goiás, especially if the offer of programs and actions are in accordance with the guidelines and wider and strategic goals contained in PGNP (National Plan for Graduate Studies) and PNE (National Education plan) in an attempt to get a holistic view of the university, pointing out all the directly influenced sectoral actions or indirectly by institutional graduate policy. The objective of this study is to analyze the alignment between the guidelines contained in the National Education Plan, National Plan for Graduate Studies and Institutional Development Plan at the Federal University of Goiás, observe the improvement points, making a judgment of what is being done today university, proposing a plan of action that will act contributing to the planning of graduate actions developed at UFG and thus contributing to the institutional advancement, consolidated the importance of improving graduate to the expansion and concept university. The methodology also was based on data extracted from analysis of Sucupira platform Capes. The results concluded in the action plan, through a diagnosis of the UFG performs successfully and stock missing or have points of improvements aimed at further harmonization of the expectations of the academic community, the guiding rules of MEC, CAPES and society with regard to educational and technological development.

Keywords: University. Goals. Postgraduate studies. Search. National Education Plan.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - As metas do PNE.....	22
Quadro 02 - Diretrizes do PNPG.....	37
Quadro 03 - Lista de Documentos Utilizados	47
Quadro 04 - Programas de Pós-Graduação na UFG avaliados com conceito 4	56
Quadro 05 - Programas de Pós-Graduação na UFG avaliados com conceito 3	58
Quadro 06 - Diagnóstico de ações na pós-graduação na UFG	62

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Andifes – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
Capes - Comissão de Avaliação de Pessoal de Ensino Superior
CAVI – Comissão de Avaliação Institucional da Universidade Federal de Goiás
CC – Conceito de Curso
CNE – Conselho Nacional de Educação
CNPQ – Conselho Nacional de Pesquisas
CPA – Comissão Própria de Avaliação da Universidade Federal de Goiás
CPC – Conceitos Preliminares de Curso
ENADE- Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
EAD – Ensino a Distância
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
FAPEG- Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de Goiás
FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos
Funtec- Fundação de Desenvolvimento de Tecnópolis
IDEB: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICT's: Instituições Científicas e Tecnológicas
IES – Instituições de Ensino Superior
IESA: Instituto de Estudos Socioambientais
Ifes- Instituições Federais de Ensino Superior
IGC: Índice Geral de Cursos Avaliados na Instituição
LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC: Ministério da Educação e Cultura
MTIC: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio
ONGS: Organizações Não-Governamentais
PARFOR: Plano Nacional de Formação de Professores
PDE: Plano de Desenvolvimento da Educação
PDI: Plano de Desenvolvimento Institucional
PET: Programa de Educação Tutorial
PICD: Programa Institucional de Capacitação Docente
PNAD: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNE: Plano Nacional de Educação
PNPG: Plano Nacional de Pós-Graduação
PPC: Projeto Pedagógico de Curso
PPG: Plano de Pós-graduação
Proad: Pró-Reitoria de Administração e Finanças da Universidade Federal de Goiás
Prodirh: Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional e Recursos Humanos da Universidade Federal de Goiás
Profiap: Mestrado Profissional em Administração Pública
PRPG: Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade Federal de Goiás
PRPI: Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação da Universidade Federal de Goiás
REUNI: Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SAEB: Sistema de Avaliação da Educação Básica
SNPG: Sistema Nacional de Pós-Graduação
SINAES: Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

TCC: Trabalho de Conclusão de Curso
TDS: Tecnologias de Desenvolvimento Social
UEG: Universidade Estadual de Goiás
UFG: Universidade Federal de Goiás

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
1 GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO NO BRASIL.....	5
1.1 Políticas Públicas	5
1.2 Políticas Setoriais de Educação	13
1.2.1 O PNE e as políticas educacionais.....	21
1.2.2 O Planejamento nas instituições de Ensino	25
1.3 Planos, objetivos e metas da Educação Superior.	27
1.4 A pós-graduação no Brasil	29
1.5 O Plano de Desenvolvimento da Educação.....	32
1.6 O Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011-2020.....	34
1.7 O Plano de Desenvolvimento Institucional na Universidade Federal de Goiás.....	41
2 METODOLOGIA.....	47
3 DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO E OPORTUNIDADES	49
3.1 As metas do PNE.....	49
3.2 As diretrizes do Plano Nacional de Pós-Graduação.....	51
3.3 Panorama da Pós-Graduação na UFG	55
4 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO.....	68
4.1 Perfil dos alunos de pós-graduação.....	68
4.2 Melhoria da educação básica e formação continuada de professores	69
4.3 Gestão democrática da Universidade.....	70
4.4 Revolução verde e tecnologias limpas	71
4.5 Clima, pré-sal e energia.....	71
4.6 Questões sociais.....	71
4.7 Expansão geográfica da pós-graduação.....	72
CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
REFERÊNCIAS	79
APÊNDICES	84

INTRODUÇÃO

O Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal de Goiás (PDI 2011/2015) foi elaborado com o planejamento do Programa de Gestão Estratégica, do Plano de Reestruturação e Expansão da UFG para o período 2008-2012. Nas universidades públicas, o PDI se apresenta como um desafio, pois nele estão expressas “políticas, diretrizes, metas e ações que dependem da existência de programas governamentais para as suas implementações, principalmente aquelas relacionadas à expansão da infraestrutura, abertura de novos cursos e contratação de pessoal”.

A missão da Universidade Federal de Goiás é (segundo consta em seu próprio Plano de Desenvolvimento Institucional) gerar, sistematizar e socializar o conhecimento e o saber, formando profissionais e indivíduos capazes de promover a transformação e o desenvolvimento da sociedade. Ora, tal resultado só é possível se a universidade proporciona ao estudante, condições para uma educação emancipatória, que faça-o não apenas entender a realidade que o cerca, mas também compreender o contexto histórico, social e econômico que forneceu condições para as instituições que hoje se firmaram; permitindo ao aluno o desenvolvimento de seu próprio julgamento embasado em fatos concretos, sobre a realidade social à sua volta. Reforça-se nesse sentido a necessidade de que a universidade forneça condições para boas práticas de ensino, pesquisa e extensão. Essas condições abrangem infraestrutura física, de pessoal, de gestão da informação, de capacidade de gerar, criar e disseminar conhecimento e de verbas de custeio disponíveis para a educação.

Os processos de planejamento, controle e avaliação nas universidades públicas são bastante complexos. A universidade é um espaço de debate, democrático, onde as decisões são instituídas de forma colegiada, com participação de docentes, servidores técnico-administrativos e estudantes de forma continuada e dinâmica. Diferentemente da esfera privada, a construção de um PDI dentro de uma universidade pública e sua concretização se dá por meio de diretrizes e metas formuladas coletivamente, porém, dependem de programas e políticas governamentais, em especial, metas que disponham sobre contratação de pessoal, aumento da infraestrutura e criação de novos cursos.

O PDI para o exercício de 2011-2015 foi criado num contexto em que a UFG completava cinquenta anos de existência, consolidada como referência em ensino, pesquisa e extensão no estado de Goiás e na região Centro-Oeste. Influenciaram seu texto, os relatórios de gestão destinados ao Tribunal de Contas da União, propostas consideradas depois de

discussões entre a comunidade universitária e a comunidade goiana em ocasião dos dois últimos processos eleitorais para escolha do Reitor da Universidade até 2010. Todavia, o PDI não é o único documento que norteará as políticas institucionais da universidade em seus diferentes setores. Sua formulação está interligada à legislação e aos parâmetros educacionais nacionais maiores definidos por órgãos como o Ministério da Educação e Cultura (MEC), a Capes (Coordenação de Avaliação de Pessoal de Ensino Superior) e o CNPQ. Destacam-se com maior ênfase para o objeto de estudo deste trabalho, o Plano Nacional de Educação e o Plano Nacional de Pós-Graduação.

O Plano Nacional de Educação (2014/2024) estabelece diretrizes, metas e ações estratégicas para nortear a política educacional brasileira num período de dez anos. As metas visam garantir a oferta de uma educação básica de qualidade, à redução das desigualdades no acesso ao ensino e à valorização da diversidade nas escolas e universidades, além da valorização dos profissionais que atuam na educação e um grupo de metas focado na educação superior, onde estão concentrados apontamentos para o desenvolvimento da pós-graduação brasileira. Essas diretrizes maiores deverão inspirar o Plano Nacional de Pós-Graduação elaborado pela Capes. O PNPG, responsável pelo estabelecimento dos moldes em que a pós-graduação no Brasil funcionará, por sua vez, direcionará as metas do PDI para a pós-graduação e as ações desenvolvidas na universidade.

O PDI é um dos documentos fundamentais que nortearão funções de planejamento, orientação para orçamentos e estruturação dos cursos, políticas de pessoal com relação a docentes e servidores técnico-administrativos, metas para melhoria de infraestrutura, entre outros assuntos que administrados estrategicamente, contribuem para o avanço da universidade de forma holística, em consonância com os rumos que pretende-se para a educação brasileira, consolidada como direito social desde a Constituição de 1988 e de que a melhoria da educação brasileira como um todo depende de investimento e melhoria nas áreas de pesquisa e pós-graduação. Busca-se, assim, analisar se essas metas dos três planos estão alinhadas, bem como se as ações, políticas e posturas adotadas pela universidade estão coerentes com os objetivos do PNE e do PNPG. A partir dos pontos de melhoria encontrados a partir de uma análise entre os três documentos e o comportamento da universidade acerca do que o PNE e PNPG dispõem sobre a pós-graduação, seu desenvolvimento e influência direta e indireta em todos os demais níveis de educação e diretrizes setoriais em que os planos atuais almejam atuar, é elaborado um plano de ação para sugerir mudanças e novas iniciativas nas ações de pós-graduação da universidade.

Após apresentar os problemas e objetivos do trabalho, aborda-se um referencial teórico que discorre sobre políticas públicas. Políticas setoriais para a educação, os processo de planejamento nas instituições públicas de educação superior, um breve histórico da pós-graduação brasileira e da Universidade Federal de Goiás, bem como a construção do PNE, do PNPG e do PDI nas universidades brasileiras.

PROBLEMA

O problema que se apresenta é: como a UFG pode melhorar suas ações de forma a garantir estrategicamente que um maior número de diretrizes contidas no PDI, PNPG e PNE acerca dos rumos que devem tomar os programas e ações de pós-graduação nas universidades sejam implantados de forma integral e sistêmica? É importante esclarecer que a pós-graduação não deve ser enxerga de maneira separada, como um setor específico da universidade, mas como berço do desenvolvimento e expansão das instituições de ensino, das pesquisas brasileiras e da melhoria da educação do país como um todo. Almeja-se contribuir para a discussão e elaboração das metas de pós-graduação, pesquisa e inovação na Universidade Federal de Goiás, para que suas ações, políticas e oferta de cursos tenham maiores condições de garantir o efetivo cumprimento integral das metas elencadas no PNPG e no PNE. Na universidade, apesar dos processos de avaliação e planejamento ocorrerem de forma contínua, raramente são sistematizados devido ao fato de que no ambiente universitário, essa sistematização, muitas vezes é vista como uma burocracia desnecessária e alheia à vida acadêmica. Estabelece-se então, um paradoxo, uma vez que o planejamento na universidade também não deve ser comparado ao de uma empresa ou uma universidade privada, em que os empresários que pensam as metas, são os mesmos que as financiam.

A universidade é construída sobre os pilares de ensino, pesquisa e extensão indissociavelmente. A prática conjunta possui um papel essencial na formação dos estudantes de acordo com a missão da UFG; por isso, deve ser bem planejada, controlada e avaliada também sobre o prisma de resultados, para que a universidade realmente cumpra seu efetivo papel com o Estado e a sociedade, pois sendo financiada por recursos públicos, é de interesse da sociedade que a mesma cumpra satisfatoriamente com sua função e tenha seus resultados avaliados com relação ao controle do cumprimento da missão, do alcance da visão e dos valores institucionais. Os objetivos deste trabalho estão alinhados a essa preocupação, uma vez que se desenvolverá um estudo da eficiência das políticas e diretrizes de pós-graduação na instituição, buscando apontar e justificar possíveis falhas, indicando caminhos e sugestões.

A partir da pergunta-problema que orienta o trabalho, coloca-se a hipótese de que determinados pontos não são concretizados por uma má formulação interna de objetivos ou uma distribuição errada de recursos.

Partindo de referenciais teóricos que abordam os conceitos de políticas públicas, políticas setoriais de educação e os planos de desenvolvimento institucional relacionados com a missão e visão institucionais, o ambiente da universidade e o ensino superior no Brasil e o desenvolvimento da pós-graduação nas universidades brasileiras, o trabalho compromete-se a fazer uma reflexão teórica, combinada com uma análise documental confrontando o Plano de Desenvolvimento Institucional, Relatórios de Gestão mais recentes elaborados pela Comissão de Avaliação Institucional (CAVI), o PNPG e o PNE, pesquisando as ações desenvolvidas pelas diversas unidades acadêmicas da UFG, desenvolvendo assim, um estudo da relação dos documentos que regulam a pós-graduação nas universidades brasileiras e as variáveis que condicionam a implantação efetiva de suas metas.

OBJETIVOS

Objetivo Geral

O objetivo deste trabalho é analisar o alinhamento e as relações hierárquicas entre o que o Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal de Goiás (elaborado pela Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional e Recursos Humanos da instituição) dispõe para a pós-graduação na universidade, as diretrizes expressas no Plano Nacional de Pós-Graduação elaborado pela Capes e as metas contidas no Plano Nacional de Educação cursos de pós-graduação na UFG e com as políticas públicas governamentais para a educação.

Objetivos específicos

1. Alinhando os três planos que nortearão o perfil da pós-graduação na universidade, apontar as principais diretrizes que devem ser seguidas para que a essência dos objetivos presentes nos documentos seja executada, formulando um diagnóstico da situação da oferta de cursos e ações desenvolvidas para a pós-graduação na UFG.
2. Propor um plano de ação visando eliminar eventuais falhas presentes hoje nos procedimentos adotados na universidade, indicando caminhos para a superação das dificuldades presentes na melhoria da pós-graduação.
3. Apresentar um mapa de planejamento da proposta de intervenção na pós-graduação da UFG.

1 GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO NO BRASIL

O presente referencial teórico se preocupa em definir o conceito de políticas públicas, discutir a forma como são elaboradas, como entram nas agendas política e governamental, bem como, a diferença entre as políticas setoriais, em especial aquelas voltadas à educação.

Será construída ainda uma discussão sobre os planos de desenvolvimento institucional (PDI) nas universidades em geral, os planos nacionais de educação que deram origem e/ou que fazem interlocução a ele, como começaram a ser implantados e desenvolvidos nas universidades públicas.

1.1 Políticas Públicas

O Estado realiza sua missão por meio das ações e decisões que implantará para atingir os objetivos relacionados a seu plano de governo ou para atender a demandas específicas de setores da sociedade. Esses setores, conforme explica Ribeiro (2006), representam forças sociais antagônicas na definição de políticas públicas.

Segundo Souza (2006), a política pública enquanto área do conhecimento nasce nos Estados Unidos, quebrando a tradição europeia de foco no estudo das instituições e no Estado, em detrimento das ações do Estado e seus impactos.

A inclusão da sociedade civil nos espaços públicos tem uma função importante na definição de políticas públicas, pois tiram o absolutismo da decisão por parte dos governantes contribuindo para a “análise política da política pública, bem como para a promoção de uma maior transparência das ações do Estado” (RABELO e BERNARDES, 2004).

Para Hofling (2011), as políticas públicas são influenciadas pelas diferentes visões de Estados dos atores que nela se inserem e que concebem diferentes posições acerca das relações entre Estado e sociedade, pedindo assim, formas diferentes de intervenção, sendo, portanto, favoráveis ao planejamento e execução de alguns tipos de políticas públicas em detrimento de outras. Secchi (2013) define que “políticas públicas tratam do concreto e do conteúdo simbólico de decisões políticas, e do processo de construção e atuação dessas decisões.” Para o autor, as políticas públicas possuem dois elementos essenciais: a razão para a definição de uma política pública e o tratamento que é dado a um determinado problema coletivo.

Hofling (2011) diz que políticas públicas são aquelas de responsabilidade do Estado, tanto quanto à sua adoção como a manutenção a partir de um processo de tomada de decisões que envolvem órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados à política implementada.

Em sua acepção mais genérica, a ideia de políticas públicas está associada a um conjunto de ações articuladas com recursos próprios (financeiros e humanos), envolve uma dimensão temporal (duração) e alguma capacidade de impacto. Ela não se reduz à implantação de serviços, pois engloba projetos de natureza ético-política e compreende níveis diversos de relações entre o Estado e a sociedade civil na sua constituição. Situa-se também no campo de conflitos entre atores que disputam orientações na esfera pública e os recursos destinados à sua implantação. É preciso não confundir políticas públicas com políticas governamentais (SPOSITO e CARRANO, 2003, p.17).

Se a questão da decisão pela escolha e execução de políticas públicas é complexa, se faz ainda mais incipiente sua avaliação. Para Rabelo e Bernardes (2004), “uma política pública tem finalidades e desempenha papéis sempre mais amplos do que aqueles expressos nos seus objetivos explícitos, principalmente quando introduzida com outras políticas”. A avaliação, em face das necessidades da população, é um dos instrumentos de aperfeiçoamento da gestão do Estado para o desenvolvimento de ações com maior eficácia, eficiência e com efetividade social. Para Belloni (2003), “a avaliação deve ser parte integrante do processo de desenvolvimento da política pública, pois possibilita uma averiguação sistêmica do cumprimento de sua função social”. O autor afirma ainda que toda política pública deve ser avaliada sistematicamente, uma vez que é financiada por recursos públicos e está voltada para a sociedade, devendo, portanto, demonstrar adequação às necessidades sociais.

Para o autor supracitado, a avaliação das políticas, atuando em face das necessidades da população representa um instrumento de aperfeiçoamento da gestão do Estado para o desenvolvimento de ações com maior eficácia e eficiência, possibilitando averiguação sistêmica do cumprimento de sua função social. Segundo Hofling (2011), as políticas sociais são aquelas que terão efeito direto nas áreas da saúde, educação, saneamento, previdência e habitação.

Tardou-se na história da administração pública nacional, para que o serviço público fosse entendido como direito do cidadão e não um favor prestado ao mesmo, uma vez que nos períodos colonial e imperial, as relações entre as classes econômica e politicamente dominantes e os dominados eram sustentadas em troca de favores, o que gerou uma nítida confusão entre as esferas pública e privada, caracterizando o modelo de gestão que conhecemos por administração patrimonial. A Constituição de 1988, com relação às

constituições anteriormente promulgadas ou impostas no Brasil, representou um avanço na garantia de direitos sociais fundamentais e conferiu maiores possibilidades de controle popular sobre a administração pública; isso significa limitar o poder individual do governante sobre os rumos das políticas.

Segundo Buarque (1984), para promover o desenvolvimento do país almejado pela população, as funções básicas econômicas, políticas e financeira devem ser executadas, é assim que o Estado atinge seus objetivos. A partir desse pressuposto básico do confronto entre as funções desempenhadas e o objetivo maior de desenvolvimento do Estado é que são formuladas as políticas públicas que atendam à comunidade. Para Lima et al. (2009), as políticas públicas são construídas historicamente o que condiciona que as transformações sociais aconteçam.

Os meios que a administração pública dispõe para defesa, promoção e concretização dos direitos de liberdade e dos direitos sociais dos cidadãos, estabelecidos na constituição e outros objetivos estabelecidos a partir da análise dos macros desafios que são as diretrizes elaboradas com base no programa de governo e na visão estratégica que orienta a formação destes programas e que é declarada no Plano Plurianual – PPA (MARQUES, 2013, p. 170).

Lidar com políticas públicas é tarefa complexa. De acordo com SECCHI (2013), no Brasil é crescente a demanda por profissionais técnicos com habilidades analíticas próprias da área de políticas públicas, ou seja, para enfrentar problemas que são de ordem pública. O autor define como políticas governamentais, aquelas elaboradas por agentes governamentais, são aquelas, portanto, as advindas dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. As políticas governamentais seriam o principal subgrupo de políticas públicas.

As políticas públicas intervêm nas áreas da saúde, educação, segurança, gestão, meio ambiente, saneamento, habitação, emprego e renda, previdência social, planejamento urbano, economia, assistência social, relações internacionais, cultura e esporte, ciência, tecnologia e importação, infraestrutura e transportes, e é de suma importância que sejam medidos o resultado de sua adoção e adoção em todas essas áreas. Hofling (2011) defende que políticas sociais definem o nível de proteção social adotado pelo Estado com relação à redistribuição dos benefícios sociais, reduzindo as desigualdades sociais atenuadas pelo desenvolvimento socioeconômico. Os movimentos populares ocorridos no século XIX oriundos dos conflitos entre capital e trabalho no nascimento da revolução industrial deram origem às políticas sociais.

De acordo com Berque (2013), política pública é “o conjunto coerente de decisões, de opções e de ações que a administração pública leva a efeito, orientada para uma coletividade e balizada pelo interesse público”. Lima et al. (2009) define políticas públicas como “um conjunto articulado de ações, decisões, formulação de agendas, de pessoas diversas em diálogo tenso, num movimento de disputa permanente entre determinados projetos de sociedade.”

É importante salientar que as políticas públicas são definidas num cenário de contradição de interesses entre setores específicos da sociedade. Um governo considerado democrático e popular consegue traduzir as demandas sociais em políticas públicas que serão desenvolvidas concretamente, de acordo com Lima et al., 2009.

Quando pensamos e projetamos uma sociedade mais justa e igualitária, faz-se indispensável no âmbito das políticas públicas, pensar nas áreas de educação e saúde.

“Na virada para o século XX, a saúde e a educação do povo (ou, mais posteriormente, a falta delas) eram vistas como a causa do atraso do país e sua promoção como a possibilidade de elevação das condições econômicas e sociais” (LIMA et al., 2009). A relação entre políticas públicas e forma de governo é estreita e há uma influência mútua entre ambas.

A generalização mundial do capitalismo como modo de produção vai generalizar também uma forma de construção do conhecimento baseada, a exemplo da divisão do trabalho fabril, na divisão e na especialização. Além disso, a luta de classes sobre a qual se assenta a relação capital-trabalho também ocorrerá na produção, aquisição e distribuição do conhecimento. O espaço onde essa luta estará declarada será a escola, porque ela tinha, e ainda tem, a finalidade de contribuir para o processo de “emancipação humana” e de apropriação dos bens culturais produzidos e sistematizados por determinada classe socioeconômica, em especial (LIMA et al, 2009).

As políticas públicas precisam contar com um bom planejamento e uma boa proposta de avaliação para que consiga entregar à população, o resultado final que delas se espera. Para Oliveira (2006), o planejamento de políticas públicas é um processo de decisão político-social que depende de informações precisas, valores como transparência, ética e temperança, aceitação de visões diferentes, vontade de negociar e buscar soluções conjuntas que sejam aceitáveis para toda a sociedade, principalmente para as partes envolvidas, formando um processo de contínuo aprendizado. Da mesma forma que deve ocorrer na avaliação, no planejamento, o tópico mais importante não se concentra no aspecto técnico, mas no processo decisório que se constitui numa construção político-social. O autor nos diz que no Brasil, por décadas, os modelos de planejamento adotados não representaram avanços de gestão

significativos, por serem exageradamente otimistas, tanto na questão econômica, quanto na questão social.

Ainda para o autor supracitado, o planejamento e a introdução das políticas públicas em países em desenvolvimento possuem características peculiares, devido às dificuldades técnicas, financeiras e culturais. No Brasil, por exemplo, a capacidade de planejamento é reduzida porque o Estado ainda não reserva uma boa quantidade de recursos para investimentos em políticas públicas. Também não existe uma boa articulação entre as organizações envolvidas no planejamento das políticas públicas com a sociedade civil e o setor privado.

Apesar das dificuldades, o planejamento no Brasil também tem seus pontos positivos, como quando observamos a questão cultural, em que a concepção de planejamento é mais bem vista que em países como os Estados Unidos, onde a função de planejar contraria os ideais de liberdade individual e é enxergado como um aumento do controle do Estado sob a sociedade.

Para Oliveira (2006), o planejamento é dependente dos tipos de relações de confiança que se estabelecem entre as partes interessadas na decisão, configurando-se como um processo de decisão política embasado em informações precisas, ética, transparência, acolhimento de diferentes pontos de vista e vontade conjunta de buscar soluções interessantes para toda a sociedade. Com relação ao planejamento das políticas públicas, conclui-se que deve se pautar em informações precisas e confiáveis, com os autores envolvidos bem articulados nos processos, progressivamente gerando confiança e aprendizado. As políticas públicas vêm a suprir o que dificilmente mercado ou comunidade conseguiriam sozinhos de forma satisfatória. As políticas governamentais são um subgrupo das políticas públicas e representam as mais relevantes, uma vez que são aquelas elaboradas, autorizadas e colocadas em prática pelos atores governamentais (o governo, sua estrutura administrativa). Alguns autores utilizam alguns critérios para classificar as políticas públicas. Lowi (1985), em Secchi (2013), divide-as de acordo com o “impacto gerado na sociedade”, sendo:

1. Políticas regulatórias: relacionadas a questões comportamentais, serviços ou produtos destinados a atores públicos e privados. Ex.: regras de trânsito, códigos de ética em relação a assuntos como aborto e eutanásia.
2. Distributivas: que geram benefício para um setor da sociedade, em contrapartida tendo um custeio que será arcado pela coletividade. Ex.: subsídios, gratuidade de taxas para usuários específicos de serviços públicos.

3. Redistributivas: Enquanto geram benefícios a um grupo de atores, se definem em custos para outra fatia da população. Ex.: Cotas raciais para universidades.
4. Políticas constitutivas: são as políticas que moldam as regras da disputa política e elaboração das políticas públicas. Ex.: regras do sistema político-eleitoral

Wilson (1983) em Secchi (2003), complementou a teoria acima de acordo com o critério de distribuição de custos, a saber:

1. As políticas clientelistas apontadas por Wilson correspondem àquelas distributivas apresentadas por Lowi, referindo-se às que beneficiam um grupo apenas, estendendo os custos deste benefício a toda a sociedade.
2. Políticas de grupos de interesse: tanto os custos quanto os benefícios estão concentrados em apenas uma camada da população (Redistributiva para Lowi).
3. As políticas empreendedoras representam a maior contribuição da teoria de Wilson, uma vez que não tem representação na teoria de Lowi, são benefícios coletivos, cujos custos concentram-se em determinadas categorias. Sofrem pressão de interesses contrários. Ex.: reforma administrativa de alguns órgãos públicos, leis que proíbem os jogos de azar.
4. Políticas majoritárias: tem seus custos e benefícios distribuídos entre a coletividade. Ex.: serviços públicos de saúde, educação, segurança, etc.

Existem ainda outras tipologias contidas em Secchi (2013), como as de Gormley (1986) – que se baseia na capacidade das políticas de chamar a atenção do público e na complexidade de sua elaboração e; a tipologia de Gustafsson (1983) que leva em consideração o conhecimento e a intenção das políticas – existem as políticas públicas reais tem a intenção de resolver um problema público, tendo conhecimento para resolvê-lo; as políticas simbólicas, que não despertam muito interesse de serem colocadas em prática; as pseudopolíticas, cujos implementadores apesar da vontade de coloca-las em prática e a política sem sentido, que carece de intenções políticas genuínas.

Há ainda autores que dividem as políticas por seu conteúdo técnico ou político, como por exemplo, Bozeman e Pandey (2004) citados por Secchi (2013) sendo as de conteúdo político aquelas que anteriormente à sua implementação, são discutidas dentro do jogo político de interesses, apresentando ganhadores e perdedores em sua elaboração. As políticas de conteúdo técnico seriam aquelas cujos objetivos não apresentam grandes tensões. As dificuldades dessa

teoria é que certas políticas apresentam conteúdo técnico e político simultaneamente, além do ciclo de políticas públicas, que altera a política ao longo do tempo.

O analista de políticas públicas, além de se embasar na literatura especializada sobre tipologia, pode e deve formular sua própria maneira de classificação, de acordo com os critérios e as variáveis que forem mais importantes para sua análise, considerando suas limitações relacionadas ao reducionismo de um campo que é complexo.

Radaelli diz que quando os problemas políticos são visíveis e as ideias de formação estão disponíveis a baixo custo, as negociações entre atores políticos com interesses sociais podem tomar seu lugar, sem muitos impedimentos.

O momento em que as políticas públicas são elaboradas é chamado de ciclo de políticas públicas. Ele é composto de algumas fases que não necessariamente apresentam-se na realidade nessa ordem, tampouco ocorrem todas as fases em todos os casos. As fases são:

1. Identificação do problema – diferença de um contexto ideal para o que existe atualmente, cuja discrepância possa ter uma solução por parte do poder público;
2. Formação da agenda – é o conjunto de problemas que a comunidade política toma como relevante, defendendo a intervenção do poder público para solucioná-los;
3. Formulação de alternativas- são os esforços, objetivos e estratégias para resolução concreta dos problemas;
4. Tomada de decisão – Os problemas são ajustados às soluções com base no estudo de alternativas;
5. Implementação – os primeiros resultados concretos das políticas públicas são observados, as funções administrativas e de coordenação começam a ser iniciadas.
6. Avaliação – julgamento sobre as propostas que foram apresentadas, é o momento de *feedback* às fases anteriores.

Pode-se afirmar que a política pública é extinta quando o problema que a originou é resolvido, os programas adotados são ineficazes ou o problema perdeu a importância, saindo das agendas. Para Radaelli, quando a visibilidade de um problema é baixa e não existe complexidade, instala-se um cenário de competição pelo poder e não de aprendizagem, prevalecendo a lógica da política burocrática.

Não deve ser esquecido que em todo o processo das políticas públicas, existem os atores que tem suas atribuições no ciclo de políticas públicas. Esses atores podem ser individuais ou coletivos, quando possuem um vínculo subjetivo na arena política que os faz agir em

conjunto. Os políticos, os burocratas e os formadores de opinião são exemplos de atores individuais enquanto os movimentos sociais e os partidos políticos são exemplo de atores coletivos.

Dentro dessa classificação, deve-se ainda atentar para o fato de que existem os atores governamentais (políticos, burocratas, juízes, etc.) e os não governamentais (grupos de interesse, organizações do terceiro setor, partidos políticos, etc.). O tipo do problema abordado por uma política pública definirá quais atores estarão mais presentes em seu desenvolvimento.

Em algumas situações, atores públicos e privados interagem para consolidar uma política pública, os interesses em comum os levam a tentar resolver seus problemas sem um sistema hierárquico, esse grupo de atores configura uma rede de políticas públicas, que se caracteriza pela interdependência dos atores que a compõem, sua própria organização e controle disperso. Ex.: campanhas de conscientização (por exemplo, de problemas ambientais) e colaboração (como exemplo de doação de sangue).

Outra particularidade das políticas públicas é que elas serão elaboradas por um estilo mais democrático ou autocrático. De acordo com Bresser-Pereira, o bom funcionamento do Estado depende que as instituições garantam que os objetivos políticos básicos da sociedade sejam alcançados. Para que o Estado seja eficiente administrativamente, deve dispor de boa organização e gestão.

Embora possa parecer mais fácil desenhar e programar instituições e políticas públicas do que acumular o capital físico e humano necessários ao desenvolvimento, as dificuldades inerentes à construção de instituições são enormes. Ao invés de discutir em um nível teórico a gestão pública e sua reforma, vou aqui apresentar a Reforma da Gestão Pública de 1995/98, que iniciou no Brasil a segunda grande reforma administrativa das sociedades capitalistas (BRESSER-PEREIRA, 2004, p.12).

Marques (1999) afirma que estão presentes na origem das políticas estatais, as interações entre os capitais presentes em cada uma delas e os atores estatais envolvidos. Os capitais e os atores estatais seriam os atores políticos propriamente ditos. As interações (inclusive as herdadas) entre os atores resultam nas inúmeras dimensões que a política pode tomar. Para o mesmo autor, as elites estatais não são apenas espectadoras das ações e deslocamentos dos capitais, mas agentes capazes de influenciá-las e induzi-las, ou punir seletivamente frações ou capitalistas individuais, configurando, assim, a teoria neoinstitucionalista, salientando a importância das instituições para as políticas públicas, sendo as primeiras que condicionam as segundas.

Para Grisa (2010), “o Estado é constituído pelas instituições expressas no governo, administração, forças militares e política, judiciário e assembleias legislativas, cujas inter-relações dão forma ao sistema estatal”. Segundo ela, a elaboração e a execução das políticas públicas recebem influência dos capitalistas, do Estado e suas instituições e outros grupos de interesse.

As políticas públicas, no entanto, são discutidas, elaboradas e adotadas sob demanda, forte influência e pressão dos setores da sociedade civil, e essa negociação política definirá aquelas que entrarão nas agendas governamentais e serão executadas pelo poder público. A essa distribuição das políticas que atendem a diferentes setores, chamamos políticas setoriais.

1.2 Políticas Setoriais de Educação

Hofling (2011) afirma que a conquista de mais amplos direitos sociais está condicionada à articulação de diferentes grupos sociais, exercendo sua cidadania ao reivindicar por suas pautas específicas. O autor opina que o Estado deve privilegiar a universalização de direitos ao definir e iniciar suas políticas públicas.

O foco de concentração das políticas em áreas específicas das demandas públicas define as políticas setoriais. Na década de 90, por exemplo, privilegiaram-se as políticas de informática e eletrônica.

Para Silva (2014), os rumos da política científica brasileira são influenciados pelas condições sociais, políticas e econômicas da época; tanto que a crise do capital gerou mudanças em todas as esferas sociais, principalmente na política (adotando o neoliberalismo), na ideológica (hegemonia do realismo empírico) e os projetos educativos discutidos nos fóruns de governança global.

[...] com a multiplicação de políticas setoriais em âmbito subnacional (inclusive as centradas em clusters), houve um processo de descentralização da formulação de políticas na área de política industrial, possibilitando que emergissem novos atores públicos e privados, assim como novas instituições encarregadas de funções de coordenação e de articulação entre os agentes envolvidos nos programas postos em prática nas diferentes instâncias de governo (VEIGA, 2003, p. 5).

O enfoque nas políticas setoriais industriais na mesma época pode ser confirmado, de acordo com Veiga (2003) pela criação do SEBRAE, responsável por políticas públicas dirigidas a pequenas empresas.

Em 1990, também houve avanços nas políticas de educação, uma vez que a CAPES fortaleceu-se institucionalmente, além do fato da universidade brasileira sofrer impactos que a influenciavam a ser mais administrativa do que um espaço intelectual, segundo Silva (2014).

Segundo Silva (2014), a forma de inserção do sistema do capital no Brasil, ocorreu através de mudanças que passaram a acontecer de maneira mais intensa em no país nos últimos 25 anos, contemporâneo ao processo de transformações políticas, econômicas e sociais articulados pela organização social brasileira.

Klein (1993) diz que o Executivo foi substituído pelo Legislativo. As principais decisões políticas só podem ser tomadas após intensas negociações entre os partidos políticos. O Executivo, na prática, tentou prender tanto quanto possível os poderes de decisão concentrados em si mesmo, enquanto o Legislativo demonstra dificuldade de ostentar grandes decisões sobre as grandes questões ou problemas políticos. O autor afirma que as universidades terão que apresentar o que estão fazendo para subsidiar a resolução dos problemas demandados pela educação pública, habitação, meio-ambiente, transporte público, entre outras demandas sociais, além de preparar o país para o acirramento da competição global, a desigualdade social, a degradação urbana diante da agenda social e política do país.

No momento de definição de políticas públicas, segundo Ribeiro (2006), de um lado estão as forças que personificam o capital, exigindo contenção de gastos com a força de trabalho, que se torna, inclusive, hoje, desnecessária em vários setores informatizados. De outro lado, estão as demandas dos trabalhadores, que necessitam de uma formação científica, tecnológica e de caráter público, demandando por isso, políticas públicas de trabalho, educação e tecnologia.

De acordo com Hofling (2011), as políticas de educação são de corte social e de responsabilidade do Estado. Devemos fazer, contudo, uma reflexão de como o Estado capitalista entende e concebe as políticas sociais de educação. Para o mesmo autor, obviamente, as teorias marxistas (que coloca a questão da luta de classes) aproximam-se muito mais do investimento em políticas educacionais quando comparadas a uma concepção mais liberal/neoliberal de Estado (que defendem a mínima intervenção do Estado sobre a economia e a garantia da propriedade privada). Os neoliberais tiram do Estado a responsabilidade de oferecer uma educação pública de qualidade, universalizada e padronizada. Seguindo esta linha de pensamento, Ribeiro (2006) afirma que as políticas educacionais com propósito de promover o acesso ao mercado de trabalho e a certificação profissional, por exemplo, pode ser vista sob dois aspectos: como avanço das demandas sociais, mas também uma alta influência de setores conservadores na educação brasileira.

Na década de 70, os movimentos sociais protagonizaram ações que influenciariam mudanças nas políticas sócias e educacionais, De acordo com Ribeiro (2006), a ideologia neoliberal empenha-se em tentar diminuir o impacto desses esforços ou confundir a sociedade, desvinculado a melhoria da educação com as ações sociais coletivas. Barroso (2005) coloca que a partir da década de 80, a administração pública em geral sofreu os efeitos das medidas políticas e legislativas adotadas, o que obviamente incluiu o setor de educação pública. Na educação percebeu-se, por exemplo, mudanças relacionadas à descentralização e autonomia das escolas, a reiteração da importância da avaliação e de prestação de contas, a adoção de contratos na gestão escolar, etc. Segundo o autor, essas medidas podem ser analisadas sob duas perspectivas: de um aspecto mais técnico voltado à desburocratização da máquina pública objetivando colocar fim à “ineficiência” do Estado ou por aspectos políticos de natureza neoliberal, com foco em libertar a sociedade civil do controle do Estado (tendência à privatização).

Se entendermos a “regulação do sistema educativo” como um “sistema de regulações” torna-se necessário valorizar, no funcionamento desse sistema, o papel fundamental das instâncias (indivíduos, estruturas formais ou informais) de mediação, tradução, passagem dos vários fluxos reguladores, uma vez que é aí que se faz a síntese ou se superam os conflitos entre as várias regulações existentes. Estas instâncias funcionam como uma espécie de “nós da rede” de diferentes reguladores e a sua intervenção é decisiva para a configuração da estrutura e dinâmica do sistema de regulação e seus resultados (BARROSO, 2005, p. 734).

A partir da reforma gerencial do Estado, proposta por Bresser Pereira (1995), o planejamento governamental passou a ganhar maior destaque, pois sinalizava a passagem de um Estado herdado para um Estado necessário. O estado herdado é a continuidade do Brasil colonial, imperial, autoritário, assentado sobre desigualdades; enquanto que o Estado necessário representa uma democracia administrativa avançada, com estrutura e pessoal qualificado para tal.

Fernandes (1998) explica que a reforma voltou-se para duas vertentes básicas: o fortalecimento da burocracia com um aumento na capacidade de formulação e controle de políticas públicas e a descentralização da prestação de serviços, de forma a aumentar as formas de controle, garantindo um melhor atendimento aos cidadãos. Dentro do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, existiu o Plano de Reestruturação e Qualidade nos ministérios, que buscava revisar as estruturas dos ministérios adequando-as ao planejamento estratégico, trazendo melhorias à gestão pública. A reforma traz o conceito de planejamento estratégico governamental, que deve atuar junto às políticas públicas.

Para Barroso (2005), estas medidas tanto podem obedecer (e serem justificadas), de um ponto de vista mais técnico, em função de critérios de modernização, desburocratização e combate à “ineficiência” do Estado (“*new public management*”), como serem justificadas por imperativos de natureza política, de acordo com projetos neoliberais e neoconservadores, com o fim de “libertar a sociedade civil” do controlo do Estado (privatização), ou mesmo de natureza filosófica e cultural (promover a participação comunitária, adaptar ao local) e de natureza pedagógica (centrar o ensino nos alunos e suas características específicas).

Para que o Estado cumpra efetivamente com o papel de garantir uma melhoria social, baseada em boa qualidade na prestação de serviços públicos de educação, saúde e transporte coletivo, deve dispor de políticas públicas que possam atender às demandas e de “um planejamento estratégico do país que permita retomar o crescimento econômico e desenvolver o mercado interno” (MARTINS e PIERANTI, 2006).

Para resolver as demandas sociais, começa-se a se pensar numa gestão social, que nas palavras de Martins e Pierantis (2006), não significa apenas uma forma de administrar voltada para a resolução de problemas sociais, mas dotada de práticas gerenciais que incentivem a participação da sociedade civil nas políticas públicas - tanto na implementação, quanto na avaliação e controle. Destacam, porém, que na prática é muito difícil diferenciar uma orientação estratégica da nova gestão pública de uma orientação técnica, diferentemente do que ocorre na teoria.

Uma demanda recorrente às agendas governamentais é o investimento em educação, essencial para o desenvolvimento do país, para o avanço dos setores produtivos, de logística, de pesquisa, de ciência e tecnologia, para o fortalecimento da sociedade civil e da democracia.

Para Mello (1991), o conhecimento de que a educação é tão importante quanto recursos tecnológicos e materiais para as economias modernas e o desenvolvimento das nações coloca a educação no centro das “pautas governamentais e na agenda dos debates que buscam caminhos para uma reestruturação competitiva da economia, com equidade social”.

Não se pode fazer uma análise das políticas públicas de educação, desconsiderando o financiamento das mesmas. Kuenzer (2005), em Ribeiro (2006), fala sobre o atrelamento do desenvolvimento das políticas públicas educacionais ao financiamento por organismos nacionais e internacionais. O sustentáculo das políticas públicas por essas agências, interferindo na definição e nos rumos na educação brasileira permaneceu inclusive na última década.

De acordo com referido autor, os países, assim, introduzem reformas na educação de acordo com os objetivos que almejam atingir, e percebe-se que os de terceiro mundo

enfrentam dificuldades peculiares a seus casos, tais como, políticas de ajuste econômico de curto prazo que evite debates polêmicos acerca de objetivos de longo prazo, como são os da educação; experiência democrática ainda frágil que prejudica as articulações políticas entre instituições políticas e atores sociais; grande desigualdade de renda e na oferta dos serviços educacionais. Aparece cada vez mais estreita a relação entre educação e democracia. Na Inglaterra, por exemplo, as políticas privilegiam, nas palavras de Barroso (2005), um “quase mercado” educativo, em virtude dos governos conservadores que estimularam a competição entre escolas e a “livre escolha” pelos pais, fornecendo informações relativas a avaliações de resultados às famílias dos estudantes. Em países onde a avaliação externa ainda está se moldando, a escolha das escolas várias vezes é mais tolerada que promovida. Muitas dessas medidas, porém, apesar de trazer o bônus das ideias de modernização da escola, trazem o ônus de introduzir ideias de lógica de mercado no processo educacional, que tem efeitos que contrariam esse princípio.

A partir da década de 50, observou-se um esforço do país para aumentar as oportunidades de acesso ao ensino básico. Conforme os dados citados por Mello (1991): a taxa de participação na 1ª série saltou de 65% na década de 30, para quase 95% no final dos anos 90; devido a fatores como a urbanização, a industrialização. O autor destaca, porém, que o esforço focou-se na expansão ao acesso, mas não no oferecimento de condições para conclusão do ensino básico, nem num atendimento escolar igualitário a todos.

A concepção assistencialista da função da escola e do processo pedagógico gerou uma demanda por especialistas de diversas naturezas, de administradores de nível superior a médicos, dentistas, assistentes sociais e nutricionistas, ocasionando um ônus a mais nas folhas de pessoal que hoje comprometem de 80 a 95% dos orçamentos destinados à educação na maioria dos estados e municípios, esferas de governo que arcam com a parte mais significativa dos gastos, com a manutenção do ensino fundamental e médio (MELLO, 1991, p.10).

Vale lembrar que a expansão da rede física não foi planejada, bem como qualificação dos profissionais da educação. Da mesma forma, foi o crescimento na oferta de ensino superior, a qualidade desses cursos não foi devidamente avaliada no momento correto.

Para Vieira e Farias (2007), o Brasil levou um tempo até começar a desenvolver sua própria identidade educacional, uma vez que nossos costumes de ensino foram inicialmente importados dos colonizadores e inspirados em outros países bastante diferentes de nosso nível de desenvolvimento e tecnocracia. A precariedade na educação vigorou por muitos séculos em nosso país e as constituições brasileiras tiveram um papel fundamental na mudança desse paradigma. As autoras ocupam-se de estabelecer um elo de continuidade entre as políticas e

desenvolvimento da educação desde que os jesuítas adentraram em terras brasileiras até o cenário e expectativas observadas na atualidade.

As referidas autoras destacam ainda o poder que a discussão acerca do processo educacional ganhou no período da primeira república e no pós-década de 30.

Focando no desenvolvimento da educação em nível superior, o papel da universidade pública é um tema que sempre ressurgue nos debates sobre as instituições públicas, considerando que a universidade deve fornecer bons resultados à sociedade em contrapartida ao financiamento público que foi concedido a ela. Há teorias que defendem as diversas metodologias e perspectivas de ensino sobre os quais a universidade deveria se pautar, sejam elas mais ligadas à economia e ao mercado de trabalho, à função social de diminuir desigualdades e construir-se mais inclusiva, a investir mais maciçamente em pesquisa, etc. Portanto, a função de uma universidade é algo intrínseco também ao contexto econômico-cultural em que a mesma está inserida, o que sofrerá influências governamentais, pressões sociais, exigências do setor privado da economia, etc. São vários atores políticos em discussão e desse embate sairão as ideias norteadoras das políticas públicas que entrarão na agenda governamental de um determinado período de tempo.

Essa discussão é ainda maior quando se adentra na polêmica acerca do caráter da educação superior, se público por direito ou privado. Se analisarmos os mandatos presidenciais das últimas três décadas, notaremos que alguns governos optaram por desenvolver e investir na educação pública, enquanto outros concederam subsídios à expansão da educação superior privada, fato esse que também gera muita polêmica e discussões. É fato que cresceu substancialmente a porcentagem de jovens que chegam ao ensino superior, mas não se deve ignorar a qualidade dessa educação e as contribuições que traz à sociedade.

Segundo Sguissardi (2005), a multiplicação da quantidade de universidades privadas no Brasil foi tão acelerada, que passou a representar 90% do total e as matrículas nas universidades privadas chegaram a 80%. Para este autor, os dilemas por que passa o Brasil em relação a essa dicotomia público versus privado ou mercantil não é exclusiva, mas também compartilhado por países de periferia e semiperiferia.

Na década de 90, a política educacional passou a sofrer influências do Banco Mundial, segundo Carvalho (2006). Clamava-se por uma nova reforma, que conferisse racionalidade e eficiência no sistema educacional, ideias essas herdadas da agenda governamental vigente no regime militar.

“Novos conceitos foram introduzidos à agenda de reformas: avaliação, autonomia universitária, diversificação, diferenciação, flexibilização, privatização. Uma das

características essenciais do governo FHC é a ineficiência da universidade pública e sua inadequação ao mercado de trabalho” (CARVALHO, 2006, p.2).

De acordo com Cunha (2007), o regime militar incentivou as iniciativas privadas de ensino, e conforme a melhoria da situação econômica do país aumentava-se a procura pelo ensino privado, que acabou representando uma alternativa a qualidades de educação precárias advindas do setor público. Somente o retorno ao governo democrático colocou entraves aos subsídios indiscriminados à educação privada.

Como exemplo de políticas educacionais mais recentes, temos o projeto Escola Jovem, cujo objetivo geral consistia no aumento do número de vagas e de uma reforma no ensino médio. De acordo com os critérios de elegibilidade, alguns estados foram escolhidos para participar do programa. Dois subprogramas integraram o projeto: o investimento na melhoria da qualidade e a expansão da oferta de ensino médio e outro de políticas que objetivavam fomentar o ensino médio nos estados e no Distrito Federal. Na prática, porém, o programa acabou não atingindo seus objetivos e a reforma acabou sendo alvo de crítica acadêmica.

Hofling (2011) acredita que o atendimento ou a frustração das expectativas relacionadas às políticas educacionais, estão diretamente relacionados aos pressupostos adotados pelos órgãos públicos e setores da sociedade civil ao definir sua perspectiva de Estado, Governo e Educação Pública. Os neoliberais utilizam-se das justificativas da burocracia e baixa qualidade dos serviços públicos para clamarem por menor intervenção do Estado e privatização da oferta de ensino público, ignorando, portanto, os princípios e as vantagens que primar pelo ensino público e gratuito agrega, como a universalidade no acesso, igualdade de oportunidades e continuidade dos percursos escolares. Para Barroso (2005), a defesa da escola desfaz o caráter neutro da introdução de uma lógica de mercado na educação, denunciando o que chama de sua ética perversa e a sua intencionalidade política, além de definir as políticas educativas como um processo de construção coletiva do bem comum que preza pelo oferecimento da educação em condições de igualdade e justiça social, a todos os cidadãos.

A Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior) propôs, em 2003, ao presidente Lula um plano de expansão da rede de universidades federais. Foi criado então, o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que iniciou as atividades em 2007. A Andifes tratou de mensurar e avaliar os impactos do crescimento trago pelo Reuni, revelando à época, através de indicadores, que o sistema federal de educação brasileiro passava por um “momento

histórico de revitalização, estratégico para o desenvolvimento nacional e para o futuro do país”.

Uma maior parcela da sociedade passou a ter acesso ao ensino superior gratuito e de qualidade, houve também uma preocupação em maior oferecimento de vagas em período noturno que permitissem o ingresso de candidatos que se dedicam a outras atividades trabalho em período noturno, aumento do número de vagas em cursos de licenciatura, apoiando assim a formação de professores e contribuindo para uma melhoria do ensino básico.

Também se precisou pensar em estratégias de interiorização do ensino superior. 115 dos 267 campi hoje espalhados pelo país foram criados depois de 2003, contemplando regiões antes não alcançadas, contribuindo consequentemente para o desenvolvimento local destas regiões.

O Reuni foi executado a partir de um sistemático debate entre as Ifes e o MEC, o que elevou as políticas públicas de educação a um patamar mais elevado. A Andifes apresentou ao governo federal três dimensões a orientar os projetos em cada Ifes, que eram: a autonomia de cada instituição (com relação a seu objetivo e identidade), uma maior parcela de recursos destinados às universidades menores, para que tivessem a chance de superar as desigualdades inter-regionais e por último, a inclusão da pós-graduação como meta de expansão, com a finalidade de incentivar a pesquisa e a inovação.

O Reuni tinha foco em qualidade, visão estratégicas com metas e bases gerenciais claras. O objetivo da reestruturação das instituições tem caráter fixo ou atemporal alinhados aos desafios do século XXI, que eram: adaptar a universidade às novas demandas e espaços globais surgidos na sociedade do conhecimento, treinar mão-de-obra qualificada para necessidades sociais, econômicas e de sustentabilidade; desenvolver ciência, tecnologia e inovação com qualidade que garanta a inserção do país na nova ordem mundial do conhecimento; difundir uma educação que execute igualdade, inclusão e forme cidadãos dotados de um conhecimento emancipatório, conscientes de sua responsabilidade ética e humanitária.

Foram também instaladas políticas de redução das taxas de evasão e de ocupação de vagas ociosas.

A UFG está programando uma reorganização na estrutura acadêmica. O Estatuto em vigor na UFG até 1996, que continha os elementos presentes na reforma universitária de 1968, apresentava diversos problemas na visão da comunidade universitária. A UFG hoje está estruturada em Unidades Acadêmicas que se intitulam Institutos, Faculdades ou escolas e oferecem cursos que propiciam diversas formações. Essa estruturação em Unidades Acadêmicas funciona dependendo da dimensão da unidade, o fazem com o fim específico de viabilizar os trabalhos

administrativo-acadêmicos, sendo esta sua única função. As rotinas processuais na universidade se esgotam no Conselho Diretor, onde são tomadas todas as decisões referentes às políticas de graduação, pesquisa e pós-graduação, extensão e cultura da unidade. Ressalte-se, portanto, que a UFG se a estrutura sem a departamentalização presente na maioria das universidades brasileiras (RELATÓRIO ANDIFES, 2010, p.19).

É importante lembrar que o Reuni instituiu programas de assistência estudantil (moradia estudantil, alimentação, transporte, assistência à saúde, inclusão digital), evolução no número de cursos de pós-graduação presencial *stricto sensu*.

1.2.1 O PNE e as políticas educacionais

O Plano Nacional de Educação (PNE) pode ser considerado como uma política de Estado. Para vigência do ano de 2011 ao ano de 2020, o PNE trouxe a necessidade da participação da sociedade civil em sua formulação.

No contexto do pós-1930, já havia grupos pioneiros (como o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, 1932) que se preocupavam em planejar a educação brasileira nacionalmente e em setores; porém, Cury (1997), em Dourado (2011, p.19), afirma que o Estado novo fez um arremedo de Constituição que conferia ao Estado uma função apenas complementar em relação à educação, priorizando o papel das instituições privadas de ensino. Essa situação mudaria com o advento da Constituição de 1946, que retoma as discussões acerca do planejamento da Educação, segundo Dourado (2011).

Em 1988, com a educação estabelecida constitucionalmente como direito social, também é afirmada a necessidade do Plano Nacional de Educação, estabelecendo sua temporalidade decenal, com o objetivo de “articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias a serem efetuadas de forma a assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas.”.

“Ao defender grandes metas, indicando grandes desafios para a melhoria da educação nacional, o PNE configurou-se como plano formal, marcado pela ausência de mecanismos concretos de financiamento” (DOURADO, 2011). Ainda sobre as críticas com relação à coerência entre o PDE e o PNE:

Na educação superior, ao fixar para as universidades federais a meta da duplicação de vagas até 2017, o PDE fica aquém do PNE, que, na meta 1, se propôs a atingir, até 2010, um número total de vagas capaz de absorver 30% da faixa etária de 18 a 24 anos, o que significa a triplicação da totalidade das vagas atuais. A meta 17 do

PNE foi de algum modo, contemplada pela ação “Pós-Doutorado”. As outras 33 metas relativas à educação superior que constam do PNE não foram diretamente levadas em conta pelo PDE” (SAVIANI, 2007, p. 1240).

Klein diz que no período de 1970 a 1985, as políticas de educação superior foram discutidas e geradas dentro de algumas agências no Ministério da Educação, envolvendo principalmente burocratas e especialistas no assunto de um lado e chefes de poder público e instituições privadas de ensino superior, de outro.

Abaixo, quadro com as principais metas do Plano Nacional de Educação em vigor, para o exercício de 2011 a 2010:

Quadro 01 – Análise do PNE

(continua)

Metas	Comentários
Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência do PNE (2024)	Apesar de ser responsabilidade do município, a oferta da educação básica, os estados e a União devem amparar esse direito.
Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos conclua essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência do PNE.	Assegurar uma permanência maior das crianças e adolescentes na escola, promover a articulação das escolas com instituições e movimentos culturais, garantir que a educação básica seja ofertada à população indígena e quilombola.
Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).	A universalização do ensino médio deixa de ser uma reivindicação da sociedade civil e entra nas agendas governamentais mais efetivamente.
Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados	Tem-se a necessidade de promover a formação continuada de professores para atendimento educacional especializado, tanto nas escolas urbanas, como nas quilombolas e indígenas

(continua)

Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.	Entre as estratégias para a execução desta meta, estão a valorização e qualificação de professores alfabetizadores, o desenvolvimento de tecnologias educacionais e a inovação de práticas pedagógicas e estimular as escolas a programar medidas de avaliação e monitoramento das atividades pedagógicas, além de se atentar à preservação e respeito das línguas maternas das populações indígenas e quilombolas.
Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (das) alunos (as) da educação básica	Necessidade de um projeto pedagógico diferenciado, a formação dos profissionais de ensino, infraestrutura e meios para sua execução. Necessidades de ações entre as políticas educacionais e sociais
Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB: 6,0 nos anos iniciais do ensino fundamental; 5,5 nos anos finais do ensino fundamental; 5,2 no ensino médio	A qualidade da educação está interligada aos atores que participam de sua promoção, os processos formativos em diferentes níveis, modalidades educativas, o projeto nacional educativo. É de suma importância que os professores e gestores educacionais acompanhem os resultados do IDEB, implantando ações que busquem melhorar a qualidade da aprendizagem.
Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)	Adesão a programas de educação de jovens e adultos, expansão da oferta de educação profissional e técnica gratuita, parcerias com as áreas de assistência social, saúde e proteção à juventude.
Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.	Aqui entra também a questão da atenção que deve ser dada a políticas públicas de educação no campo que possibilite a elevação da taxa de escolaridade de jovens agricultores e suas famílias, integrada à qualificação profissional e desenvolvimento de ações comunitárias.
Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.	Pode ser realizada nos ensinos fundamental e médio
Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público	Oferta de educação de qualidade em escolas técnicas, centros de formação profissionais, etc.
Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público	Ampliar o número de participação de grupos menos favorecidos na educação superior, inclusive por meio de ações afirmativas, ampliar e interiorizar o acesso à educação, ampliar a oferta de vagas também nas universidades abertas (ensino a distância), etc.

(conclusão)

Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.	Melhorar a qualidade dos cursos de pedagogia e licenciaturas, realizar pesquisas institucionalizadas articuladas a programas de pós-graduação <i>scripto sensu</i> .
Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação <i>stricto sensu</i> , de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores	Financiamento dos cursos de pós-graduação <i>scripto sensu</i> pelas agências de fomento, ampliar a oferta de cursos de pós-graduação, principalmente doutorados nos campi novos criados pelo Reuni, promover ações de internacionalização da pesquisa e pós-graduação brasileiras, promovendo o intercâmbio científico e tecnológico.
Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam	Estabelecer estratégias que garantem as formações específicas para as licenciaturas, trabalho sistemático e articulado entre a formação acadêmica e as demandas da educação básica.
Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino	Ampliar a oferta de cursos de pós-graduação, consolidar política nacional de formação de professores na educação básica, ações articuladas nos programas de pós-graduação nas universidades públicas, assegurar a implantação de planos de carreira docentes.
Valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE.	Oferecer condições dignas de trabalho aos professores das escolas públicas, valorizar o piso salarial nacional profissional dos docentes.
Assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de Carreira para os (as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos (as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal	Valorizar a carreira de professor é tarefa tratada com mais ênfase neste item, além de estruturar as redes públicas de educação básica, promover incentivos para a qualificação profissional, inclusive na modalidade <i>scripto sensu</i> .
Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.	Exige a elaboração de planos de educação no âmbito das instituições educacionais e o exercício da autonomia de tais instituições articuladas aos sistemas de ensino, construções coletivas de projetos político-pedagógicos, melhorando os processos de prestação de contas, participação e controle social.

Fonte: Plano Nacional de Educação (2014).

1.2.2 O Planejamento nas instituições de Ensino

Não é com base, porém, em ideologias que a universidade conseguirá cumprir sua missão. É preciso que a mesma estruture os objetivos da formação dos estudantes através de ferramentas de planejamento, reuniões colegiadas, estabelecimento do plano político-pedagógico dos cursos e matriz, curricular, oferecimento de projetos de extensão e pesquisa que permita uma vivência do ensino para além da sala de aula.

Toda organização, seja ela pública ou privada, precisa definir sua missão, visão e valores. É a partir dessas definições que ela conseguirá estabelecer seus objetivos e metas e estes representam os primeiros aspectos formais da cultura organizacional. De acordo com Porto (2008), a missão abrange o propósito básico da organização e os valores que ela pretende agregar “a elementos que com ela interagem”, enquanto a visão deve retratar um futuro desejado a longo prazo, tendo uma descrição clara, alinhada com os valores centrais da organização. Já os valores, ainda para o mesmo autor, são os princípios duradouros, intrínsecos à instituição.

Pires e Macêdo (2006, p. 88) definem cultura como “conjunto complexo e multidimensional de tudo o que constitui a vida em comum nos grupos sociais”, ou ainda “o resultado de ações cujos componentes e determinantes são compartilhados e transmitidos pelos membros de um dado grupo”.

Ainda de acordo com os autores acima, as organizações brasileiras são dotadas de características que as diferem de organizações de outros países, o que reflete os valores culturais da sociedade brasileira em geral.

As organizações interagem com os ambientes nos quais estão inseridas e por consequência as pessoas que formam o grupo presente nestes ambientes, bem como seus valores e crenças.

Percebe-se, então, que a cultura de uma organização será um conjunto de características que a diferencia em relação a qualquer outra. A cultura assume o papel de legitimadora do sistema de valores, expressos através de rituais, mitos, hábitos e crenças comuns aos membros de uma organização, que assim produzem normas de comportamento genericamente aceitas por todos (PIRES e MACÊDO, 2006, p. 88).

As organizações públicas possuem aspectos específicos inerentes ao setor público, mas além deste fator também incidem sobre a organização sua regionalidade e, devido a esta multiplicidade de aspectos, devemos cuidar para não resultar em generalizações imprecisas e errôneas.

O planejamento estratégico tornou-se, nas últimas décadas, um dos focos da alta direção de grandes organizações. As causas para tal sucesso, segundo aponta Alday (2000) estão relacionadas ao ambiente dinâmico das empresas e o cenário competitivo global.

Segundo o autor, muitas organizações concentram tempo e esforços em fazer grandes e detalhados planos estratégicos, sem, contudo, que o mesmo tenha sido elaborado e controlado corretamente, deixando de trazer sucesso aos negócios.

Ackoff (1966), *apud* Alday (2000), esclarece que o Plano Estratégico é pertinente à organização como um todo, enquanto os Planos Táticos estão relacionados com as diversas áreas da organização. Planejamentos feitos de maneira errônea resultarão em projeções tendenciosas e desvio dos focos realmente importantes,

Para Alday (2000), a Administração Estratégica pode ser definida como “um processo contínuo e interativo que visa manter uma organização como um conjunto apropriadamente integrado a seu ambiente”. Ainda de acordo com o autor, a gestão estratégica compreende as seguintes etapas:

1. Análise do ambiente: ambiente organizacional e seus níveis, acompanhado do estudo de seus riscos e oportunidades;
2. Estabelecimento de uma diretriz organizacional: Missão, objetivos, visão e valores organizacionais;
3. Formulação de uma estratégia organizacional: Formular estratégias que resultem em objetivos organizacionais; enfoque em saber lidar com a concorrência.
4. Implementação da estratégia organizacional: Ações estratégicas anteriores ao processo de administração estratégica.
5. Controle estratégico: monitoramento e avaliação do processo de administração estratégica.

A análise estratégica, portanto, compreende a busca por uma análise mais completa das organizações, alinhadas aos objetivos e metas que pretende atingir, de forma a entender como a organização pode trabalhar para se desenvolver em consonância com seus planos, missão e visão. A base teórica para essa nova forma de se pensar a Administração pode ter se originado no setor privado, porém hoje ela pode e está sendo aplicada em várias autarquias e empresas públicas.

1.3 Planos, objetivos e metas da Educação Superior.

Além das deliberações da comunidade acadêmica ou decisões de órgãos Colegiados, nas universidades públicas o papel da educação superior também é definido em planos como o PNPG e o PNE; e os planos institucionais devem se pautar neles para estabelecer suas metas e estratégias que serão executadas.

A educação, entendida como aprendizado formal e estruturada, tem efeitos que ultrapassam a simples retenção de conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades. Impactos relevantes em termos políticos também são sistematicamente observados em diferentes sociedades. Segundo a perspectiva predominante na Ciência Política, a instrução formal é dos fatores mais relevantes como determinante do comportamento político do indivíduo (SCHLEGEL, 2011, p. 9).

Segundo Loureiro (2005), as características da educação emancipatória são: formação de uma autonomia mais desenvolvida do homem e pensar suas relações com seus semelhantes e com o meio em que vive; entendimento da complexa teia dos problemas ambientais e politização de tal discussão; conscientização da importância da participação social e do exercício efetivo da cidadania; diálogo com a cultura e a educação popular; visão holística das relações de produção e consumo com princípios éticos, um estudo histórico do desenvolvimento e o jogo de interesses públicos e privados.

Esse tipo de educação fundamenta-se na dialética e suas orientações marxistas. Essa educação é contrária à abordagem comportamentalista tradicional, que ainda observamos em grande maioria das instituições, caracterizadas por uma compreensão mais individualista, despolitizada, pouco focada nos processos históricos e na problematização da realidade.

Ao pensarmos a educação enquanto práxis social, cujo fim é o aprimoramento humano naquilo que pode ser aprendido e recriado a partir dos diferentes saberes existentes em uma cultura, de acordo com as necessidades, responsabilidades e exigências de uma sociedade, alguns problemas se explicitam no uso de abordagens sistêmicas (LOUREIRO, 2004, p.3).

Ainda de acordo com o mesmo autor, a proposta emancipatória ao contrário, propõe pensar natureza e indivíduo como seres concomitantemente existentes formando a natureza total, desconstruindo conceitos tidos como verdadeiros, a fim de possibilitar ao indivíduo, construir ele mesmo suas convicções e perceber a desordem causada pelo conflito de interesses na sociedade. Schlegel (2011) afirma que muitos autores vinculam a educação formal no Brasil à capacidade de um cidadão de participar, apoiar a democracia e se interessar mais pela política e que embora os mecanismos para estabelecer relação entre a educação

recebida e o comportamento político ainda não estejam tão bem delimitados, isso não deve servir de justificativa para que “iniciativa deixe de ser debatida como proposta capaz de ampliar o conhecimento sobre as políticas públicas da área e aprimorar sua efetividade”.

Ainda para o autor supracitado, três efeitos da escolarização tem impacto direto sobre o comportamento político do cidadão: o desenvolvimento das capacidades cognitivas (a melhoria da compreensão e capacidade de aprender por meio da habilidade de categorizar, relacionando objetos do mundo objetivo, interpretando e resolvendo situações); aprendizado de valores (socialização nos valores prevalentes nas sociedades e nas regras de seus grupos sociais) e efeitos de classificação ou de credencial (o indivíduo “entende” sua posição na sociedade). Percebe-se que alguns desses efeitos não são absolutos, uma vez que dependem também da escolaridade de outras pessoas envolvidas no processo educativo. Dagnino (2004) explica que a construção de sujeitos sociais ativos é indispensável para o exercício do que chama de nova cidadania (uma cidadania que inclui os movimentos sociais, inspirada na luta pelos direitos humanos e pela transformação social por meio de cultura e política). São esses agentes que reivindicarão ao direito e participar ativamente na definição do sistema político.

Lima (2013) fala sobre a Conferência Mundial sobre Ensino Superior realizada no período de 5 a 9 de outubro de 1998 em Paris, em que era denunciada a “inadequabilidade da estrutura e funcionamento” da universidade diante do mundo globalizado e do processo de reestruturação econômica. Estabeleceu-se a partir daí, uma nova missão e função da universidade para o século XXI, qual seja:

- 1) A universidade tem a missão de educar, formar e realizar pesquisas;
- 2) Função ética, autonomia, responsabilidade e prospectiva.

No âmbito da criação de uma nova visão de ensino superior, a CMES, destacava:

- 3) Igualdade de acesso;
- 4) Fortalecimento da participação e promoção do acesso das mulheres;
- 5) Promoção do saber mediante a pesquisa nos âmbitos da ciência, da arte e das humanidades e da difusão de seus resultados;
- 6) Orientação a longo prazo fundada nas atribuições;
- 7) Reforçar a cooperação com o mundo do trabalho e a análise e previsão das necessidades da sociedade;
- 8) A diversificação como meio de reforçar a igualdade de oportunidades;

- 9) Métodos educativos inovadores: pensamento crítico e criatividade;
- 10) Os professores e estudantes são os principais protagonistas da educação superior.

Sobre a passagem da visão para a ação foram destacados os seguintes pontos:

- 11) Avaliação da qualidade;
- 12) O potencial e os desafios da tecnologia;
- 13) Reforçar a gestão e o financiamento da educação superior;
- 14) O financiamento da educação superior como serviço público;
- 15) Ter em comum os conhecimentos teóricos e práticos entre os países e continentes;
- 16) Do “êxodo de competências” ao seu retorno (Programas de cooperação internacional e
- 17) As associações com alianças (DECLARACIÓN MUNDIAL SOBRE LA EDUCACIÓN SUPERIOR, 1998).

Orientados por estes eixos, foram traçados 28 objetivos para serem alcançados pelo PPA até o final de sua vigência (2003) dos quais destacamos três:

- 1) Criar um ambiente macroeconômico favorável ao crescimento sustentável;
- 2) Elevar o nível educacional da população e ampliar a capacitação profissional e
- 3) Ofertar escola de qualidade para todos. Esses eixos não foram implementados no governo de Fernando Henrique Cardoso, mas seria parte dos encaminhamentos do governo posterior (Lula da Silva).

A partir da leitura da missão da Universidade Federal de Goiás, qual seja “gerar, sistematizar e socializar o conhecimento e o saber, formando profissionais e indivíduos capazes de promover a transformação e o desenvolvimento da sociedade”, conclui-se que o tipo de educação a ser oferecida na universidade é a educação emancipatória, em que se prepare o estudante para entender a realidade social que o cerca e a partir de fatos concretos fundamentarem suas próprias opiniões, o papel da universidade estaria reduzido a mera disseminadora de conhecimento pronto.

1.4 A pós-graduação no Brasil

De acordo com Balbachevsky (2005), em 2002 no Brasil observou-se um grande avanço da pós-graduação, 61 mil estudantes estavam matriculados em programas de mestrado no Brasil e outros 34.800 estavam matriculados em cursos de doutorado. No mesmo ano,

formaram-se novos 23 mil mestres no Brasil e 6.300 doutores.

A autora coloca que além da expansão, a pós-graduação brasileira também impressiona por sua qualidade. Desde o final da década de 60, políticas permitiram que ela crescesse sem perder a qualidade, na visão da autora. Na década de 70, a Capes criou um sistema de avaliação dos programas de pós-graduação, com base no julgamento por pares, que tem reconhecimento pela comunidade científica internacional; nele o mérito científico da atividade acadêmica é submetido a pareceres formulados por especialistas que atuam em mesma área de conhecimento do pesquisador ou área conexa. Realizando periodicamente essa avaliação, foi possível se estabelecer um padrão mínimo de qualidade acadêmica. As reformas da década de 90 recriaram ainda o ambiente da administração pública e da educação no Brasil.

Para Balbachevsky (2005), a origem da pós-graduação brasileira remota a década de 1930, quando o modelo de cátedras (de origem europeia, na qual as atividades de ensino, pesquisa e extensão de uma especialidade são de responsabilidade de um único professor, que nomeia uma determinada quantidade de assistentes para auxiliá-lo). Estabelecia-se assim uma relação entre o professor catedrático e o grupo de aprendizes ou discípulos. O treinamento estava focado no desenvolvimento da tese. Naquela época, a pós-graduação ainda era bastante restrita a poucas universidades, sendo que mesmo nessas o tratamento para com os estudantes era realmente o da pós-graduação como deveria ser. A pós era apenas uma das portas de entrada para a vida acadêmica. Só a partir de 1965 é que o Ministério da Educação resolveu regular essas atividades, reconhecendo-as como de um ensino superior ao bacharelado. O parecer 977 aprovado pelo Conselho Federal de Educação estabelecia a separação entre os níveis de mestrado e doutorado.

À medida que a pós-graduação se institucionalizava, o modelo dominante passava a ser aquele que exige do candidato a conclusão de número mínimo de disciplinas especializadas, sua qualificação junto a uma banca em que é norma a presença de pelo menos um professor externo ao departamento, no caso de mestrado, e dois, no caso de doutorado (BALBACHEVSKY, 2005, p. 278).

Conforme relatado por Teixeira (1989), em Mendonça (2013), a falta de uma tradição universitária brasileira, nas décadas de 50 e 60, que não teria vivenciado, ao contrário das universidades europeias, a experiência da universidade moderna, preocupada com o desenvolvimento do conhecimento científico. A Capes teve então, um papel fundamental segundo Balbachevsky (2005), nos anos 70, as políticas brasileiras de ciência e tecnologia foram privilegiadas, uma vez que o governo baseava-se no desenvolvimento científico como

ponte para o desenvolvimento econômico do país. O governo brasileiro lançou um programa de capacitação de pesquisadores, ofertando bolsas de pós-graduação no exterior. Esses cientistas retornavam ao Brasil, certos dos moldes em que deveria encaixar-se a pós-graduação e suas ações foram cruciais para o desenvolvimento dos programas que estavam sendo iniciados no país. Em 1975, o antigo Conselho Nacional de Pesquisa foi transformado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). As agências de fomento criaram linhas diretas de suporte aos pesquisadores, evitando desperdícios que às vezes eram causados pela burocracia existente nas universidades.

Para a referida autora, a pós-graduação brasileira cresceu de forma bastante expressiva. Em 1965, o Conselho Nacional de Educação identificou 27 cursos de mestrado e 11 de doutorado. Em 1975, esse número já havia saltado para 429 programas de mestrado e 149 de doutorado. O Finep e o CNPQ demonstravam preferência pelos programas de ciências e engenharia, porém o MEC, que tinha objetivo de qualificar professores para as universidades, defendia um leque mais amplo de possibilidades. Gatti (1983) enfatiza que na década de 80, houve a consolidação de programas de pós-graduação em educação em consonância com o aumento de produção científica e formação de professores universitários, o que trouxe um caráter mais estável devido à continuidade do trabalho desenvolvido na pós-graduação brasileira.

Bianchetti (2007), *apud* Cury (2005), afirma que com a aprovação do parecer n. 977 pelo Conselho Federal de Educação em 1965, foi o que instituiu formalmente a pós-graduação *stricto sensu* no Brasil. Em 1966, foi iniciado o primeiro curso de mestrado em educação na PUC-Rio. Em 1969, através do parecer 77 do conselheiro Newton Sucupira, a exemplo do anterior, regulamentou-se a implantação da pós-graduação no Brasil. Os dois primeiros cursos de doutorado foram os da PUC-Rio e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Para que possa efetivamente exercer seu papel de prospecção da educação superior no Brasil e elevar nossas ações de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, a pós-graduação deve ser avaliada. Para Horta e Moraes (2005), o modelo de avaliação introduzido pela Capes influenciou as pesquisas de incentivo à pós-graduação no Brasil, priorizando a produção do conhecimento e a formação de pesquisadores, em que o programa passa ser a unidade básica e não os cursos de mestrado e doutorado separadamente, além da organicidade entre linhas, pesquisas e projetos. A GACH considerou analisou o perfil de excelência dos programas de graduação analisando o tripé de formação, corpo docente e pesquisa e produção científica com inserção internacional. Guimarães (2007) explica a tendência internacional em avaliação

de projetos científicos e tecnológicos é orientada de forma a expandir o público envolvido nos processos avaliativos.

Continuando na linha de pensamento dos autores, a formação de excelência era aquela compatível às ofertadas pelos programas internacionais de suas áreas, incluindo bibliografias que contemplassem o estado da arte e envolvessem estágios-sanduíche no exterior. O corpo docente deveria compreender orientadores com significativa produção intelectual de nível internacional, participar de comitês editoriais internacionais, etc.

Gatti (1983) avalia que durante a década de 80, os ajustes sofridos por alguns programas a partir de críticas internas sobre as falhas e inadequações que apresentavam, alguns programas de pós-graduação na década de 80 sofreram reajustes, bem como aqueles criticados por sua maneira de implantação ou expansão e a exigência de parâmetros mais criteriosos demonstram evolução na produção do conhecimento científico. Comenta ainda, que da década de 70 para 80, vários programas de mestrado tiveram melhorias quanto à definição de suas grades curriculares e na definição de seus objetivos.

No governo Lula, de acordo com Guimarães (2007), várias mudanças foram positivas à pós-graduação, como a Lei da Inovação e o decreto que a regulamenta, a criação do Fundo Técnico-Científico (Funtec) pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES), a aprovação de subsídios a empresas pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), além do Programa Petrobrás de Fomento à Pesquisa. Desde a década de 70, a pesquisa desenvolve-se junto à pós-graduação. A Capes também influenciou em uma das principais missões que hoje tem a pós-graduação brasileira, qual seja a capacitação docente nas universidades.

A discussão de áreas de conhecimento passa por definições da Capes e do CNPq, conforme nos ensina Guimarães (2007) que árvore do conhecimento, no Brasil, é coordenada pelo CNPq, sendo possuidora da grande legitimidade nacional, utilizada tanto pela maioria das instituições de ensino e pesquisa, como pelas agências de financiamento de esfera estadual e nacional.

1.5 O Plano de Desenvolvimento da Educação

Segundo Lima (2013), O PDE foi caracterizado pelo próprio presidente Lula como “Uma revolução na educação brasileira” e que, a seu ver, deveria responder a lacunas históricas até então não contempladas de forma parcial ou em sua totalidade. Esse primeiro delineamento previa a articulação da sociedade civil e os entes federados para

estrategicamente, promover a oferta de educação para todos e de qualidade. Isso se faria mediante parcerias e controle dos índices registrados quanto ao aproveitamento discente (IDEB) e a verificação sazonal por avaliações externas como, por exemplo, SAEB, Prova Brasil, ENEM. Sem dúvida alguma o estabelecimento de políticas para o desenvolvimento da democratização na educação superior no Brasil é urgente e decisivo para romper com a educação de elite historicamente enraizada.

De acordo com Haddad, no contexto do PDE, a educação superior norteia-se pelos seguintes princípios: expansão da oferta de vagas garantia de qualidade, promoção de inclusão social, ordenação territorial e desenvolvimento econômico e social.

Antecedentes do PDE que remontam à defesa da autonomia universitária foi à recuperação das verbas de custeio das universidades federais no governo Lula, somando-se ao reestabelecimento da capacidade de investimento das instituições, a expansão do ensino superior público, inclusive em municípios do interior e programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que também previa um avanço no acesso mais democrático ao ensino superior, inserindo um maior número de jovens advindos de camadas sociais de menor renda na universidade.

O REUNI é o instrumento que permite expandir e defender a universidade pública. Contudo, mais do que isso, o REUNI propicia que cada instituição encontre, autonomamente, seu caminho de desenvolvimento no momento em que, em plena revolução científica, as fronteiras entre áreas do conhecimento tornam-se tênues e novas possibilidades de formação vão se delineando (HADDAD, 2008, p. 16).

O SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior) também representa um avanço na área de políticas públicas educacionais, consolidando e fundindo harmoniosamente três experiências anteriores de avaliação: O Banco de avaliadores do Inep, o ENADE e o Provão.

O conjunto de medidas denominadas Plano de Desenvolvimento da Educação incluiu o Decreto n. 6.096, de 24 de abril de 2007, que instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Sem embargo de diretrizes de duvidosa eficácia, como a de apoio a “modalidades de graduação, preferencialmente não voltada à profissionalização precoce e especializada”, isto é, o bacharelado interdisciplinar, o programa prevê apoio financeiro aos projetos de universidades que se dispuserem a reduzir as taxas de evasão, preencher as vagas ociosas e aumentar as vagas de ingresso, especialmente no período noturno. Ainda que o REUNI tenha recebido críticas variadas, principalmente por não levar em conta as peculiaridades das universidades federais, ele pode vir a impulsionar o crescimento do alunado desse segmento do ensino superior (CUNHA, 2007, p. 821).

Como todos os indicadores, alguns autores também têm críticas com relação ao modelo de avaliação adotado pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), como Cunha, que diz ser um grande empecilho para a credibilidade da avaliação realizada pelo SINAES é o fato da matrícula de milhares de estudantes em instituições de ensino superior de baixa qualidade, de forma que a Lei 11096/05 afrouxava os critérios de avaliação do MEC, transferindo as responsabilidades das instituições para os cursos. Para o autor, a grande expansão de acesso ao ensino superior não deve ser analisada separadamente, mas junto às políticas de permanência na graduação e pós-graduação, reestruturação acadêmica, etc. Também há críticas com relação ao próprio PDE.

À aprovação quase geral contrapuseram-se algumas manifestações alertando que o Plano, tal como apresentado, não traz garantias de que as medidas propostas surtirão o efeito pretendido e esperado. Isso porque não estão claros os mecanismos de controle, permanecendo a possibilidade de que as administrações municipais manipulem os dados de modo a garantir o recebimento dos recursos, apresentando estatísticas que mascarem o desempenho efetivo, em detrimento, portanto, da melhoria da qualidade (SAVIANI, 2007, p. 1232).

De acordo com Klein, em meados de 1950, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), uma agência que entre outras atribuições, concede bolsas de estudo para graduados no Brasil e no exterior, foi criada. O Ministério da Educação foi criado na década de 30, num período de centralização política, em que a burocracia ineficiente predominava no sistema político, com predominância de indicações em cargos-chave e a alocação de recursos financeiros era baseada em interesses políticos e eleitorais.

1.6 O Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011-2020

Editado pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o PNPG tem como objetivo “definir novas diretrizes, estratégias e metas para dar continuidade e avançar nas propostas para a política de pós-graduação e pesquisa no Brasil. O MEC exige a coordenação entre as propostas e atividades do PNE e do PNPG, porque o segundo age como parte integrante do primeiro, o que torna obrigatório que suas metas e ações estejam alinhadas. O PNPG recebe contribuições de sociedades científicas, associações de pós-graduação, universidades e pró-reitorias, além de especialistas de diferentes áreas do conhecimento.

O documento é constituído do plano propriamente dito (dividido em capítulos que abordam a situação atual, as diretrizes para o futuro da pós-graduação e os Documentos

Setoriais, que são redigidos por especialistas convidados). O Plano subdivide-se em cinco eixos principais: 1- expansão do Sistema Nacional de Pós-Graduação, primazia da qualidade, quebra da endogenia¹ e atenção à redução das assimetrias; 2 – a criação de uma nova agenda nacional de pesquisa e sua associação com a pós-graduação; 3 – a associação com a pós-graduação; 4 – a multi e a interdisciplinaridade entre as para outros segmentos do sistema de CT&I 5 – o apoio à educação básica e a educação básica e a outros níveis e modalidades de ensino, especialmente o ensino médio.

Apesar destes eixos já estarem presentes nos planos anteriores, assumiram na versão 2011-2020 novas metas e programas específicos.

Não pode ser subestimado o valor dos cinco planos anteriores, que foram protagonistas dos seguintes resultados: 1 – a capacitação dos docentes das universidades, formando o primeiro contingente de pesquisadores e especialistas em âmbito federal; 2 – a preocupação com o desempenho e a qualidade; 3 – a integração da pesquisa desenvolvida na universidade com o setor produtivo, visando o desenvolvimento nacional; 4 – a flexibilização do modelo de pós-graduação, o aperfeiçoamento do sistema de avaliação flexibilização do modelo de pós-graduação, o aperfeiçoamento do sistema de avaliação e a ênfase na internacionalização; 5 – a introdução do princípio de indução estratégica, o combate às assimetrias e o impacto das atividades de pós-graduação no setor produtivo e na combate às assimetrias, resultando na incorporação da inovação no SNPG e na inclusão de parâmetros sociais no processo de avaliação.

O país entrou no século XXI como uma nova potência emergente, com a perspectiva de tornar-se a quinta economia do planeta no decênio 2011-2020, trata-se de um fato extraordinário, revelando que o país vem passando e deverá passar mais ainda por mudanças profundas em segmentos importantes da economia, com reflexos na geopolítica e impactos em diferentes setores da sociedade, inclusive no sistema educacional, mundial aí incluído o ensino superior (BRASIL, 2010, p.16).

No plano, fica claro que o núcleo da pós-graduação é a pesquisa, que depende de treinamento e forte dedicação ao estudo, sendo papel das universidades e dos institutos de pós-graduação alinhar uma à outra. A pesquisa, quando aplicados podem levar a novas tecnologias e procedimentos a serem utilizados pelo setor público e pelo setor privado.

Foi a partir de 1965, com o Parecer 977/65, emitido pelo Conselho Federal de Educação, a pós-graduação brasileira ganhou novos contornos. O Regime Militar apoiou a formação e pesquisadores e docentes no âmbito universitário. Esse parecer estabelecia as diferenças entre pós-graduação stricto sensu e lato sensu.

Schwartzman (2001), *apud* Hostins, ressalta a importância da influência americana para a consolidação da pós-graduação brasileira trouxe elementos organizacionais de universidades americanas para as universidades brasileiras. Hostins explica que o I PNPG objetivava institucionalizar o sistema nas universidades, melhorar o desempenho, racionalizar recursos e ter uma melhor distribuição regional, uma vez que estava articulado ao I Plano Nacional de Desenvolvimento. Entre as ações dessa política, destaca-se: capacitação de professores, integração da pós-graduação na universidade, diminuição de disparidades regionais. O II PNPG tem-se como meta formar recursos humanos capacitados para atividades de ensino, pesquisa e técnicas nas instituições de ensino superior. A questão está centrada em expandir a capacidade docente, melhorando o nível do ensino. Já o III PNPG foca em buscar soluções para os problemas tecnológicos, econômicos e sociais, apoiados na meta de autonomia nacional.

Nota-se que a preocupação inicial das políticas de pós-graduação nacionais era qualificar docentes que atuavam nas universidades federais, fomentar o desenvolvimento científico. A partir da década de 80, a preocupação passa a ser a execução da avaliação de desempenho, passando posteriormente no desenvolvimento da pesquisa e o estabelecimento de uma articulação entre ciência, tecnologia e o setor produtivo, o que, segundo Hostins, se estendeu até a década de 90.

Nos documentos que orientam a política de pós-graduação na década de 1990 evidenciam-se algumas importantes mudanças como a diminuição do tempo de certificação, a redução do número de bolsas e de seu tempo de duração, a redefinição do mestrado com o privilegiamento do doutorado, a vinculação de teses e dissertações a projetos de pesquisa institucional (HOSTINS, 2006, p.144).

O processo de avaliação utiliza um banco de dados – instrumento instituído para o encaminhamento anual pelas Pró-reitorias de pós-graduação, por via eletrônica, de informações fornecidas pelos Programas de pós-graduação. A CAPES informatizou este sistema e desenvolveu indicadores de produtividade mais precisos, explorando adequadamente os dados coletados. Os relatórios disponibilizados permitem uma análise quantitativa e também qualitativa do corpo docente, do corpo discente, da produção intelectual, e das atividades de pesquisa e de formação.

[...] as tendências que se delineiam para o século XXI (V PNPG) evidenciam, por sua vez, os eixos principais que definem o paradigma norteador dessas políticas: o esforço pela diversificação e expansão da oferta, a flexibilização de modelos, a institucionalização de um processo contínuo de avaliação, o incremento da internacionalização, a cumplicidade com o mercado, a atuação em rede, a busca de

perfis de excelência, enfim, o partilhamento com o paradigma que define a economia do conhecimento. Essa dinâmica revela o impulso expansionista do capitalismo, regido por suas próprias leis internas de movimento, penetrando em todos os aspectos da vida social. A sociabilidade capitalista transforma o conhecimento num bem de importação e exportação atingindo hoje uma universalidade virtual, nas quais todos são obrigados a se submeter às exigências da competição, da produtividade crescente e da internacionalização como forma ativa de responder à globalização do conhecimento (HOSTINS, 2006, p. 155-156).

Hostins (2006) alerta para as influências da conjuntura capitalista para os próximos planos de pós-graduação elaborados para o novo século, colocando um modelo de desenvolvimento tecnológico e social que incidiria nas metas para a educação.

No quadro seguinte, estão descritas as principais diretrizes presentes no PNPG em vigor, e na frente de cada uma delas, comentários que orientem o porquê de estarem presentes no texto do plano e/ou uma definição que oriente o leitor a melhor compreender a estruturas das estratégias e metas em que o PNPG pretende se inserir.

Quadro 03 – Análise do PNPG

(continua)

Diretriz	Comentários
Agricultura: revolução verde e tecnologias limpas	Em virtude das mudanças ocorridas nos espaços agrícolas e das preocupações socioambientais, surgem os desafios de produção sustentável para uma população que cresce constantemente.
Amazônia e o Mar (Amazônia Azul e Amazônia Verde)	O PNPG deixa claro aqui a importância de um curso de Oceanografia para tentar resolver as particularidades e os desafios enfrentados pela Amazônia Azul e a Amazônia Verde. Requer-se uma abordagem em ações multidisciplinares a fim de concentrar esforços para a preservação dos biomas, das espécies e da produção sustentável.
Programa Espacial	Apresenta-se uma necessidade de formação de recursos humanos para o setor espacial brasileiro que deem continuidade ao programa e suporte às atividades de pesquisa, ressaltando-se a vantagem brasileira de ter custos de combustível até 30 % menores devido a sua posição em relação a um satélite artificial em órbita colocado em uma base próxima à Linha do Equador.
Política nuclear	A cada vez mais crescente demanda por energia incentivou muitos países a desenvolver usinas com reatores de potência átomo-elétricos. O solo brasileiro é rico para a produção industrial de combustível nuclear.
Ensino médio e educação básica	A Capes apoiou políticas de valorização e formação de profissionais de magistério, estimulando que cursos de pós-graduação interferissem na melhoria da educação básica, formando professores tanto em cursos presenciais, quanto na modalidade à distância.

(continua)

Clima, energia e pré-sal	Essas questões estão presentes na Agenda Nacional de Pesquisa. Demanda-se por um avanço na precisão das precisões climáticas, ressaltam-se as possibilidades de investimento devido à descoberta de enorme reserva de petróleo no pré-sal, colocando-se a falta de mão de obra qualificada para atuar nesses processos.
Questões sociais	Entre as questões contemporâneas a serem influenciadas pela pós-graduação, a Capes coloca a superação e atenuação de conflitos sociais presentes no cenário sociopolítico-econômico brasileiro.
Estratégias de desenvolvimento sustentável	A sustentabilidade socioeconômica e ambiental do país, é, hoje, um desafio a ser enfrentado, desde fontes de alimento até energias renováveis.
Defesa Nacional	O fato do Brasil não ser detentor de poder militar tal qual seus vizinhos mais desenvolvidos é um obstáculo para que o país seja visto como uma potência regional. Um Poder militar forte depende de recursos humanos capacitados cientificamente e tecnologicamente para manuseio de equipamentos adquiridos, bem como desenvolvimento de seus próprios no país.
Oceanografia	Necessidade de um estudo aprofundando da oceanografia brasileira, principalmente no que concerne aos objetivos da Amazônia e o mar.
Novas formas de interação entre universidade e sociedade	Atenuação do espaço de tempo entre a produção intelectual e a apropriação pública do conhecimento, por meio de agendas compartilhadas ou da participação da comunidade universitária na formulação de metas nacionais de desenvolvimento
Inovações curriculares e de formação	Preocupação com a diversidade curricular e incentivos a programas multi e transdisciplinares
Expansão geográfica estratégica da pós-graduação brasileira	Incluindo a adoção de programas interinstitucionais
Inserção Internacional	Consórcios internacionais estratégicos, formação de competitividade que gere o interesse de pesquisadores internacionais.
Utilização do potencial hídrico, solo cultivável, disponibilidade eólica e solar, biodiversidade, autossuficiência em petróleo, colocando a tecnologia nacional em posição de destaque	Não criar ambientes de riquezas naturais contrastando com pobreza social
Ações de humanização das bolsas na pós-graduação	Prorrogação do pagamento de bolsas durante a gestação, ampliar o número de bolsas, reajustar valor.
Reforçar a autonomia universitária em criar cursos	Criar programas públicos de apoio à pós-graduação e à pesquisa, aumentar o número de programas conjuntos entre instituições brasileiras e estrangeiras.
Incluir recursos para custeio de pessoal e overhead administrativo a fim de fomentar o investimento privado na pós-graduação e na pesquisa	Acelerar a produção científica e a formação de pesquisadores em quantidade e qualidade.

(continua)

Melhoria da infraestrutura universitária, institutos de pesquisa e laboratórios	A pós-graduação de qualidade requer boa infraestrutura laboratorial e ambiente consolidado de pesquisa.
Promover a expansão da cooperação internacional	Através de parcerias para oferta de mestrado e doutorado no exterior, bem como os programas na modalidade sanduíche, reestruturação nos programas de professor visitante, ampliando os atrativos para pesquisadores estrangeiros, diminuindo complicações, como por exemplo a obrigatoriedade de conhecer de imediato a língua portuguesa. Cooperação com os países em desenvolvimento, acelerando os processos de inclusão social e avanço do conhecimento.
Promover planos de excelência para instituições de pesquisa	Formação de profissionais e pesquisadores que se dedicarão a estudar a pós-graduação em seus muitos temas; melhorar a qualidade da pós-graduação, incorporando mais exigências para o processo seletivo e conclusão dos cursos e aumentar a aplicação da pesquisa brasileira e o registro de patentes.
Preparar uma nova geração de alto nível de profissionais para assumir a produção e geração de informações científicas e tecnológicas no futuro.	Desenvolver pesquisas que contemplem as grandes questões do mundo contemporâneo com uma qualidade que possa ser discutida no ambiente acadêmico internacional.
Capacitação de pessoal em nível de pós-graduação para gerar informações específicas que permita ao país gerar um novo modelo de geração de riquezas e desenvolvimento sustentável, pelo uso interativo de novas tecnologias através dos biomas brasileiros, em especial a Amazônia e o mar.	Capacitação pessoal para a gestão de tecnologias em áreas como a biotecnologia, a nanotecnologia, agricultura, satélites, transporte e comunicação.
Ensino superior que contemplem cursos de curta duração (de dois ou três anos)	Oferta de cursos que apresentem maior flexibilidade em termos de duração, fazendo assim uma ação de inclusão.
Programas de ciências agrárias de dimensão multidisciplinar	Os novos programas devem incorporar experiências bem sucedidas até então.
Integração da pós-graduação das ciências agrárias com a Embrapa e institutos estaduais de agropecuária	Necessita-se de uma ênfase de formação em propriedade intelectual e inovação tecnológica que podem abrir novas perspectivas para o Brasil, incentivando a coparticipação de empresas em linhas de pesquisa científica e tecnológicas, formando, assim, recursos humanos que apresentem inovação na solução de problemas do campo à mesa.
Garantir aporte intelectual e tecnológico ao complexo agroindustrial, visando o desenvolvimento sustentado, a segurança alimentar e a exportação, a independência tecnológica e o desenvolvimento do setor	Formação de mais doutores nas ciências agrárias para repor quadros de instituições de ensino superior, instituições de pesquisa e órgãos públicos, além do setor privado

(conclusão)

Ampliar a visão interdisciplinar na formação de processos biogeofísicos, econômicos e sociais no nível de bacias hidrográficas	Formar recursos humanos para os recursos hídricos com visão multidisciplinar, capacidade de promover e realizar cenários futuros, capacidade de estudar e interpretar processos, capacidade de ampliar a compreensão entre os sistemas naturais e os efeitos das ações humanas nos processos naturais
Qualificação de doutores e mestres em Criminologia que possam atuar na pesquisa e formação nas universidades articulando debates atualizados para contribuir com o debate internacional	Remeter profissionais para os grandes centros de formação em “criminal justice” especialmente nos países anglo saxônicos
Processo de indução na formação de centros e cursos especializados no tema Criminologia no interior das universidades	Desenvolvimento de pesquisas para a compreensão do fenômeno criminal
Formação de massa jurídica crítica, buscando as causas e determinantes da criminalidade brasileira, englobando teorias críticas da criminologia	Formar pessoal especializado em segurança pública, profissionais para atuar na administração prisional, justiça, organizações policiais, secretarias de segurança, etc.
Incorporar o estudo de elementos da cultura brasileira nos programas de pós-graduação, não só nos programas de ciências sociais e humanas, mas também programas nas áreas de Exatas e da Saúde, uma vez que os profissionais lidarão com aspectos culturais do ambiente em que atuarão.	Formação de profissionais com a qualificação adequada em nível de graduação e pós-graduação para responder demandas geradas pela nova realidade demográfica do país
Apoiar projetos voltados à geração de procedimentos e tecnologias para o desenvolvimento social	Apoiar projetos de grupos de pesquisa junto ao setor público, ONGs e outras organizações voltadas ao enfrentamento de problemas sociais
No quesito Inserção Social da Ficha de Avaliação dos PPGs a contribuição para a geração de procedimentos e tecnologias para o desenvolvimento social	Introduzir no SNPG, a formação de redes multidisciplinares para o desenvolvimento de TDS (Tecnologias de Desenvolvimento Social)
Introduzir programas estratégicos de pós-graduação em educação profissional que articulem especialização, mestrado profissional e doutorado com eixo estruturante de formação e identidade própria	Garantir a formação continuada no âmbito da educação profissional para os diversos setores da economia, tornando a figura do Mestrado profissional, criticado por grande parte da comunidade científica, um elo de ressignificação da educação profissional.
Criar e desenvolver programas com recursos públicos e parcerias público-privadas em educação profissional	Apoiar a formação em pós-graduação de profissionais para atuar na educação profissional e na pós-graduação, estimulando o uso de tecnologia da comunicação nos cursos de especialização em educação profissional nas modalidades <i>lato sensu</i> e <i>stricto sensu</i> .
Aumentar os investimentos em ciência, tecnologia e inovação	Investir e acelerar a produção científica nacional.

Fonte: Próprio autor (2016) com base no Plano Nacional de Pós-Graduação (2011)

1.7 O Plano de Desenvolvimento Institucional na Universidade Federal de Goiás

Para detalhar o desenvolvimento do PDI na UFG, antes, faz-se necessário lembrar um pouco do histórico da instituição. A Universidade Federal de Goiás foi criada em 14 de dezembro de 1960, pela Lei nº 3834 (que também instituiu a criação da Universidade Federal de Santa Catarina), defendendo os seguintes princípios que seguem em seu estatuto: gratuidade do ensino, diversidade e pluralismo de ideias, indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, fomento à interdisciplinaridade, o compromisso com a qualidade, a formação humanística e preparação para o pleno exercício da cidadania, o compromisso com a democratização da educação, com a democracia e o desenvolvimento cultural, científico, tecnológico, artístico e socioeconômico do país, além do zelo pela paz, a defesa dos direitos humanos e a preservação do meio ambiente.

No momento de criação da UFG, foram unidas cinco escolas de ensino superior já existentes na cidade de Goiânia (texto da autoavaliação): a Faculdade de Direito de Goiás, a Faculdade de Farmácia e Odontologia de Goiás, a Escola de Engenharia do Brasil Central, a Faculdade de Medicina de Goiás e o Conservatório Goiano de Música.

Ao passar dos anos, a UFG promoveu muitas mudanças objetivando corrigir as falhas percebidas na organização acadêmica e administrativas implantadas com a Reforma Universitária de 1968, que conforme a comunidade universitária, apresentava uma estrutura de funcionamento marcada por muitos problemas.

Ao longo da década de 1960 e início dos anos 1970, preocupada em consolidar-se como instituição de educação superior, a UFG concentrou seus esforços na busca de maior eficiência. Essa fase se caracterizou por uma ênfase na organização e na racionalização do espaço físico.

Em 1997, foi elaborado um novo Estatuto para a Universidade, precedido de muitas discussões entre a comunidade acadêmica (docentes, discentes e servidores técnico-administrativos). Esse estatuto trouxe mudanças marcantes para o funcionamento acadêmico da instituição, procurando atender às demandas de melhoria das condições estruturais.

Em 2006, um programa de expansão da educação superior instituído pelo governo federal resultou numa nova organização física e acadêmica para os campi de Jataí e Catalão. Já o REUNI (Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) que se estendeu até 2012 impulsionou a expansão do Campus Catalão e do Campus Jataí (em número de vagas), a implantação do campus Cidade de Goiás, o desmembramento da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia e a criação da Faculdade de Administração,

Ciências Econômicas e Ciências Contábeis (FACE).

Em 2013, foi aprovada a proposta de universidade multirregional, composta de dois campi em Goiânia, um em Jataí, em Catalão e na Cidade de Goiás. Na década de 90, o governo federal promoveu uma política de incentivo à qualificação dos professores, fato determinante para a mudança no perfil da UFG, fomentando a política de pós-graduação, aumentando a quantidade de grupos de pesquisa e a produção científica, o que prova o sucesso da política.

A elaboração de um Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) de uma Instituição Federal de Ensino Superior (IFES) exige, obrigatoriamente, que se discuta o que se espera dessa instituição, considerando-se sua inserção social, seu papel regional, sua história e suas tradições. Em geral espera-se que as universidades como a UFG possam contribuir para o país enfrentar com êxito os desafios presentes na sociedade (BRASIL, 2010, p.24).

Instala-se uma crise institucional quando se pretende avaliar a atuação das IFES baseando-se em parâmetros pertencentes à economia de mercado, sempre com a orientação de eficiência a custos baixos; esse tipo de gestão empresarial é contraditório à natureza das instituições públicas.

O PNAD 2007/2008 apontou que apenas 12,9% dos jovens de 18 a 24 anos estavam matriculados em um curso superior, enquanto o PNE tinha uma meta de matricular 30% dos jovens nessa faixa etária numa instituição de educação superior até 2011 (meta que deveria ser praticamente triplicada à época). Diante de todos esses dados e tensões, o PDI da UFG (em exercício) foi elaborado no ano de 2010.

O PDI é pautado sob a Lei 5.773 de 2006, que dita normas para o exercício da regulamentação e avaliação das instituições de ensino superior federais e pela Lei 10.861 de 2004 que estabelece o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes, entre outras portarias e decretos que orientam sua elaboração. Outras leis versam sobre a orientação do PDI, sendo: Lei Nº 9.394/1996 (LDB), Decreto n. 5.773/2006, Lei Nº 10.861/2004, Decreto Nº 2.494/1998, Decreto Nº 5.224/2004; Portaria MEC Nº 1.466/2001, Portaria MEC Nº 2.253/2001, Portaria MEC Nº 3.284/2003, Portaria MEC Nº 7/2004, Portaria MEC Nº 2.051/2004, Portaria MEC nº 4.361/2004, Portarias Normativas n.1/2007, Portaria Normativa n, 2/2007, Resolução CES/CNE No 2/1998, Resolução CNE/CP No 1/1999, Resolução CES/CNE Nº 1/2001, Resolução CP/CNE Nº 1/2002 (art.7º), Parecer CES/CNE Nº 1.070/1999.

O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI – consiste num documento em que se definem a missão da instituição de ensino superior e as estratégias para atingir suas metas e objetivos. Abrangendo um período de cinco anos, deverá

contemplar o cronograma e a metodologia de definição dos objetivos, metas e ações do Plano da IES, observando a coerência e a articulação entre as diversas ações, a manutenção de padrões de qualidade e, quando pertinente, o orçamento. Deverá apresentar, ainda, um quadro-resumo contendo a relação dos principais indicadores de desempenho, que possibilite comparar, para cada um, a situação atual e futura (após a vigência do PDI). (MEC, 2010).

O PDI, deve estar intimamente articulado com a prática e os resultados da avaliação institucional, realizada tanto como procedimento autoavaliativo como externo. Quando se tratar de Instituição já credenciada e/ou em funcionamento, os resultados dessas avaliações devem balizar as ações para sanar deficiências que tenham sido identificadas. Se a IES tiver apresentado PDI quando do Credenciamento, o documento institucional deverá incluir, também, uma comparação entre os indicadores de desempenho constantes da proposta inicial e uma avaliação considerando-se a situação atual.

O plano tem um modelo-padrão a ser seguido, uma vez que o Ministério da Educação o institui, organiza-se sobre os níveis hierárquicos de dimensões, categorias de análise e indicadores. No subtítulo 'Pressupostos Básicos', o MEC, conforme apêndice 1, ressalta que o PDI deve se fazer de forma livre e espontânea, desde que contenham os eixos temáticos propostos. Essas dimensões/eixos temáticos deverão ser claros e concisos, afinal, é a partir deles que o Sesu/MEC prosseguirá com as fases sequenciais da avaliação do cumprimento das metas institucionais.

O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, elaborado para um período de 5 (cinco) anos, é o documento que identifica a Instituição de Ensino Superior (IES), no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e/ou que pretende desenvolver. A elaboração do PDI deverá explicitar o modo pelo qual o documento foi construído e a interferência que exercerá sobre a dinâmica da Instituição, tendo como pressuposto o atendimento ao conjunto de normas vigentes (MEC, 2010).

As dimensões compreendem os dados acerca das instituições envolvendo organização institucional e pedagógica, corpo docente e instalações. Subdividem-se em organização institucional e pedagógica, corpo docente e instalações. As categorias de análise também se dividem em três níveis que revelam seu grau de importância junto à análise e avaliação dos processos e os indicadores, que dentro das categorias de análise, também se classificam por sua proximidade e interdependência.

* Organização Institucional: Contempla a visão global da instituição, a missão, as ações institucionais propostas, a gestão acadêmica administrativa (função de órgãos

colegiados, distribuição de servidores técnico-administrativos), atenção aos discentes. O PDI também deve dispor sobre a organização didático-pedagógica adotada na universidade, ou seja o funcionamento da coordenação, o apoio técnico-administrativo, atividades de estágio e prática profissional, a organização curricular, etc. Neste ponto também possui três categorias de análise:

- a) Projeto Pedagógico do Curso e articulação das atividades acadêmicas articuladas com a avaliação dos mesmos, diretrizes nacionais de currículo aprovadas pelo MEC, a unidade e o diálogo entre os processos de ensino, pesquisa e extensão, a participação nos discentes nos órgãos colegiados e nas atividades de planejamento relacionadas ao curso, atividades de pós-graduação relacionadas à graduação, etc.
- b) Avaliação Institucional: A autoavaliação da instituição de ensino superior, se não já existente, ao menos uma proposta de mensuração de pontos como a qualidade de atendimento aos discentes, acesso a laboratórios e bibliotecas, participação de alunos e professores em colegiados; análise da própria autoavaliação frente a avaliações realizadas pelo MEC ou outros agentes externos.
- c) Indicadores: a concepção do curso (fundamentação, objetivos e perfil do egresso), o currículo (plano de ensino, ementa, carga horária, bibliografia, etc.) e o sistema de avaliação (projeto institucional de monitoramento e avaliação do curso).

*Corpo Docente: avalia os docentes, considerando suas condições de trabalho, sua atuação no ensino e demais atividades acadêmicas. Os indicadores de mensuração relacionam-se à titulação (número de professores com um determinado grau de especialização, mestrado e doutorado na universidade e no curso), experiência profissional no magistério e na área de atuação, desempenho na função docente (avaliação dos estudantes, envolvimento com estágios, funções de coordenação, etc.), condições de trabalho (regime, carga horária, plano de carreira, número de docentes cadastrados, relação aluno-docente, dedicação ao curso, etc.).

Com relação ao desempenho acadêmico e profissional consideram-se o número e qualidade das publicações, produções intelectuais, atividades de orientação de monografia, estágio supervisionado, PET, enfim relacionadas às atividades de graduação, atividades de extensão, etc.

*Instalações: observa-se as instalações gerais (sala de aula e administrativas), bem como as especiais que envolvem, bibliotecas, laboratórios, instalações para docentes, as condições do espaço físico e equipamentos presentes em cada uma delas. As mesmas devem gozar de condições de higiene e permitir o acesso aos portadores de necessidades especiais. Deve versar

sobre a quantidade de equipamentos disponíveis que atenda à equipe e orientar acerca de suas condições de manutenção e reparo. Também versam sobre as regras específicas para as instalações de bibliotecas e laboratórios,

O Plano de Desenvolvimento Institucional da UFG dispõe sobre seu perfil institucional: seus princípios, objetivos, valores, missão e visão, histórico; seu projeto pedagógico-institucional; as políticas institucionais de graduação, pesquisa, pós-graduação, extensão e cultura, administração, gestão de pessoas, relações internacionais, política social, etc.; sua estrutura acadêmica e administrativa; o processo de graduação na UFG (metodologia, avaliações, estágios, educação a distância, etc.); as atividades e o planejamento institucional e o acompanhamento e avaliação do desenvolvimento institucional.

É um instrumento de planejamento estratégico bastante complexo, que norteará práticas de excelência em graduação, pesquisa, extensão, inovação, gestão de serviços e pessoas, participação da comunidade universitária, interdisciplinaridade, orientação humanística e preparação para a cidadania, firmando compromisso com a democratização da educação, com o desenvolvimento cultural, artístico, científico, tecnológico e socioeconômico do país.

O PDI, para Segenreich (2005), poderia espelhar a tradução, em médio prazo, das propostas de uma instituição de ensino superior no sentido de consolidar sua trajetória.

O Plano de Desenvolvimento Institucional — PDI, elaborado para um período de cinco anos, é o documento que identifica a Instituição de Ensino Superior (IES), no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e/ou que pretende desenvolver (BRASIL, Artigo 16 do Decreto nº 5.773 de 09 de maio de 2006).

O PDI também faz parte do programa de Reforma da Educação Superior - formulado no governo do ex-presidente Lula - que também instituiu o programa Universidade para Todos (ProUni), políticas de acesso à educação à distância, criando a Universidade Aberta do Brasil (UAB) e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais/REUNI.

O PDI constitui-se um plano de referência para o trabalho pedagógico desenvolvido na universidade. A partir dos princípios de autonomia, liberdade de ensino e pluralidade de práticas pedagógicas, considera como tarefa central da universidade pública a produção do conhecimento e a formação de profissionais capacitados para ingresso no mercado de trabalho em “um mundo em constantes mudanças (LIMA, 2009, p.6).

Para Lima (2009), sendo o PDI um documento que é base para a execução da política de ensino na Universidade, o Plano de Desenvolvimento Institucional/PDI busca criar condições de realização desta política no cotidiano institucional da universidade.

2 METODOLOGIA

Tratando-se de uma pesquisa predominantemente qualitativa, por envolver fenômenos socialmente construídos, em que se tenta melhor compreendê-los por uma abordagem observacional, adotou-se a metodologia de análise documental, com base no PDI da instituição, além de outros documentos produzidos pela Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, pela Pró-Reitoria de Administração e Finanças da UFG (PROAD) pela Comissão de Avaliação Institucional (CAVI), pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG) e dados disponibilizados na plataforma Capes, o Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) formulado pela Capes e o Plano Nacional de Educação, disponibilizado pelo MEC.

Também se insere neste trabalho, a pesquisa-ação, através da qual foi proposta uma readequação nas ações e oferta de cursos de pós-graduação pela Universidade Federal de Goiás, a partir das metas, diretrizes e programas de pós-graduação contidos no PDI, no PNPG e no PNE, com maiores condições de garantia do cumprimento integral das metas institucionais e educacionais nacionais, embasadas pela análise documental revelando a situação atual dos cursos de pós-graduação na UFG e o quanto a mesma está efetivamente contribuindo com as metas elencadas pela legislação e políticas hoje adotadas como primordiais para o desenvolvimento da educação e do país.

Outros documentos produzidos pelas Pró-Reitorias da Universidade Federal de Goiás, bem como Comissões presentes na Universidade (a exemplo da CAVI, que emitiu o Relatório de Autoavaliação Institucional da UFG para o período 2013-2014 se pautando nas dez dimensões exigidas pelo SINAES, além dos conceitos do Enade, Conceitos Preliminares de Curso, Conceitos de Curso e Conceitos Capes) e visitas a algumas unidades acadêmicas e consulta aos endereços eletrônicos das mesmas a fim de extrair informações sobre os eventos e ações promovidos na UFG foram considerados.

Quadro 03 – Lista de Documentos Utilizados

(continua)

Documento	Assunto Analisado
Plano Nacional de Educação	As 20 metas, suas inter-relações e justificativas
Plano de Desenvolvimento Institucional da UFG	Missão, visão, valores, metas e estratégias da Universidade. Situação das políticas de graduação, pós-graduação, pesquisa, inovação extensão, relações internacionais, comunicação, políticas sociais e de administração, planejamento e gestão de pessoas na Universidade. Visualização da estrutura acadêmica da UFG, atividades e planejamento institucional.

(conclusão)

Plano Nacional de Pós-Graduação	Diretrizes contidas no plano, comentários de especialistas acerca dos setores prioritários que demandam atualmente uma formação de recursos humanos, situação dos programas de pós-graduação hoje.
Relatório Andifes	Evolução e expansão da Universidade Federal de Goiás em decorrência do REUNI
Relatório de Autoavaliação Institucional	Autoavaliação dos cursos de graduação e pós-graduação da UFG
Relatórios de dados da Pós-Graduação na UFG pela Plataforma Sucupira	Listagem de programas de pós-graduação <i>scripto sensu</i> oferecidos hoje na UFG, bem como seus conceitos
Sites das Unidades Acadêmicas	Notícias sobre os eventos, ações, editais, estruturas curriculares entre outros assuntos envolvendo o(s) curso(s) ofertado(s)

Fonte: Próprio autor (2016).

O processo de análise dos dados coletados foi sendo construído, com a atribuição de significados aos dados coletados e agrupados nos quadros de principais diretrizes dos dois planos e no diagnóstico, que cruza informações dos dois anteriores, comparando com uma visão geral das ações e programas vinculados aos assuntos, que se encontram hoje vigentes na UFG.

Sendo a pesquisa do tipo exploratória, após analisar os documentos supracitados, e elaborar-se três quadros: um que comenta as principais metas do PNE, outro que extrai as principais diretrizes dos livros do PNPG e por fim, um que demonstra um diagnóstico da situação da pós-graduação na UFG a partir das aspirações reveladas nos planos; foi construído um plano de ação que busca apontar caminhos em que o planejamento da pós-graduação na UFG pode se basear para que seja mais concernente com os objetivos da pós-graduação nas instituições públicas defendidos hoje pelos órgãos de planejamento e controle da educação nacional. Depois de finalizadas estas etapas, foi construído, ainda, um mapa de planejamento da proposta de intervenção, que explica as ações que podem ser trabalhadas na pós-graduação da Universidade Federal de Goiás, dos níveis operacionais para os níveis mais estratégicos, bem como os valores, missão, proposta de valor objetivos da oferta de cursos de pós-graduação no Brasil.

3 DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO E OPORTUNIDADES

Buscando desenvolver um raciocínio lógico sobre as metas, estratégias e diretrizes presentes nos três planos que regem as ações de pós-graduação na Universidade Federal de Goiás, extrai-se os objetivos principais de cada um deles, para que depois possa ser elaborado um diagnóstico das oportunidades, tendo em vista tudo aquilo está sendo concretizado na UFG e as políticas que ainda não estão sendo atendidas ou que possam ser melhoradas.

3.1 As metas do PNE

A lei estabelece que o Sistema Nacional de Educação deva atuar em regime de colaboração, estabelecendo metas e estratégias com vistas a garantir a manutenção do ensino em seus diversos níveis e através de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas articulando ações que busquem a erradicação do analfabetismo, a universalização do atendimento escolar, a melhoria da qualidade dos diversos níveis de ensino, a formação para o trabalho, a promoção humanística, científica e tecnológica do país, o estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto, entre outros princípios.

No esforço de fazer cumprir esta lei, é criado o PNE, em 2014, para os próximos dez anos, estabelecendo a necessidade de um contínuo monitoramento da execução de suas metas pelo MEC, o CNE, o Fórum Nacional de Educação e outras instâncias, responsáveis por publicar o processo e resultados das avaliações, além de propor políticas públicas estratégicas que garantam que as metas possam ser cumpridas e se atentando para a necessidade de possíveis ajustes no investimento público para a educação.

As metas e estratégias do PNE (2014), que têm relação direta com a pós-graduação, são as seguintes:

Meta 14: elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.

Estratégias:

14.1) expandir o financiamento da pós-graduação stricto sensu por meio das agências oficiais de fomento;

14.2) estimular a integração e a atuação articulada entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e as agências estaduais de fomento à pesquisa;

14.3) expandir o financiamento estudantil por meio do Fies à pós-graduação stricto sensu;

- 14.4) expandir a oferta de cursos de pós-graduação stricto sensu, utilizando inclusive metodologias, recursos e tecnologias de educação à distância;
- 14.5) programar ações para reduzir as desigualdades étnico-raciais e regionais e para favorecer o acesso das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas a programas de mestrado e doutorado;
- 14.6) ampliar a oferta de programas de pós-graduação stricto sensu, especialmente os de doutorado, nos campi novos abertos em decorrência dos programas de expansão e interiorização das instituições superiores públicas;
- 14.7) manter e expandir programa de acervo digital de referências bibliográficas para os cursos de pós-graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência;
- 14.8) estimular a participação das mulheres nos cursos de pós-graduação stricto sensu, em particular aqueles ligados às áreas de Engenharia, Matemática, Física, Química, Informática e outros no campo das ciências;
- 14.9) consolidar programas, projetos e ações que objetivem a internacionalização da pesquisa e da pós-graduação brasileiras, incentivando a atuação em rede e o fortalecimento de grupos de pesquisa;
- 14.10) promover o intercâmbio científico e tecnológico, nacional e internacional, entre as instituições de ensino, pesquisa e extensão;
- 14.11) ampliar o investimento em pesquisas com foco em desenvolvimento e estímulo à inovação, bem como incrementar a formação de recursos humanos para a inovação, de modo a buscar o aumento da competitividade das empresas de base tecnológica;
- 14.12) ampliar o investimento na formação de doutores de modo a atingir a proporção de 4 (quatro) doutores por 1.000 (mil) habitantes;
- 14.13) aumentar qualitativa e quantitativamente o desempenho científico e tecnológico do País e a competitividade internacional da pesquisa brasileira, ampliando a cooperação científica com empresas, Instituições de Educação Superior - IES e demais Instituições Científicas e Tecnológicas - ICTs;
- 14.14) estimular a pesquisa científica e de inovação e promover a formação de recursos humanos que valorize a diversidade regional e a biodiversidade da região amazônica e do cerrado, bem como a gestão de recursos hídricos no semiárido para mitigação dos efeitos da seca e geração de emprego e renda na região;
- 14.15) estimular a pesquisa aplicada, no âmbito das IES e das ICTs, de modo a incrementar a inovação e a produção e registro de patentes.

Meta 16: formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

Estratégias:

- 16.1) realizar, em regime de colaboração, o planejamento estratégico para dimensionamento da demanda por formação continuada e fomentar a respectiva oferta por parte das instituições públicas de educação superior, de forma orgânica e articulada às políticas de formação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- 16.2) consolidar política nacional de formação de professores e professoras da educação básica, definindo diretrizes nacionais, áreas prioritárias, instituições formadoras e processos de certificação das atividades formativas;
- 16.3) expandir programa de composição de acervo de obras didáticas, paradidáticas e de literatura e de dicionários, e programa específico de acesso a bens culturais, incluindo obras e materiais produzidos em Libras e em Braille, sem prejuízo de outros, a serem disponibilizados para os professores e as professoras da rede pública de educação básica, favorecendo a construção do conhecimento e a valorização da cultura da investigação;
- 16.4) ampliar e consolidar portal eletrônico para subsidiar a atuação dos professores e das professoras da educação básica, disponibilizando gratuitamente materiais didáticos e pedagógicos suplementares, inclusive aqueles com formato acessível;
- 16.5) ampliar a oferta de bolsas de estudo para pós-graduação dos professores e das professoras e demais profissionais da educação básica;

16.6) fortalecer a formação dos professores e das professoras das escolas públicas de educação básica, por meio da implementação das ações do Plano Nacional do Livro e Leitura e da instituição de programa nacional de disponibilização de recursos para acesso a bens culturais pelo magistério público (PNE, 2014, p. 46-52).

Além das metas com que envolvem a pós-graduação com ênfase direta, aquelas focadas na educação básica, no ensino médio e na melhoria na inclusão de jovens em cursos de nível superior, bem como a melhoria dos cursos, tem, dependem, obviamente das ações articuladas no âmbito da pós-graduação, a formação docente e o trabalho de pesquisa.

3.2 As diretrizes do Plano Nacional de Pós-Graduação

O Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2010 (Capes, 2010) se subdivide numa parte que trata do plano em si e dos documentos setoriais (documentos elaborados por especialistas convidados). O plano propriamente dito está organizado em cinco eixos:

- 1) a expansão do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), a primazia da qualidade, a quebra da endogenia e a atenção à Pós-Graduação (SNPG);
- 2) a criação de uma nova agenda nacional de pesquisa e sua associação com a pós-graduação; – o aperfeiçoamento da avaliação e sua expansão aperfeiçoamento da avaliação e sua expansão para outros segmentos do sistema de C,T&I;
- 3) a multi – e a interdisciplinaridade entre as principais características da pós-graduação e importantes temas da pesquisa;
- 4) o apoio à educação básica e a educação básica e a outros níveis e modalidades de ensino, especialmente o ensino médio.

A parte que trata da essência do planejamento do PNPG inicia discorrendo sobre a situação atual da pós-graduação. O Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) comporta que a pós-graduação *scripto sensu* é a última etapa da educação formal, e está por isso estritamente ligada a todos os demais níveis de ensino. O PNPG define que a educação básica é composta de educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação especial, educação de jovens e adultos e a educação profissional. O SNPG também tem suas ações junto à educação básica brasileira. No sistema de avaliação adotado pela Capes, a pós-graduação obtém êxito, ao contrário da educação básica, que apresenta uma sequência de falhas.

Outro preceito adotado pelo PNPG é a questão da interdisciplinaridade e da multidisciplinaridade a ser incorporada nos programas de pós-graduação. Entende-se por Multidisciplinar o “estudo que agrega áreas do conhecimento em torno de um ou mais temas,

no qual cada área ainda preserva sua metodologia em torno de um ou mais temas, no qual cada área ainda preserva sua metodologia e independência”.

Já a interdisciplinaridade compreende duas áreas de conhecimento distintas, que quando convergentes, contribuem para o avanço das fronteiras da ciência e tecnologia “gerando novos conhecimentos ou disciplinas e faça surgir um novo para outra, gerando novos conhecimentos ou disciplinas e faça surgir um novo profissional com um perfil distinto dos existentes, com formação básica sólida profissional e integradora”.

O PNPG explana o sistema de avaliação da CAPES, pautado sobre três pilares: a avaliação por pares pertencentes a diferentes áreas do conhecimento, a classificação dos campos disciplinares de ordem meritocrática e a definição de políticas e critérios par ao financiamento dos programas. Inicialmente avaliava-se na escala de A E, passando posteriormente a avaliação ser feita por nota de 1 a 7, sendo 7. O PNPG avalia que embora o sistema de avaliação adotado seja bom.

Da década de 70 aos dias atuais, a ênfase das políticas federais de ensino superior foi de expandir os programas de pós-graduação e a Capes além desse objetivo, sustentava o de garantir a qualidade desses programas a partir de parâmetros acadêmicos de excelência adotados. O mestrado profissional, localizado entre o mestrado acadêmico e a pós-graduação lato sensu, indicava alterações breves que aconteceriam, implicando ajustes, inclusive, no sistema de avaliação.

Por fim, antes mesmo de deflagrar as avaliações periódicas, a Agência e os Comitês deverão ter em mente o tipo de profissional ou de pesquisador que se deseja formar, considerando-se a diversidade da sociedade do conhecimento e das suas demandas. Todas as áreas deverão ser mobilizadas de tempos em tempos e pôr na agenda a discussão acerca do éthos do intelectual, pesquisador, técnico e cientista que as universidades têm a incumbência de formar. Mais de um caminho é possível.

O PNPG atual abrange o período de 2011 a 2020, enquanto o PNE tem duração de 2014 a 2024. O PNPG atual não quebrou a continuidade dos cinco anteriores, apenas atualizou as ações e programas a serem realizados. No mesmo momento de elaboração do PNPG, também estava sendo elaborado o PNE pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), por isso houve uma coordenação entre as metas e diretrizes estabelecidas. O contexto de elaboração do PNPG, em 2011 era de um Brasil com maior número de profissionais qualificados no Brasil e no exterior, uma economia aquecida e com potenciais de se tornar a quinta economia do planeta, sendo uma potência emergente. A descoberta do pré-sal também sinalizou mudanças para a época.

Permanecem as metas relacionadas à redução das assimetrias e à execução de uma agenda nacional de pesquisa. Uma mudança está relacionada às mesorregiões em substituição ao foco do governo em macrorregiões. A importância da multi e da interdisciplinaridade também são ressaltadas, em virtude da necessidade de recursos humanos qualificados para atuarem em empresas e em programas do governo, o que também justifica o aumento do número de mestrados profissionais.

A Agenda Nacional de Pesquisa tem a visão de colocar as pesquisas e a pós-graduação brasileira num patamar ainda mais alto, que se compare aos das nações mais desenvolvidas do mundo. Abaixo, seguem os principais marcos de cada PNPG anterior:

I PNPG (1975-1979): Metas: Consolidação do Sistema nacional de Pós-Graduação com garantia de financiamento estável, racionalização de recursos, crescimento mais equilibrado entre as regiões. Programas: concessão de bolsas para alunos atuantes em tempo integral, admissão de mais docentes de forma programada para dar condições à ampliação da pós-graduação, desenvolvimento do programa Institucional de Capacitação Docente (PICD).

II PNPG (1982-1985): Foco na qualidade da educação superior e na pós-graduação, fazendo-se necessária, portanto, uma avaliação mais concisa com a participação da comunidade científica, desenvolvendo a pesquisa científica e tecnológica.

III PNPG (1986-1989): A época foi marcada pela busca da conquista da autonomia nacional. O país carecia de cientistas qualificados que permitisse uma maior independência científica, econômica e tecnológica no Brasil. A ênfase então estava na maior interação entre a pós-graduação com a ciência e a tecnologia. Houve preocupação maior com a questão da desigualdade regional.

IV PNPG: Aqui fica evidente um maior planejamento e discussão com a sociedade e com os órgãos relacionados à educação sobre as diretrizes que o PNPG deveria seguir. O objetivo principal do PNPG 2005-2010 foi o crescimento equânime do sistema nacional de pós-graduação, com o propósito de atender com qualidade as diversas demandas da sociedade, visando ao desenvolvimento científico, tecnológico, econômico e social do país. Esse Plano teve ainda como objetivo subsidiar a formulação e a implementação de políticas públicas voltadas para as áreas de educação, ciência e tecnologia.

Prezava-se pela manutenção do ritmo de crescimento do sistema, contemplava programas estratégicos específicos (idealizados por agências junto às universidades, setor empresarial), ampliação da participação dos Fundos Setoriais ¹ na pós-graduação. Incluía também políticas de cooperação internacional e formação de recursos humanos no exterior.

Dados contidos nos gráficos do PNPG (Capes, 2010) em vigência mostram que a faixa etária média dos alunos matriculado em cursos de mestrado, no ano de 2008, revela que idade dos homens era de 46 anos e das mulheres de 43 anos. O dado chamava atenção para o fato de que a pós-graduação no Brasil mostrava-se ser alcançada de forma tardia e alertou que essa média precisava ser baixada. Apresentou uma curva crescente a quantidade de cursos de pós-graduação existentes no Brasil das décadas de 1970 a 2010. Em 1976, por exemplo, ainda não havia cursos de mestrado profissional. Nesses, observa-se uma expressiva e quase majoritária participação das instituições privadas em seu oferecimento. O acelerado crescimento do número desses cursos atingiu o ápice de 2004 a 2009.

O número de cursos de doutorado cresceu efetivamente nas universidades privadas (representavam 72 %) contra 38% das universidades públicas. Com relação às áreas, as que apresentaram maior crescimento foram as multidisciplinares. Em 2004, dados referentes à distribuição de cursos de pós-graduação no Brasil por área de conhecimento revelam que a maior parcela está vinculada às Ciências da Saúde, imediatamente seguida pelas Ciências Humanas, depois as Engenharias e pelas Ciências Exatas e da Terra, Biológicas e Agrárias. Vêm seguidamente as Ciências Sociais Aplicadas, e por fim Linguística, Artes e Letras e as Multidisciplinares. O mesmo gráfico apurado em 2009 apresenta uma alteração mais significativa no caso das Multidisciplinares que praticamente dobraram de proporção, equiparando-se às outras áreas. Registraram pequena queda as Ciências da Saúde, Exatas e Biológicas contra um crescimento discreto das Ciências Agrárias, e das Ciências Sociais Aplicadas. A maior parte dos discentes está na região sul e sudeste. O Acre e Roraima apresentam deficiências em abertura de programas. O Estado de São Paulo destaca-se na quantidade de alunos matriculados.

O método de avaliação da CAPES se apresenta como eficiente, podendo ser aperfeiçoado de acordo com as necessidades que se mostrarem. A forma de avaliação é marcada por três eixos:

- Realizada por pares advindos de diferentes áreas de conhecimento, ambos e de reputação intelectual reconhecida.
- Importância da classificação dos campos disciplinares.

- Associação entre reconhecimento e fomento, pensando formas de financiamento para os programas.

De 1976 a 1997, vigorou a escala de avaliação por conceitos variados de A a E, sendo A o mais alto e que se equiparava a nível internacional. A partir de 1997, passa a vigorar os conceitos numéricos em escala de 1 a 7, considerando como de padrão internacional aqueles classificados como 6 e 7.

O PNPG define que a pesquisa é o núcleo da pós-graduação. A Agenda nacional de Pesquisa deverá ser elaborada com a parceria da Universidade, empresas e o estado, tendo a colaboração das agências de fomento, formando políticas públicas. A agenda deverá incluir ações relacionadas à agricultura chamadas tecnologias limpas³ e a Amazônia Azul⁴, abrangendo esforços de diversas áreas do conhecimento.

Outras áreas estratégicas que deverão integrar a Agenda são: o programa espacial, a política nuclear, a saúde pública, o desafio urbano, o ensino médio e a educação básica, os problemas ligados ao clima, à energia, ao pré-sal e às questões sociais pertinentes. Além de levar ao adensamento de pesquisas multi e interdisciplinares, esses temas conduzirão à formatação de novas engenharias institucionais, favorecendo a formação de redes de pós-graduação e da pesquisa, a exemplo do programa Renorbio. Estimuladas por seu êxito, outras experiências poderão ser incentivadas pelos órgãos de governo, resultando na criação de programas similares para o Cerrado, os Pampas, o Pantanal, a Amazônia e a Mata Atlântica.

3.3 Panorama da Pós-Graduação na UFG

Consultando a plataforma Sucupira, não se encontra nenhum programa de pós-graduação em fase de projeto na Universidade Federal de Goiás. Três programas encontram-se desativados: Direito (área básica de Direitos Especiais), Odontologia (Radiologia Buco Maxilo Facial) e um de Química. Em desativação, encontram-se os programas de Engenharia e Engenharia do Meio Ambiente Civil (ambos com nota 2 no curso de Mestrado).

Sendo de reconhecimento internacional, apresentando conceito 6, têm-se os programas de Geografia e Ecologia e Evolução. Com conceito 5, têm-se os seguintes programas: Programa de Ciência Animal na área de Medicina Veterinária, Ciências Ambientais, Educação, História, Medicina Tropical e Saúde Pública (área básica de Doenças Infecciosas e Parasitárias) e o mestrado profissional em Matemática em Rede Nacional (área de avaliação de Matemática/Probabilidade e Estatística).

A maioria dos programas da UFG atualmente está avaliada com o conceito 4. São os seguintes os programas de pós-graduação avaliados com conceito 4:

Quadro 04 – Programas de Pós-Graduação na UFG avaliados com conceito 4

(continua)

PROGRAMA	ÁREA	SUBÁREA
AGRONEGÓCIO	INTERDISCIPLINAR	MEIO AMBIENTE E AGRÁRIAS
AGRONOMIA	CIÊNCIAS AGRÁRIAS I	MELHORAMENTO VEGETAL
ANTROPOLOGIA SOCIAL	ANTROPOLOGIA ARQUEOLOGIA	ANTROPOLOGIA
ARTE E CULTURA VISUAL	ARTES / MÚSICA	ARTES
BIOCIÊNCIA ANIMAL	MEDICINA VETERINÁRIA	MEDICINA VETERINÁRIA
BIOLOGIA DA RELAÇÃO PARASITO-HOSPEDEIRO	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS III	PARASITOLOGIA
BIODIVERSIDADE ANIMAL	BIODIVERSIDADE	ZOOLOGIA
BIOTECNOLOGIA E BIODIVERSIDADE – REDE PRÓ-CENTRO-OESTE	BIOTECNOLOGIA	BIOTECNOLOGIA
CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO		CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO
CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO
CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALIMENTOS	CIÊNCIA DE ALIMENTOS	CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALIMENTOS
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS II	FISIOLOGIA
CIÊNCIAS DA SAÚDE	MEDICINA II	ANATOMIA PATOLÓGICA E PATOLOGIA CLÍNICA
CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLÓGICAS	MATERIAIS	MATERIAIS
CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS	FARMÁCIA	FARMÁCIA

(continua)

CIÊNCIA POLÍTICA	CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS	CIÊNCIA POLÍTICA
AGRONOMIA	CIÊNCIAS AGRÁRIAS I	AGRONOMIA
EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO
EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS E MATEMÁTICA	ENSINO	ENSINO DE CIÊNCIAS E MATEMÁTICA
ENFERMAGEM	ENFERMAGEM	ENFERMAGEM
ENG. ELÉTRICA E DE COMPUTAÇÃO	ENGENHARIAS IV	ENGENHARIA ELÉTRICA
ENSINO DE FÍSICA - PROFIS	ASTRONOMIA / FÍSICA	FÍSICA
FILOSOFIA	FILOSOFIA/TEOLOGIA: SUBCOMISSÃO FILOSOFIA	FILOSOFIA
FÍSICA	ASTRONOMIA / FÍSICA	FÍSICA
GEOGRAFIA (CAMPUS JATAI)	GEOGRAFIA	GEOGRAFIA
GENÉTICA E BIOLOGIA MOLECULAR	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS I	GENÉTICA
GENÉTICA E MELHORAMENTO DE PLANTAS	CIÊNCIAS AGRÁRIAS I	MELHORAMENTO VEGETAL
INOVAÇÃO FARMACÊUTICA	FARMÁCIA	FARMÁCIA
MATEMÁTICA	MATEMÁTICA / PROBABILIDADE E ESTATÍSTICA	MATEMÁTICA
MULTICÊNTRICO EM CIÊNCIAS FISIOLÓGICAS	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS II	FISIOLOGIA
NANOTECNOLOGIA FARMACÊUTICA	FARMÁCIA	FARMÁCIA
NANOTECNOLOGIA FARMACÊUTICA	FARMÁCIA	FARMÁCIA
ODONTOLOGIA	ODONTOLOGIA	CLÍNICA ODONTOLÓGICA
PSICOLOGIA	PSICOLOGIA	PSICOLOGIA
PERFORMANCES CULTURAIS	INTERDISCIPLINAR	SOCIAIS E HUMANIDADES
QUÍMICA	QUÍMICA	QUÍMICA

(conclusão)

QUÍMICA - UFG-UFMS-UFU	QUÍMICA	QUÍMICA
RECURSOS NATURAIS DO CERRADO (RENAC)	CIÊNCIAS AMBIENTAIS	CIÊNCIAS AMBIENTAIS
SOCIOLOGIA	SOCIOLOGIA	SOCIOLOGIA
ZOOTECNIA	ZOOTECNIA / RECURSOS PESQUEIROS	ZOOTECNIA

Fonte: Plataforma Sucupira (2016).

Quadro 05 – Programas de Pós-Graduação na UFG avaliados com conceito 3

(continua)

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM REDE NACIONAL	ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
AGRONOMIA (PRODUÇÃO VEGETAL)	CIÊNCIAS AGRÁRIAS I	AGRONOMIA
ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	ADMINISTRAÇÃO
ASSISTÊNCIA E AVALIAÇÃO EM SAÚDE	FARMÁCIA	FARMÁCIA
BIODIVERSIDADE VEGETAL	BIODIVERSIDADE	BOTÂNICA
CIÊNCIAS CONTÁBEIS	ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	CIÊNCIAS CONTÁBEIS
COMUNICAÇÃO	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS I	COMUNICAÇÃO
Ciências Aplicadas à Saúde	INTERDISCIPLINAR	SAÚDE E BIOLÓGICAS
DIREITO AGRÁRIO	DIREITO	DIREITO PÚBLICO
Direitos Humanos	INTERDISCIPLINAR	SOCIAIS E HUMANIDADES
ECONOMIA	ECONOMIA	ECONOMIA
EDUCAÇÃO - CAMPUS CATALÃO	EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO
EDUCAÇÃO FÍSICA	EDUCAÇÃO FÍSICA	EDUCAÇÃO FÍSICA
ENGENHARIA AMBIENTAL E SANITÁRIA	ENGENHARIAS I	ENGENHARIA SANITÁRIA

(conclusão)

ESTUDOS DA LINGUAGEM	LETRAS / LINGUÍSTICA	LETRAS
Educação	EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO
Engenharia Química	ENGENHARIAS II	ENGENHARIA QUÍMICA
Ensino na Educação Básica	ENSINO	ENSINO
Ensino na Saúde	ENSINO	ENSINO
GEOGRAFIA (CAMPUS CATALÃO)	GEOGRAFIA	GEOGRAFIA
GEOTECNIA, ESTRUTURAS E CONSTRUÇÃO CIVIL	ENGENHARIAS I	ENGENHARIA CIVIL
GESTÃO ORGANIZACIONAL	INTERDISCIPLINAR	ENGENHARIA/TECNOLOGIA/GESTÃO
HISTORIA	HISTÓRIA	HISTÓRIA
LETRAS E LINGUÍSTICA	LETRAS / LINGUÍSTICA	LETRAS
Modelagem e Otimização	INTERDISCIPLINAR	ENGENHARIA/TECNOLOGIA/GESTÃO
MÚSICA	ARTES / MÚSICA	ARTES
Nutrição e Saúde	NUTRIÇÃO	NUTRIÇÃO
PROJETO E CIDADE	ARQUITETURA URBANISMO E	ARQUITETURA E URBANISMO
Psicologia	PSICOLOGIA	PSICOLOGIA
QUÍMICA - CAMPUS CATALÃO	QUÍMICA	QUÍMICA
Saúde Coletiva	SAÚDE COLETIVA	SAÚDE COLETIVA

Fonte: Plataforma Sucupira (2016).

Entre os programas hoje vigentes na UFG, três são de mestrado interinstitucional (Minter), sendo o programa de Arte e Cultura Visual em parceria com a Universidade Estadual de Montes Claros, um programa em Educação, tendo como unidade receptora O Instituto de Educação, Ciências e Tecnologia do Mato Grosso e outro em Medicina Tropical e Saúde Pública, em parceria com o Centro Universitário Unirg. Há também três programas de Doutorado Internacional: em Educação, Geografia e Medicina Tropical e Saúde Pública, em parceria, respectivamente com a Universidade Estadual de Goiás, Universidade Federal do Amapá e Universidade Estadual do Maranhão.

A Antiga Pró-Reitoria de pesquisa e Pós-Graduação PRPPG, após a adoção ao novo Estatuto da UFG em 2014 subdividiu-se em duas pró-reitorias: A pró-Reitoria de Pós-Graduação (PRPPG) e a Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação (PRPI).

A PRPG tomou responsabilidade pelos seguintes objetivos:

- 1) Consolidar, implantar e avaliar uma política de Cursos de Pós-Graduação *lato sensu*;
- 2) Qualificar e expandir os Cursos de Mestrado e de Doutorado;
- 3) Buscar a ampliação e otimização das bolsas de estudos para alunos dos Cursos de Mestrado e de Doutorado;
- 4) Expandir o contingente de professores portadores de título de Mestre e/ou de Doutor;
- 5) Efetivar uma política de qualificação, em nível de pós-graduação, para funcionários técnico-administrativos;
- 6) Estreitar e fortalecer a relação entre a pós-graduação e a graduação;
- 7) Incentivar mecanismos de acompanhamento e avaliação da pós-graduação;
- 8) Buscar a ampliação de recursos financeiros materiais e humanos para os Programas de Pós-Graduação.

O relatório de autoavaliação institucional da UFG 2013-2014 traz a autoavaliação dos cursos de pós-graduação pelos estudantes, tanto de *lato sensu* como *scripto sensu*. O questionário foi respondido em plataforma online pelos discentes. Todos os cursos da UFG possuem um projeto pedagógico de curso (PPC) que atendem diretamente as diretrizes curriculares do Conselho Nacional de Graduação (CNE) do Ministério da Educação (MEC), além de atender aos objetivos da instituição e de inovar as linhas de conhecimento. Também o PPC foi elaborado a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Tem-se que, em relação às políticas de pós-graduação, pesquisa e extensão, a UFG desenvolve atividades voltadas à sociedade, tal como semanas acadêmicas, eventos científicos e ações culturais. A oferta de cursos *lato sensu* e *scripto sensu* na Universidade constituem um instrumento efetivo de inclusão social. Ressalta-se que a UFG ofertou, entre 2013 e 2014, mais de 77 cursos de especialização *lato sensu*, beneficiando mais de 3.300 alunos em cada ano.

Entre esse mesmo período, a UFG disponibilizou dez novos cursos de pós-graduação *scripto sensu*, atingindo o número de mais de 2.600 estudantes em nível de mestrado e 1.100 de doutorado.

A UFG a fim de aperfeiçoar seus resultados, procura ainda, segundo a autoavaliação institucional, busca expandir suas relações com instituições públicas e privadas que possuam interesses e iniciativas em pesquisa, tais como a Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de Goiás (FAPEG), instituições municipais em cada campus onde está presente, além de instituições internacionais. Outras atividades de extensão e monitoria também subsidiam de certa forma a constante busca por melhoria da pós-graduação, bem como as bolsas para formação

de pesquisadores e professores, bolsas de iniciação científica nas mais diversas áreas do conhecimento, e o estágio docência, que além de permitir um elo entre graduação e pós-graduação, prepara os pós-graduandos para o exercício de posterior atividade docente.

O Relatório traz ainda o histórico de que as ações de pós-graduação na UFG iniciaram em 1972, com a criação dos cursos de mestrado em “Letras e Linguística” e “História”. Gradualmente, os programas foram se multiplicando, e então, surgindo os cursos de doutorado. Em outubro de 2014, contabilizavam-se na UFG, 68 programas de pós-graduação, sendo 27 em nível de doutorado e 7 mestrados profissionais. A melhoria dos conceitos dos cursos representou um grande avanço para a UFG bem como o aumento da oferta de cursos de doutorado.

Ressalta-se que cerca de 46% dos programas *scripto sensu* da UFG só surgiram após 2010. A UFG passou a ter dois cursos de reconhecimento internacional com conceito 6, os cursos de “Geografia” e “Ecologia e evolução”.

A autoavaliação traz possibilidades de ações futuras, no que tange a um estreitamento de laços com maior número de instituições públicas e privadas, agências de fomento, parcerias e projetos de captação de recursos.

O INEP se baseia na Portaria Normativa nº 40 de 2007 para estabelecer quais os critérios de mensuração de qualidade no ensino superior, como o Conceito Preliminar de Curso (instituído pela Portaria Normativa nº04 de 2008), o Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC) e nota obtida pelos estudantes no exame Enade.

O PDI da UFG informa que as políticas de pós-graduação a serem definidas são repassadas ao Conselho Diretor da Universidade. Os reajustes feitos na operacionalização dos departamentos visa estreitar as relações entre a graduação e a pós-graduação na universidade, entre pesquisa, ensino extensão.

O PDI mostra-se em acordo com as diretrizes do PNPG quando orienta que os programas se comportem desenvolvendo ações que busquem recursos financeiros, exerçam atuação na Fundação de Amparo à Pesquisa no estado de Goiás (Fapeg), fortaleçam as relações de intercâmbio entre pesquisadores da UFG e pesquisadores de instituições estrangeiras, priorizem a instalação de programas *scripto sensu*.

No Programa Desenvolvimento do Ensino de Pós-Graduação e da Pesquisa Científica, a UFG desenvolveu a ação denominada Funcionamento de Cursos de Pós- Graduação. A universidade apresentou, ao longo da última década, uma expressiva evolução em sua atuação neste nível de ensino, tendo registrado 40 Programas de Pós-Graduação *stricto sensu*, em 2009, sendo 21 os que oferecem mestrados acadêmicos, 15 aqueles que oferecem as opções de mestrados e doutorados acadêmicos e 04 oferecem doutorado apenas. Na pós-graduação, a

proposta da UFG no REUNI também prevê um incremento nas novas matrículas e no número de programas que deverão ser criados no período de 2008 a 2012 (UFG, 2010, p. 69).

Também se destaca, vinculada à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, uma ação de nome “Pesquisa Universitária e Difusão de seus resultados”, estratégica para o desenvolvimento da pós-graduação no Brasil e em acordo com a Lei Orçamentária da UFG.

Uma meta do PDI dispõe promover processos de avaliação dos cursos de graduação e pós-graduação na universidade. Especificamente sobre a pós-graduação na Universidade Federal de Goiás, têm-se as metas de apoio à pós-graduação *lato sensu* na UFG, tanto na modalidade presencial como à distância, expandir a oferta de cursos *scripto sensu*, incluindo ações como a criação de cursos que sejam estratégicos regionalmente, ampliar o número de vagas para ingresso de novos alunos, luta por maior número de bolsas, ampliação dos programas de Minter e Dentre, elevação dos conceitos CAPES, consolidando os programas já em funcionamento, política de internacionalização dos programas, aumento da produção científica, tecnológica e artística da universidade, expandir a captação de recursos financeiros, consolidar os periódicos científicos, entre outras metas.

Percebe-se que as ações do PDI também estão de acordo com as orientações repassadas pelo PNPG, que por sua vez, seguiu as diretrizes contidas no PNE.

O quadro de diagnóstico a seguir demonstra, perante as principais diretrizes retiradas dos quadros anteriores (do PNE e do PNPG), o que a UFG está realizando em relação a cada uma delas:

Quadro 06 – Diagnóstico de ações na pós-graduação na UFG a partir do alinhamento entre PNE, PNPG e PDI

(continua)

Diretrizes do PNE e PNPG	Ações alinhadas na UFG
Melhoria da educação básica, aumentando a proporção de crianças e jovens alfabetizados, bem como a taxa de escolaridade da população jovem, aumentando o número de escolas integrais. (PNE e PNPG)	Na UFG são ofertados os cursos de graduação em Pedagogia e licenciaturas em diversas áreas do conhecimento, tais como Matemática, Física, Química, Ciências Biológicas, Ciências Sociais, Educação Física, Filosofia, Geografia, História, Letras, Artes Cênicas, Artes Visuais e Música. Existem especializações <i>lato sensu</i> em diversas áreas ligadas às licenciaturas de formação. São ofertados programas de pós-graduação <i>scripto sensu</i> em Arte e Cultura Visual, Ciências Biológicas, Educação, Ciências, Educação em Ciências e Matemática, Física, Filosofia, Geografia, Educação Física, História, etc., além dos programas profissionais

(continua)

Expandir o número de jovens matriculados em cursos de nível superior, elevando também a qualidade dos cursos ofertados nas instituições públicas, ampliando o número de professores mestres e doutores no corpo docente. (PNE e PNPG)	A UFG cresceu consideravelmente durante a vigência de seu último Plano de Desenvolvimento Institucional (2011-2015) prorrogado por mais um ano. O campus do interior passou a oferecer mais cursos, fato que pôde ocorrer através dos REUNI (Programa de Reestruturação das Universidades Federais), passando no campus Catalão de 8 cursos em 2005 para 21 em 2012, campus Jataí de 11 cursos em 2005 para 24 em 2012, o campus Cidade de Goiás implantado com quatro cursos de Graduação em funcionamento em 2012 e contando com seis cursos em 2016
Garantir a formação continuada de professores da educação básica, incrementando ações que valorizem a carreira do magistério. (PNE)	Além de oferecer os cursos de Licenciatura e os programas de pós-graduação nas áreas correlatas, a UFG desenvolve ações no PARFOR, cujo objetivo é garantir que os professores atuantes na rede pública de educação básica obtenham a formação exigida pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB) Nacional, através da oferta de turmas especiais com ingresso exclusivo para professores em exercício, ofertando cursos nas modalidades presencial e a distância, nas áreas de Ciências Biológicas, Artes Cênicas, Artes Visuais, Educação Física, Física, Sociologia e Filosofia.
Contribuir para uma forma democrática de gestão da educação. (PNE e PNPG)	A política de graduação da UFG busca promover uma participação democrática das unidades acadêmicas nas discussões de políticas para criação de novos cursos de graduação
Agricultura: revolução verde e tecnologias limpas, estratégias de desenvolvimento sustentável, Utilização do potencial hídrico, solo cultivável, disponibilidade eólica e solar, biodiversidade, autossuficiência em petróleo, colocando a tecnologia nacional em posição de destaque, ofertar programas nas ciências agrárias de abordagem multidisciplinar, promover interação com a Embrapa e os institutos estaduais de agropecuária; Garantir aporte intelectual e tecnológico ao complexo agroindustrial, visando o desenvolvimento sustentado, a segurança alimentar e a exportação, a independência tecnológica e o desenvolvimento do setor. (PNPG)	O compromisso com o meio ambiente é princípio definido no estatuto da UFG. Na Revista da UFG foram publicados artigos sobre biotecnologia e agricultura no Brasil contemporâneo, revolução verde, biotecnologia agrícola e multinacionais. A Unidade Acadêmica Especial de Ciências Agrárias em Jataí oferta os cursos de Agronomia, Engenharia Florestal, Medicina Veterinária e Zootecnia, além de pós-graduação em Agronomia (Mestrado) e Biociência Animal.
Amazônia e o mar, oceanografia, capacitar pessoal que gere informações capazes de alavancar um novo modelo de geração de riquezas e desenvolvimento sustentável, pelo uso de novas tecnologias através dos biomas brasileiros; Ampliar a visão interdisciplinar na formação de processos biogeofísicos, econômicos e sociais no nível de bacias hidrográficas. (PNPG)	A UFG atualmente não desenvolve ações ou programas alinhados a estas diretrizes. O laboratório de Processamento de Imagens e Geoprocessamento vinculado ao Instituto de Estudos Socioambientais (IESA) da UFG. A partir de 2010, foi inaugurado o “Geocursos”, um projeto de extensão, que oferta cursos de média e curta duração no âmbito das geotecnologias, oferecidos para a comunidade em geral. Entre os cursos presenciais ofertados, estão: Geotecnologia aplicada na análise ambiental de bacias hidrográficas, Geotecnologias aplicadas ao ensino, etc.

(continua)

Programa espacial (PNPG)	A UFG possui o Planetário, que começou sua história na década de 70, sofrendo importantes reformas a partir da doação do MEC (na época em negociação com a Alemanha oriental), de um Planetário Zeiss Jena Spacemaster e um telescópio Zeiss, Cassegrain 150 milímetros de diâmetro e distância focal 2.225 milímetros. São desenvolvidas no planetário as chamadas sessões na cúpula, observações ao telescópio, cursos de graduação e extensão. Em 2015 foi aberto edital para especialização em Educação em Astronomia.
Política nuclear (PNPG)	A UFG, com o apoio da Newton Fund. e British Academy, desenvolve o projeto Vulnerabilidade Nuclear Global, fornecendo uma nova interpretação da era nuclear, em colaboração com a Universidade de Bristol (Inglaterra), explicando as consequências da crise global de 1962 para os programas nucleares da Grã-Bretanha, França e Brasil. No ano passado, o Núcleo de Estudos Globais do Curso de Relações Internacionais ofertou uma jornada de estudos chamada Hiroshima 70 anos, que relembrou o começo da era nuclear. Recentemente também foi ofertado o seminário “O Brasil e a crise dos mísseis”, com a presença do embaixador Ricupero, antigo secretário geral da UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento), oferecendo testemunhos pessoais sobre as relações entre Brasil e Cuba antes da crise dos mísseis.
Clima, energia e pré-sal (PNPG)	As ações encontradas na UFG neste sentido dizem respeito a publicações na revista Terceiro Incluído, Transdisciplinaridade e Educação Ambiental do IESA.
Questões sociais: Apoiar projetos voltados à geração de procedimentos e tecnologias para o desenvolvimento social; No quesito Inserção Social da Ficha de Avaliação dos PPGs a contribuição para a geração de procedimentos e tecnologias para o desenvolvimento social. (PNPG)	A UFG tem a finalidade de formar cidadãos que prezem a solidariedade nacional e internacional, contribuindo para uma sociedade mais justa, em que os cidadãos se empenhem em soluções democráticas para os problemas nacionais. Consta no PDI da instituição que “procura-se incentivar a relevância social dos problemas abordados, os objetivos e resultados alcançados e a apropriação, utilização e reprodução do conhecimento envolvido nas atividades de extensão”. No que diz respeito às políticas sociais da UFG voltadas à comunidade universitária, tem-se a busca pelo aprimoramento dos serviços existentes na PROCOM, quais sejam, os serviços de Saúde-SESMET, serviço odontológico e serviço de nutrição. , o fortalecimento de programas sociais ao estudante como o Bolsa Alimentação e Bolsa Permanência, aperfeiçoar, mesmo que com parcerias a outras universidades a gestão das Casas de Estudante Universitários (CEUs), organizar cadastros com dados da realidade social dos membros da comunidade universitária, fortaleçam os espaços infantis e creche, etc.

(continua)

Defesa nacional (PNPG)	Este ano, um grupo de alunos foi selecionado para apresentar sua pesquisa no Congresso Acadêmico sobre Defesa Nacional na Escola Naval do Rio de Janeiro. Um mestrando do curso de Ciência Política também obteve boa colocação no Concurso de Monografias sobre Defesa Nacional.
Novas interações entre universidade e sociedade, inovações curriculares e de formação (PNPG)	Entre os princípios dispostos no Estatuto da UFG, estão a diversidade e pluralismo de ideias, sem discriminação de qualquer natureza, a preparação para o pleno exercício da cidadania, o compromisso com a democratização na educação tanto na gestão, como numa isonomia de oportunidades de acesso e a socialização de seus benefícios. Para tentar diminuir as distâncias na interação entre a universidade e a sociedade, foram criados o Conselho de Integração Universidade-Sociedade (CIUS), a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, as Comissões Coordenadoras das Atividades de Interação com a Sociedade (CCAIS), envolvendo representantes da comunidade universitária, empresários, trabalhadores, representantes das prefeituras e governo estadual, entidades ligadas à pesquisa, etc. A UFG, em seu programa de extensão apoia ações governamentais e não governamentais buscando alternativas para melhoria de vida da população goiana.
Expansão geográfica estratégica da pós-graduação brasileira (PNPG)	A PRPG trabalha alinhada às diretrizes elencadas no PNE e no PNPG. A oferta de cursos aumentou significativamente nos últimos anos e a UFG possui hoje dois cursos de reconhecimento internacional e tem a maioria dos programas de pós-graduação <i>scripto sensu</i> , hoje avaliados com nota 4. A UFG conta hoje com 68 programas de pós-graduação, entre estes, 27 cursos em nível de doutorado e oito programas de mestrados profissionais. O campus de Catalão hoje já conta com sete cursos e o campus de Jataí com 6, contribuindo para a interiorização da pós-graduação.
Inserção internacional, promover a expansão da cooperação internacional (PNPG)	Através da Coordenadoria de Ações Internacionais (CAI) da UFG, a política preza por dinamizar o intercâmbio dos estudantes em programas que ofereçam bolsas de estudo e aporte financeiro à mobilidade internacional, oferte o aprendizado de línguas estrangeiras (Centro de Línguas da UFG), consolidem os convênios já estabelecidos e promovam novos, promovam eventos internacionais na UFG, etc.
Reforçar a autonomia universitária no processo de criação de cursos (PNPG)	A fim de equilibrar utilitarismo e cultura, as instituições universitárias precisam possuir autonomia intelectual e autonomia na gestão financeira. A UFG vivendo a tensão gerada pelas duas forças, procura respeitar os princípios estatutários de gratuidade do ensino, indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a interdisciplinaridade, o compromisso com a qualidade e a orientação humanística, a democratização da educação, etc.

(conclusão)

Fomentar o investimento privado na pesquisa e na pós-graduação e aumentar os investimentos em ciência, tecnologia e inovação (PNPG)	A política de pesquisa, pós-graduação e inovação na UFG estabelece que devam ser desenvolvidas ações que auxiliem os grupos de pesquisa e os programas de pós-graduação a obter recursos financeiros, atuem de forma efetiva no Conselho Superior da FAPEG, garantam a implantação do Fundo Municipal de Ciência e Tecnologia de Goiânia, incentivem a inovação tecnológica e a interação com o setor privado, ampliem o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e promovam outros programas semelhantes em esfera municipal e estadual, possibilitem a ampliação de bolsas oferecidas pelas instituições financiadoras, bem como atualizem seus valores financeiros.
Melhoria da infraestrutura universitária, institutos de pesquisa e laboratórios, promover planos de excelência para instituições de pesquisa, preparando uma geração de profissionais de alto nível para assumir a geração de informações científicas e tecnológicas no futuro. (PNPG)	O PDI da instituição reconhece que o ambiente de trabalho e desenvolvimento de trabalhos foi melhorado, mas que ainda carece de financiamentos para alcançar a excelência e expandir os intercâmbios científicos.
Qualificação de doutores e mestres em Criminologia que possam atuar na pesquisa e formação nas universidades afinados com debates atualizados para contribuir com o debate internacional; Processo de indução na formação de centros e cursos especializados no tema Criminologia no interior das universidades; Formação de massa jurídica crítica, buscando as causas e determinantes da criminalidade brasileira, englobando teorias críticas da criminologia. (PNPG)	O curso de Direito ofertado na UFG em Goiânia e na Cidade de Goiás preza pela conscientização do estudante acerca de seu perfil social e político, como cidadão e agente transformador da sociedade. Nas duas Regionais existem grupos de estudos de Criminologia, que investigam também as abordagens críticas do tema, como o Crimideia e o Projeto Além das Grades.
Incorporar o estudo de elementos da cultura brasileira nos programas de pós-graduação, não só nos programas de ciências sociais e humanas, mas também programas nas áreas de Exatas e da Saúde, uma vez que os profissionais lidarão com aspectos culturais do ambiente em que atuarão. (PNPG)	Hoje, na modalidade à distância, encerrou-se uma primeira turma de especialização em História e cultura afro-brasileira e africana em polos espalhados pelo interior de Goiás. O Programa de Hospedagem de Estudantes Estrangeiros desenvolvido pela CAI entre outros feitos também ajuda na disseminação da cultura brasileira. Seminários envolvendo o tema têm sido ofertados pelas diversas unidades acadêmicas da Universidade.
Introduzir programas estratégicos de pós-graduação em educação profissional que articulem especialização, mestrado profissional e doutorado com eixo estruturante de formação e identidade própria; criar e desenvolver programas com recursos públicos e parcerias público-privadas em educação profissional. (PNPG)	Hoje a UFG conta com oito programas de pós-graduação de caráter “profissional” em funcionamento”

Fonte: Próprio Autor (2016).

O quadro acima revela que a UFG possui ações na maioria das políticas e diretrizes contidas no PNE e no PNPG, muito embora de forma heterogênea com relação às diferentes áreas que se constituem como prioridades na Agenda Nacional de Pesquisa. Tem muito a se desenvolver em áreas em que já possui programas de pós-graduação, como a questão da revolução verde e tecnologias limpas, trabalhadas nos cursos de Ciências Agrárias, as questões climáticas, de energia e do pré-sal nos cursos geoambientais; maximização de resultados em áreas, cujos resultados já estão sendo satisfatórios, como a questão da melhoria da educação básica através dos cursos de Pedagogia, Letras e diversas licenciaturas, planejamento de atividades mais pontuais em questões como a gestão democrática da universidade e as melhorias sociais, etc.

Vários fatores podem incidir sobre essa diversidade no tratamento com as diferentes diretrizes: a posição geográfica da UFG, sua infraestrutura, o corpo docente que constitui cada curso e unidade acadêmica, etc. Por outro lado, mostra que de pequenas ações em algumas áreas, outros esforços possam ser multiplicados, podendo futuramente, oferecer suporte para solicitação de cursos de graduação específicos ou pela expansão dos benefícios das ações à uma maior parcela da comunidade acadêmica.

4 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Apesar da pós-graduação na UFG apresentar-se de certa forma ainda recente, já possui alguns programas *scripto sensu* com conceito internacional e vários em fase de consolidação e crescimento. Pouco se sabe, porém, acerca do perfil desses alunos que buscam a pós-graduação na Universidade, tanto na modalidade *lato sensu*, quanto na modalidade *scripto sensu*. Supõe-se que os ingressos na primeira modalidade, prezem por uma especialização em curto prazo, em sua maioria com objetivos profissionais em áreas em que já atuam, enquanto que aqueles que optam pela modalidade *scripto sensu*, tem interesse numa maior profundidade acadêmica com foco na pesquisa e em sua maioria, focando também no desenvolvimento de atividades docentes.

4.1 Perfil dos alunos de pós-graduação

O plano inicia suas orientações sugerindo que a UFG elabore um relatório que identifique o perfil dos alunos de ingressos nos programas de pós-graduação, e buscando um mecanismo de avaliação dos egressos acerca dos resultados alcançados ao final do programa.

Sendo a UFG, referência na oferta de cursos de graduação e pós-graduação no estado de Goiás, busca-se definir o perfil dos alunos matriculados em cursos de pós-graduação na universidade com relação à formação de sua origem familiar, ou seja, entender em qual geração de cidadãos alfabetizados e em qual geração de cidadãos graduados em curso superior ele se insere. Com isso, pretende-se entender se seus pais e avós foram alfabetizados e qual grau de escolaridade atingiram. A UFG poderia traçar um perfil desse estudo a partir de questionários a serem respondidos no momento de renovação de matrícula de cada programa de pós-graduação. A formação desse banco de dados poderia fomentar a reflexão sobre possíveis ligações entre o ambiente familiar no que tange à formação e a influência dessa questão nos objetivos acadêmicos dos estudantes.

Assim, haveria primeiramente, um estudo sobre o perfil dos estudantes da pós-graduação significativo para o estado de Goiás, considerando a abrangência da UFG. Com relação aos ingressos nos cursos de Mestrado Profissional, pretende-se fazer um estudo específico do perfil dos alunos destes estudantes, buscando entender o que difere das necessidades do aluno que busca um programa de mestrado acadêmico, identificando assim, se há realmente uma diferença no perfil dos alunos que se candidatam a um ou outro programa, ou se essa questão não está mais ligada a oportunidades e facilidade de ser

aprovado em um ou outro processo.

4.2 Melhoria da educação básica e formação continuada de professores

Com relação à melhoria da educação básica, tão presente tanto no PNE quanto no PNPG, a UFG apresenta tanto boas ações quanto bons programas consoantes com as estratégias que poderia dispor uma universidade na formação de professores que se constrói como uma variável que incidirá na qualidade da educação básica. A Meta 16 do PNE se resume em formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino. Esta meta coloca como possibilidade que a Universidade opte por um sistema de reserva de vagas em cursos de pós-graduação de nível *scripto sensu* para professores da Educação Básica.

Sem dúvidas, trata-se de uma discussão complexa, mas que pode e deve ser feita de forma a atingir ou mesmo incentivar este público-alvo específico a atingir excelência em sua área de licenciatura. Com relação a avanços na educação básica, é importante também lembrar que funciona na UFG o CEPAE, Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação, que atende o ensino fundamental, ensino médio e a pós-graduação. O trabalho lá desenvolvido não é focado somente no ensino, porém também no desenvolvimento de novas metodologias de ensino que buscam melhorar o nível da educação básica no estado de Goiás, uma vez que as pesquisas são disponibilizadas às escolas que queiram adotá-las.

Pensando numa possibilidade de reserva de vagas na pós-graduação para professores que atuam na educação básica, pode-se ainda pensar em exigir ao aluno ingressante pela possível cota, como atividade extracurricular a ser inclusa nos projetos político-pedagógico dos cursos, que dissemine palestras ou seminários aos demais colegas docentes de sua escola de origem os ensinamentos adquiridos na UFG ou que ofereça aos alunos simpósios que os aproximem das discussões atuais sobre a área de formação do professor, atividades práticas interessantes, etc. Os cursos ofertados pela UFG, os que possuem relação direta com disciplinas do ensino básico são:

- *Scripto sensu*: Biodiversidade vegetal, Biodiversidade Animal, Ciências Ambientais. Ciências Biológicas, Ecologia e Evolução, Educação, Educação em Ciências e Matemática, Filosofia, Física, Geografia, História, Letras e Linguística, Matemática,

Química, Sociologia e Estudos da Linguagem.

- *Lato sensu*: Psicologia dos Processos Educativos, Nutrição Esportiva e Fisiologia do Exercício, Gestão Educacional.

Os cursos acima mencionados são ofertados nas regionais de Goiânia e Catalão. A sugestão anterior poderia inclusive subsidiar a decisão de avançar ou não num possível projeto de reserva de vagas para docentes de escolas públicas, indicando as áreas com maior deficiência e aquelas não contempladas pelos mestrados profissionais em sintonia com o Parfor.

Em diagnóstico apresentado pela PRPG com relação à execução financeira, pelos quais passam os programas de mestrado e doutorado, sobressaem-se as mudanças contínuas e não comunicadas à Pró-Reitoria de Administração (PROAD), dificuldade para pagamento de pequenas despesas. Buscando resolver a questão da ausência de mecanismos que fomentem o ingresso de professores do ensino fundamental em cursos de pós-graduação, pensou-se inicialmente nas hipóteses de reserva de vagas e de criação de programas exclusivamente para este fim. Criar novos programas se mostrou uma alternativa mais difícil de ser implementada em virtude das dificuldades de se criar um novo curso e das diferentes áreas em que os professores precisam se especializar.

4.3 Gestão democrática da Universidade

A respeito da gestão democrática, que se busca programar nas universidades, sabe-se que a UFG dispõe de organismos colegiados de cursos e de unidades acadêmicas, Comissões e Conselhos, bem como demandas que são específicas a cada Regional diferente. Na Faculdade de Educação da UFG foram encontrados artigos publicados em anais de eventos realizados na Universidade, com os temas de “Políticas Educacionais e Gestão Democrática do Ensino Público”, “Democracia e Autonomia da Gestão Escolar”, entre outros, que podem incidir inclusive na melhoria da educação básica, ao levar este pensamento a professores da rede de ensino público.

Ainda assim, uma universidade tão plural e que se expande constantemente exige que a política de comunicação, deliberação e decisão seja corretamente traçada, o que sugere uma pesquisa aplicada aos docentes e técnico-administrativos de todos os campi para opinarem sobre a existência ou não de uma gestão mais democrática na universidade, dando um *feedback* aos gestores atuais sobre esta questão.

4.4 Revolução verde e tecnologias limpas

Sobre a revolução verde na agricultura, tecnologias limpas, oceanografia, estudos sobre a Amazônia e o mar, política nuclear e política e programa espacial, a UFG apresentou resultados consideráveis em ações, na medida possível dos cursos que oferece e sua posição geográfica. Na Revista da UFG foram publicados artigos sobre “Biotecnologia e Agricultura no Brasil contemporâneo,

Sugere-se que os cursos e unidades mantenedoras das ações mantenham um plano de evolução das discussões e dos temas estudados, de forma a não deixar que se perca o que já se construiu até aqui neste sentido.

4.5 Clima, pré-sal e energia

O Campus Jataí desenvolveu um estudo em parceria com a Universidade Estadual de Goiás de influência nas mudanças climáticas na produção de frutos do cerrado, além de ter ofertado uma palestra com o tema “Mudanças climáticas, expansão humana e as extinções pleistocênicas”. Artigos envolvendo as questões das mudanças no clima também foram encontrados na Revista da UFG.

Temas que por sua proporção pareceu abordado de forma insuficiente na UFG são as questões relativas ao pré-sal e energia. Em 2009, o diretor da Agência Nacional de Petróleo (ANP) participou de um debate público na Universidade, apresentando os desafios e as necessidades da exploração do pré-sal na costa brasileira. E os investimentos em educação que poderá ser feitos advindos desses recursos financeiros. Para que se aumente o número de publicações nesta área e uma maior conscientização da comunidade acadêmica como um todo, sugere-se que as unidades vinculadas aos cursos de Ciências Biológicas, Geografia, o Instituto de Estudos Socioambientais (IESA) entre outros ofereçam ações de extensão envolvendo os temas e que possam ser ofertadas disciplinas de núcleo livre que nasçam desses projetos de forma a possibilitar que todo o corpo discente se ocupe dessas preocupações.

4.6 Questões sociais

Quanto às questões sociais, nota-se hoje na UFG, um grande avanço com relação às teorias sociais críticas nas unidades de ciências sociais aplicadas, repassando ao corpo

discente seu papel de agente transformador da sociedade.

Na UFG uma quantidade expressiva de docentes lotados nas áreas de Ciências Sociais Aplicadas têm atuado junto a diversos movimentos sociais, trazendo sua realidade e suas demandas para as salas de aula. Na Regional Goiás, formou-se a primeira turma de Direito com edital de seleção exclusivo para beneficiários da Reforma Agrária e agricultores familiares. O movimento estudantil da Regional também se faz presente, através de grupos de discussão de temas feministas, visitando assentamentos rurais e atuando junto a doentes da Instituição na assessoria jurídica popular.

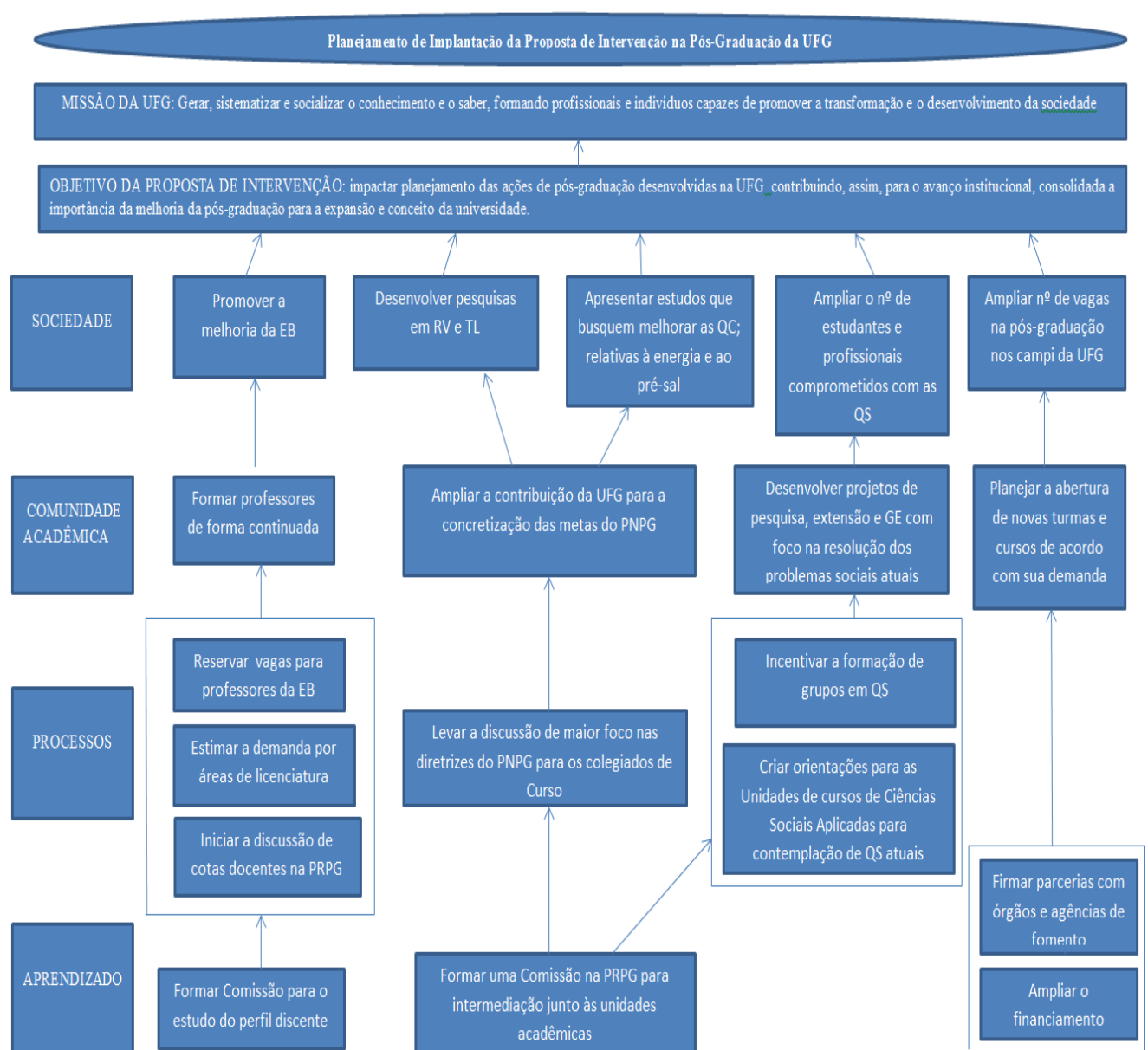
Nota-se que ainda há muitas oportunidades para desenvolver-se em ações extensionistas, ao lado do corpo docente de forma a tornar-se referência na intervenção prática social.

4.7 Expansão geográfica da pós-graduação

Quanto à expansão geográfica da pós-graduação, percebe-se que na Regional Cidade de Goiás ainda não foi aberta nenhuma turma de pós-graduação *scripto sensu*, embora alguns professores já tenham apresentado um projeto de mestrado multidisciplinar. É de sua importância que a discussão sobre a possibilidade deste Mestrado aconteça, indicando caminhos para a superação das reais dificuldades que não permitiram que fosse ofertado.

O plano de ação, portanto, poderia se inserir no texto das políticas de pós-graduação a serem inseridos no próximo Plano de Desenvolvimento Institucional ou ser apresentado para melhor desenvolvimento de suas sugestões às unidades acadêmicas responsáveis pelos pontos de melhoria em reunião com a PRPG. É importante ressaltar que numa ação que busque renovar os compromissos da UFG com a pós-graduação, a expansão da universidade e maiores contribuições para as pesquisas e a melhoria da educação brasileira, deve-se esclarecer para cada unidade acadêmica que os esforços devem ser concentrados para aumentar, com qualidade, o número de ações voltadas a contemplar as diretrizes presentes no PNPG e no PNE e quando possível, somar esforços para apresentar projetos de novos cursos em nível de graduação e pós-graduação nas áreas destacadas.

Muitas possibilidades de ações encontram respaldo nas metas atuais descritas no PDI da instituição e podem, inclusive, serem acrescentadas ao texto do próximo Plano de Desenvolvimento Institucional a ser aplicado na Universidade.



Descrição dos Objetivos

Objetivo	Descrição	Indicador	Medida	Ações
Ampliar a qualidade da EB	Ampliar a qualidade da Educação Básica, através da formação continuada de professores.	Número de professores formados	Quanto mais, melhor.	Formar professores em nível de pós-graduação nas diversas licenciaturas que compõem a grade curricular da Educação Básica, promover a formação continuada de professores e eventos que conscientizem os professores acerca dos desafios educacionais contemporâneos e do caráter emancipatório que deve permear o processo de aprendizagem.
Desenvolver pesquisas em RV e TL	Busca-se com estas pesquisas ampliar a quantidade de publicações e promover o desenvolvimento de estudos em revolução verde e tecnologias limpas, levando a discussão de maior foco nas diretrizes do PNPG para os colegiados de Curso, propondo, inclusive, alterações nas matrizes curriculares e no PDI da Instituição.	Número de publicações na área	Quanto mais, melhor	Orientar as unidades acadêmicas na evolução das discussões e dos temas estudados, de forma a não deixar que se perca o que já se construiu até aqui neste sentido.
Apresentar estudos que busquem melhorar as QC; relativas à	Aumentar o número de publicações na área e a conscientização da comunidade	Número de publicações na área	Quanto mais, melhor.	Oferecer ações de extensão envolvendo os temas e que

energia e ao pré-sal	acadêmica como um todo. Formar uma Comissão na PRPG para intermediação junto às unidades acadêmicas para orientação sobre necessidade de readequações que contemplem melhor o PNPG.			possam ser ofertadas disciplinas de núcleo livre, que nasçam desses projetos de forma a possibilitar que todo o corpo discente se ocupe dessas preocupações.
Formar estudantes e profissionais comprometidos com as QS	Preparar, no âmbito da Universidade, não somente profissionais, mas cidadãos conscientes de seu papel transformador na sociedade.	Número de grupos de estudos, projetos de extensão e pesquisa na área	Quanto mais, melhor.	Implementar mais projetos de pesquisa e extensão, além de incentivar a formação de grupos de estudos entre discentes da pós-graduação, focados na resolução dos conflitos sociais contemporâneos; articular parcerias com movimentos sociais.
Ampliar nº de vagas na pós-graduação nos campi da UFG	Ofertar maior quantidade de vagas nos cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> , especialmente nos campi do interior.	Abertura de novas vagas em cursos de pós-graduação	Quanto mais, melhor.	Articular junto a agências de fomento e instituições privadas, que busquem mão-de-obra-qualificada o financiamento para obtenção de maiores recursos para a pós-graduação.

O mapa apresentado retrata as ideias centrais presentes no objetivo deste trabalho, que são avançar no cumprimento dos objetivos da pós-graduação nacional e as implicações diretas que estes possuem com a melhoria da educação brasileira como um todo, a partir do alinhamento das diretrizes maiores contidas no Plano Nacional de Educação, afunilando o

estudo para o Plano Nacional de Pós-Graduação, até chegar ao objeto da presente dissertação, que é o desenvolvimento dos programas e ações na Universidade Federal de Goiás.

Foram explicitados a missão, a visão e os valores na oferta da pós-graduação na Universidade Federal de Goiás, partindo da política institucionalizada na Pró-Reitoria de pós-graduação que norteiam as unidades acadêmicas para a instalação e continuidade dos cursos.

No nível de aprendizado foram suscitadas algumas ações estratégicas concluídas no Plano de Ação para a melhoria da Pós-Graduação na UFG; depois foram descritos os processos que poderiam ser implementados na Universidade para atingi-las e, por fim, as contribuições e benefícios que retornariam à sociedade ou à comunidade acadêmica através das mudanças realizadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações desenvolvidas na pós-graduação contribuem para a melhoria da universidade como um todo, estimulam a formação acadêmica continuada dos estudantes, elevam o nível das pesquisas na instituição, por isso é importante que esta seja desenvolvida de forma correta, coerente às políticas públicas educacionais. Acredita-se, portanto, que uma boa articulação das metas da pós-graduação contidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) e o Plano Nacional da Educação (PNE) represente uma forma de controle das ações executadas na Universidade Federal de Goiás, contribuindo para sua melhoria.

Diante da definição do problema central e da hipótese que permeou este trabalho, junto à revisão bibliográfica e a descrição da metodologia utilizada, mostrou-se realizável a concretização do objetivo de contribuir para a melhoria da gestão de políticas de pós-graduação para a Universidade, a partir da entrega de um estudo sobre as políticas introduzidas no PNE e no PNPG que define a postura de uma era com relação às prioridades de áreas e tipos de avanço que a educação brasileira deve sofrer.

O referencial teórico buscou introduzir os conceitos e uma breve análise de políticas públicas, focando naquelas voltadas à educação, relacionando outros programas e conquistas em políticas educacionais.

Por meio da análise da efetividade do PDI na Universidade Federal de Goiás, com a pretensão de contribuir para a melhoria da gestão estratégica da instituição, foi elaborado um plano de ação (depois da fase de coleta de dados e análise dos resultados), que objetiva sugerir real intervenção ao monitoramento das metas de pós-graduação, pesquisa e inovação para o próximo PDI, que deve entrar em vigor até o ano de 2017. A importância de se alinhar os objetivos e metas institucionais com aqueles presentes no PNPG e no PNE foi crucial, uma vez que deve haver um controle da execução das diretrizes dentro da Universidade, ainda que seu planejamento tenha sido desenvolvido da maneira correta. Há que se observar como a Universidade tem agido para superar suas dificuldades com relação ao cumprimento das metas e o plano de ação proposto neste trabalho avança nesta direção.

As grandes dificuldades deste trabalho foram relacionadas à busca do que a UFG estava concretamente realizando em termos de ações, para além do estabelecido em seu PDI. Pra isso foi feita uma extensa pesquisa em seus documentos, sites das unidades acadêmicas, das Pró-Reitorias de Pesquisa e Inovação, Extensão e Pós-Graduação. Também aconteceram

reuniões com um Pró-Reitor e um servidor da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional

A educação, como já mencionado neste trabalho, é direito social e serviço financiado por recursos públicos; para que os serviços de educação sejam prestados com excelência, as instituições de ensino superior deve trabalhar estrategicamente, e a possibilidade de contribuir, neste sentido, justifica o presente projeto.

A Pós-graduação brasileira comporta cursos de especialização, mestrado, doutorado e aperfeiçoamento (pós-doutorado, que é organizado de maneira mais livre) e a UFG vem construindo seus programas de pós-graduação de forma inclusiva, plural e em conformidade com as diretrizes do PNE e do PNPG, porém um planejamento mais holístico que vincule de forma mais efetiva os rumos da pós-graduação na Universidade com as leis e objetivos maiores que permitem a criação de todos estes programas, ajuda a manter sempre na instituição a cultura de reforçar e entender a importância do que já está sendo feito e a obrigatoriedade por buscar instituir o que foi mais dificultoso por esbarrar em algumas questões institucionais.

Obviamente, os cenários ideais almejados pelo PNE e pelo PNPG são de difícil execução integral por uma só universidade, contudo, se a Universidade tem condições de gerir melhor suas ações, desenvolvendo a si própria e à comunidade onde está instalada; este objetivo pode e deve ser perseguido, uma vez que como espaço complexo que se configura, a Universidade também pode gerar um conhecimento que melhores a si própria, devolvendo à sociedade um serviço capaz de questioná-la, readaptá-la e elevar o país a um outro patamar.

A UFG desenvolve, com ênfase, os esforços destinados à formação continuada de professores e melhoria da educação básica, enquanto que de forma bastante inicial se insere no debate acadêmico sobre política nuclear, defesa nacional, tecnologias de desenvolvimento social, etc. Por outro lado, mostra que de pequenas ações em algumas áreas, outros esforços possam ser multiplicados, podendo futuramente, oferecer suporte para solicitação de cursos de graduação específicos ou pela expansão dos benefícios das ações a uma maior parcela da comunidade acadêmica.

O caminho para a emancipação das políticas para a educação no Brasil, se encontra, sem dúvidas no controle dessas políticas públicas e é sob este ideal que essa dissertação foi desenvolvida, movida pelo intuito de pensar ações e novas possibilidades para a elevação do nível de oferta educacional e das pesquisas brasileiras.

REFERÊNCIAS

ALDAY, H.E.C. O planejamento estratégico dentro do conceito de Administração Estratégica. **Revista FAE**, Curitiba, v.3, n.2, p. 9-16, 2000.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR. **Relatório de Acompanhamento do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais**. Brasília: 2010.

ANDRADE, C. I. A. R. Planejamento Estratégico como Instrumento de Vantagem Competitiva: um Estudo de Caso nas Secretarias de Administração e de Educação da Prefeitura de Formiga-MG. 2010. 72 f. Monografia (Graduação em Engenharia de Produção) – Centro Universitário de Formiga, UNIFOR, Formiga, 2010.

BALBACHEVSKY, Elizabeth. A pós-graduação no Brasil: novos desafios para uma política bem-sucedida. In: BROCK. C.; SCHWARTZMAN, S. **Os desafios da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

BARROSO, João. O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 26, n. 92, 2005.

BELLONI, Isaura (Org.). **Metodologia de avaliação em políticas públicas**: uma experiência em educação profissional. 3. ed. São Paulo: Cortês, 2003.

BERQUE, SANDRO Trescastro. Gestão Estratégica e Políticas Públicas: Aproximações Conceituais Possíveis e Distanciamentos Necessários. **Contabilidade, Gestão e Governança**, Brasília, v. 16, n.2, 2013. Disponível em:< <https://cgg-amg.unb.br/index.php/contabil/article/view/496/pdf>>. Acesso em: 19 jul.2015.

BRASIL. Ministério da Educação, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG 2011/2020 – Brasília - DF: Capes, 2010.

_____. Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional e Recursos Humanos (PRODIRH). Publicação *On line* do PID 2011-2015 da UFG. 2011. Disponível em: <<https://prodirh.ufg.br/n/5163-publicacao-on-line-do-pdi-2011-2015-da-ufg>>. Acesso em: 18 jul. 2015

_____. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG 2011-2020/Coordenação de Pessoal de Nível Superior – Brasília, DF. Capes: 2010.

_____. Ministério da Educação. Instruções para elaboração de plano de desenvolvimento institucional. Artigo 16 do Decreto nº 5.773 de 09 de maio de 2006. Disponível em:<<http://www2.mec.gov.br/sapiens/pdi.html>>. Acesso em: 01 jul.2015.

_____. Lei 13.005 de 25 de Junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: 27 abr. 2016.

_____. Finep 50 anos. O que são Fundos Setoriais. Disponível em:<<http://www.finep.gov.br/a-finep-externo/fontes-de-recurso/fundos-setoriais/o-que-sao-fundos-setoriais>>. Acesso em: 18 maio 2016.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Instituições, bom estado e reforma da Gestão Pública. In: BIDERMAN, Ciro; ARVATE, Paulo (Org.). **Economia do Setor Público no Brasil**. São Paulo: Campus Elsevier, 2004, p. 3-15.

CARVALHO, C.H.A. Política para o ensino superior no Brasil (1995-2006): Ruptura e continuidade nas relações entre público e privado. IE/Unicamp

CUNHA, Luiz Antonio C.R.. A pós-graduação no Brasil: função técnica e função social. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 14, n. 5, set./out., 1974. Disponível em:< <http://rae.fgv.br/rae/vol14-num5-1974/pos-graduacao-no-brasil-funcao-tecnica-funcao-social>>. Acesso em: 17 jul. 2015.

CUNHA, L.A. O desenvolvimento meandroso da educação brasileira entre o Estado e o mercado. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 809-829, out. 2007

CURY, Roberto Jamil. Gestão democrática dos sistemas públicos de ensino. In. OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. **Gestão Educacional: Novos Olhares, Novas Abordagens**. Petrópolis: Vozes, 2005

CURY, Carlos R. Jamil. O Conselho Nacional de Educação e a Gestão Democrática. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade (Org.). **Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos**. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 199-206.

DAGNINO, Evelina – Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: _____. **Políticas de ciudadanía y sociedad civil em tiempos de globalización**. Caracas, Venezuela: Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, Universidad Central de Venezuela, 2004.

DOURADO, Luiz Fernandes (Org.). **Plano de Educação (2011-2020): avaliações e perspectivas**. Autêntica Editora. Belo Horizonte: 2011.

FERNANDES, C.C.C. **A Reforma Administrativa no Brasil: Avanços e Limites 1995-98**. Institute of Brazilian Business and Public Management Issues da George Washington University, Washington, EUA. s. d. Disponível em:<<http://www.bresserpereira.org.br/Documents/MARE/Terceiros-Papers/PublicAdministrationReform-Portugues.pdf>>. Acesso em 17 jul. 2015.

FREITAS, H.C.L. A Reforma do Ensino Superior no campo da formação dos profissionais da educação básica: As políticas educacionais e o movimento dos educadores. **Revista Educação e Sociedade**, ano XX, N. 68, dez. 1999. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/es/v20n68/a02v2068.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2015.

GATTI, B.A. Pós-graduação e pesquisa em educação no Brasil, 1978-1981. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, n. 44, 1983. Disponível em:<<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1474/1469>>. Acesso em: 17 jul. 2015.

GRISA, Katia. Diferentes olhares na análise de políticas públicas: considerações sobre o papel do Estado, das instituições, das ideias e dos atores sociais. **Sociedade e Desenvolvimento Rural** (on-line), Brasília, v. 4, n. 1, jun. 2010. Disponível em:<<http://www.inagrodf.com.br/revista/index.php/SDR/article/viewFile/76/77>>. Acesso em: 17 jul. 2015.

GUIMARÃES, Reinaldo. O futuro da pós-graduação: avaliando a avaliação. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v. 4, n.8, 2007. Disponível em:<<http://ojs.rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/134/128>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

HADDAD, F. O plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008.

HOFLING, E. de M. - Estados e políticas (públicas) sociais. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 21, n. 55, p. 30-41, 2001. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-32622001000300003&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 17 jul. 2015.

HOSTINS, Regina Célia Linhares. Os planos nacionais de pós-graduação (PNPG) e suas repercussões na pós-graduação brasileira. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 24, n. 1 2006. Disponível em:< <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/10315>>. Acesso em: 17 jul. 2015.

HORTA, José Silvério Baía; MORAES, Maria Célia Marcondes de. O sistema CAPES de avaliação da pós-graduação: da área de educação à grande área de ciências humanas. **Revista Brasileira de Educação**, n. 30, set. dez. 2005. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n30/a08n30.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2015.

KLEIN, SCHWARTZMAN. **Higher education Policies in Brazil: 1970-90**. São Paulo: 1993.

LIMA, Paulo Gomes. Política de Educação Superior no Brasil na primeira década do século XXI: alguns cenários e outras leituras. **Avaliação**, Sorocaba, v. 18, n. 1, 2013. Disponível em:<<http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php?journal=avaliacao&page=article&op=view&path%5B%5D=1572>>. Acesso em: 01 jul. 2015.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Complexidade e dialética: Contribuições à práxis política e emancipatória em Educação Ambiental. **Educ. Soc**, Campinas, v. 26, n. 93, 2005, p.1473-1494. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamps.br>>. Acesso em: 01 jul. 2015.

MARQUES, Eduardo Cesar. Redes sociais e instituições na construção do Estado e da sua permeabilidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 14, n. 91, out. 1999. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v14n41/1751>>. Acesso em: 01 jul. 2015.

MARTINS, P. E. M.; PIERANTI, O. P. (Org.). **Estado e Gestão Pública: Visões do Brasil Contemporâneo**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

MELLO, G. N. Políticas Públicas de Educação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 13, 1991. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141991000300002>. Acesso em: 01 jul. 2015.

MENDONÇA, Ana Waleska Pollo Campos. A pós-graduação como estratégia de reconstrução da Universidade Brasileira. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 21, 2003. Disponível em:< <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=155018009019>>. Acesso em 01 jul. 2015.

O que é o REUNI, disponível em < <http://www.reuni.mec.gov.br>> Acessado em 19/07/2015

OLIVEIRA, J. A. P. de. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 1. 2006. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/rap/v40n2/v40n2a06.pdf>>. Acesso em: 02 jul. 2015.

OLIVEIRA, ROSA, SILVA. Programa de Formação Continuada de Professores e Outros Profissionais da Educação na FE-UFG. **Revista Inter-Ação**, Goiânia, v. 30, n. 2, 2005. Disponível em:< <http://www.revistas.ufg.br/interacao/article/viewFile/1319/1362>>. Acesso em: 02 jul. 2015.

PIRES; MACÊDO. Cultura organizacional em Educação Pública no Brasil. **RAP**, Rio de Janeiro, 2006.

PONTES, J. M. Elaboração e Gestão de Políticas Públicas : O diferencial do Planejamento Estratégico Situacional –PES. **Diálogos Interdisciplinares**, São Paulo, v. 2, n.2, 2013. Disponível em:< <https://revistas.brazcubas.br/index.php/dialogos/article/view/26/35>>. Acesso em: 02 jul. 2015.

QUELHAS, FILHO, FRANÇA. O mestrado profissional no contexto do sistema de pós-graduação brasileiro. Universidade Federal Fluminense: Rio de Janeiro, 2005.

RABELO, Francisco Chagas; BERNARDES, Genilda D'arc Bernardes. **Políticas Públicas e Sociedade Civil**. Goiânia: Cênone Editorial, 2004.

RADAELLI. The public policy of the European Union: whither politics of expertise? **Journal of European Public Policy**. Pittsburgh: 1999.

Relatório de Acompanhamento do Programa de Apoio a planos de reestruturação e expansão das universidades federais (Reuni) Andifes Janeiro-2010 Maria Ieda Costa Diniz e Rejane Miranda

RIBEIRO, Marlene. Políticas Públicas em trabalho, educação e tecnologia: uma história em movimento. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 4, n.2, 2006. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462006000200004>. Acesso em: 01 jul. 2015.

SAVIANI, D. O Plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto do MEC. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1231-1255, out. 2007.

SCHLEGEL, Rogerio. Educação como política pública: por que os retornos políticos merecem ser avaliados. **Revista E-Legis Câmara dos Deputados**. Brasília: 2011

SECCHI, L. **Políticas Públicas**: conceitos, esquema de análise, casos práticos. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SEGENREICH, S.C.D. O PDI como referente para avaliação de instituições de ensino superior: lições de uma experiência. **Ensaio:aval. pol. públ. Educ.** Rio de Janeiro, v. 13,n. 47, p. 149-168, abr. jun./ 2005.

SILVA, R. H. dos R.; SACARDO, M. S.; SOUSA,W. L. de. Dilemas da política científica da Educação Física brasileira em tempos de produtivismo acadêmico. **Movimento**, Porto Alegre, v. 20, n. 4 2014. Disponível em:< <http://www.seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/43145>>. Acesso em: 17 jul. 2015.

SGUISARDI, Valdemar. Universidade pública estatal: entre o público e o privado/mercantil. **Educ.Soc.**, Campinas:., 2005, v.26, n. 90, p.191-222. Disponível em:< <http://www.cedes.unicamps.br>>. Acesso em: 17 jul. 2015.

SOUSA, Sandra Zákia; BIANCHETTI, Lucídio. Pós-graduação e pesquisa em educação no Brasil: o protagonismo da ANPEd. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 36, set./dez. 2007. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n36/a02v1236.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2015.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul./dez. 2006, p. 20-45. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em: 01 jul. 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional e Recursos Humanos. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2011-2015.**, 2011. Disponível em:< <https://prodirh.ufg.br/n/5163-publicacao-on-line-do-pdi-2011-2015-da-ufg>>. Acesso em: 02 jul. 2015.

VEIGA, R.B.P.M. **A dinâmica das políticas setoriais no Brasil na década de 1990:** Continuidade e Mudança. Rio de Janeiro: Funcex, 2003.

VIEIRA, S.L. **Política educacional no Brasil:** introdução histórica. Brasília, DF: Líber livro, 2007.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Artigo 16 do Decreto nº 5.773 de 09 de maio de 2006

I. PERFIL INSTITUCIONAL

- Breve Histórico da IES;
- Missão;
- Objetivos e Metas (Descrição dos objetivos e quantificação das metas com cronograma);
- Área (s) de atuação acadêmica.

II. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL – PPI

- Inserção regional;
- Princípios filosóficos e técnico-metodológicos gerais que norteiam as práticas acadêmicas da instituição;
- Organização didático-pedagógica da instituição:

Plano para atendimento às diretrizes pedagógicas, estabelecendo os critérios gerais para definição de:

1. Inovações consideradas significativas, especialmente quanto à flexibilidade dos componentes curriculares;
 2. Oportunidades diferenciadas de integralização curricular;
 3. Atividades práticas e estágio;
 4. Desenvolvimento de materiais pedagógicos;
 5. Incorporação de avanços tecnológicos.
- Políticas de Ensino;
 - Políticas de Extensão;
 - Políticas de Pesquisa (para as IES que propõem desenvolver essas atividades acadêmicas);
 - Políticas de Gestão;
 - Responsabilidade Social da IES (ênfase na contribuição à inclusão social e ao desenvolvimento econômico e social da região).

III. CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO E DOS CURSOS (PRESENCIAL E A DISTÂNCIA)

Oferta de Cursos

As Instituições deverão apresentar dados relativos ao número de vagas, dimensões das turmas, turno de funcionamento e regime de matrícula de seus cursos. Informar ainda a situação atual dos cursos (em funcionamento, em fase de autorização ou de futura solicitação), incluindo o cronograma de expansão na vigência do PDI conforme detalhamento a seguir:

- Graduação (Bacharelado, Licenciatura e Tecnologia);
- Sequenciais (formação específica, complementação de estudos);
- Programas Especiais de Formação Pedagógica;
- Pós-Graduação (lato sensu);
- Pós-Graduação (stricto sensu);
- Polos de EAD (atender Portaria Normativa nº 2 de 10 de janeiro de 2007);
- Campi e cursos fora de sede.

IV. PERFIL DO CORPO DOCENTE

- Composição (titulação, regime de trabalho, experiência acadêmica no magistério superior e experiência profissional não acadêmica);
- Plano de Carreira;
- Critérios de seleção e contratação;
- Procedimentos para substituição (definitiva e eventual) dos professores do quadro;
- Cronograma e plano de expansão do corpo docente, com titulação e regime de trabalho, detalhando perfil do quadro existente e pretendido para o período de vigência do PDI.

V. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA IES

- Estrutura Organizacional, Instâncias de Decisão e Organograma Institucional e Acadêmico.
- Órgãos Colegiados: competências e composição.
- Órgãos de apoio às atividades acadêmicas.

VI. POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES

- Programas de apoio pedagógico e financeiro (bolsas).
- Estímulos à permanência (programa de nivelamento, atendimento psicopedagógico).
- Organização estudantil (espaço para participação e convivência estudantil).
- Acompanhamento dos egressos.

VII. INFRAESTRUTURA

- Infraestrutura física (detalhar salas de aula, biblioteca, laboratórios, instalações administrativas, sala de docentes, coordenações, área de lazer e outros);
- Biblioteca:
 - Quantificar acervo por área de conhecimento (livros e periódicos, assinatura de revistas e jornais, obras clássicas, dicionários, enciclopédias, vídeos, DVD, CD Rom's e assinaturas eletrônicas);
 - Espaço físico para estudos;
 - Horário de funcionamento;
 - Pessoal técnico-administrativo;
 - Serviços oferecidos;
 - Formas de atualização e cronograma de expansão do acervo.
- Laboratórios:
 - Instalações e equipamentos existentes e a serem adquiridos, indicando sua correlação pedagógica com os cursos e programas previstos;
 - Recursos de informática disponíveis;
 - Relação equipamento/aluno;
 - Descrição de inovações tecnológicas significativas.
- Recursos tecnológicos e de áudio visual.
- Plano de promoção de acessibilidade e de atendimento diferenciado a portadores de necessidades especiais (Decreto nº 5.296/04 e Decreto nº 5.773/06).
- Cronograma de expansão da infraestrutura para o período de vigência do PDI.

VIII. AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

- Procedimentos de autoavaliação institucional em conformidade com a Lei nº 10.861/2004 (SINAES).

IX. ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

- Demonstração da sustentabilidade financeira, incluindo os programas de expansão previstos no PDI:
 - Estratégia de gestão econômico-financeira;
 - Planos de investimentos;
 - Previsão orçamentária e cronograma de execução (5 anos).

APÊNDICE B – Fragmentos do PDI da UFG que versam sobre ações de pós-graduação

I - Política de pós-graduação, inovação e pesquisa

A pesquisa e a pós-graduação na UFG vêm crescendo sistematicamente ao longo das últimas décadas e a atuação da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG) tem sido a responsável por este crescimento. O apoio do pró-Reitoria e o esforço das diversas unidades acadêmicas de todos os campi resultaram em maior qualificação dos docentes e seu efetivo envolvimento em atividades de pesquisa, no destacado incremento da produção científica, no aumento da oferta de cursos de pós-graduação stricto sensu e na melhoria dos conceitos destes cursos nas avaliações feitas pela Capes. Toda essa expansão tem sido acompanhada por investimentos públicos, mas não em um percentual que atenda ao potencial de crescimento representado por um corpo docente que ultrapassa o quantitativo de mil doutores, e um corpo técnico altamente qualificado. As expectativas de crescimento são otimistas, mas devem ser respaldadas por investimentos que supram as necessidades de infraestrutura, equipamentos modernos e custeio de pesquisas básicas e aplicadas. Os pesquisadores da universidade, organizados em grupos, redes ou núcleos de pesquisa, contando com apoio institucional, têm sido responsáveis pela consolidação da pesquisa na UFG, mediante os recursos destinados ao financiamento da pesquisa no Brasil. Dessa forma, as condições de trabalho para o desenvolvimento de pesquisas, o funcionamento de laboratórios e oficinas foram sensivelmente melhorados, mas carecem ainda de importantes aportes financeiros para alcançar a excelência e melhorar os intercâmbios científicos. A diversidade das ações desenvolvidas em pesquisa, em várias áreas do conhecimento, resultou em uma maior densidade científica, que, por sua vez, propiciou a ocorrência de novas e sofisticadas demandas. Atender a essas demandas converteu-se em um desafio para a articulação entre as áreas de pesquisa, ensino e extensão na universidade. Ao executar sua política de pesquisa, pós-graduação e inovação, a UFG deve desenvolver ações que:

- a) Auxiliem os grupos de pesquisa e os programas de pós-graduação a obter recursos financeiros.
- b) Destinem um percentual da verba de outros custeios e capital (OCC) da universidade exclusivamente para a pesquisa, como determina o seu Estatuto.
- c) Exerçam forte atuação no Conselho Superior da FAPEG para destinar recursos ao desenvolvimento da pesquisa em todas as áreas do conhecimento.

- d) Garantam a implantação do Fundo Municipal de Ciência e Tecnologia Goiânia, o qual determina 10% da receita municipal para a área de pesquisa.
- e) Divulguem informações sobre os recursos financeiros investidos em pesquisa na universidade (recursos do orçamento da UFG, da FUNAPE, de projetos individuais de pesquisadores, de convênios com empresas privadas).
- f) Consolidem o sistema de informatização das bibliotecas e dos programas de pós-graduação.
- g) Melhorem e atualizem o acervo bibliográfico da Biblioteca Central.
- h) Criem mecanismos de apoio e incentivo ao aumento da produção acadêmica e científica;
- i) Favoreçam sistematicamente a publicação de artigos e outros meios de divulgação de produtos, estudos e pesquisas desenvolvidos.
- j) Valorizem o programa de apoio aos periódicos científicos da UFG, subsidiando, sobretudo, a indexação desses periódicos de acordo com bases de dados de alcance internacional.
- k) Incentivem a inovação tecnológica visando à integração com o setor privado em pesquisadores na elaboração de projetos.
- l) Fortaleçam a política de apoio a intercâmbios entre pesquisadores da universidade e outras instituições nacionais e internacionais, para expansão das atividades de cooperação e da inserção da UFG no cenário científico o nacional e internacional.
- m) Ampliem o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq), promovam a inserção no Programa institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI/CNPq) e promovam outros programas semelhantes na esfera municipal e estadual.
- n) Consolidem e ampliem a atuação do Comitê de Ética em Pesquisa.
- o) Forneçam suporte de qualquer natureza ao Museu Antropológico para inventariar, documentar, conservar e divulgar informações e conhecimentos.
- p) Priorizem a implantação e a consolidação de programas de pós-graduação *stricto sensu*.
- q) Agilizem o acompanhamento dos cursos de pós-graduação *lato sensu*.
- r) Fortaleçam a PRPPG e impulsionem a iniciativa de antecipar-se aos fatos, dessa forma garantindo sua inserção no cenário regional, nacional e internacional.
- s) Consolidem o apoio institucional aos programas de pós-graduação, com o objetivo de melhorar os conceitos desses programas na CAPES.

- t) Promovam uma maior integração entre os diferentes programas e grupos de pesquisa, incentivando a formação de núcleos interdisciplinares que possam atuar conjuntamente na solução de problemas de interesse comum.
- u) Possibilitem a ampliação do número de bolsas fornecidas pelas agências financiadas as e a atualização de seus valores financeiros.
- v) Divulguem as atividades desenvolvidas pelos programas de pós-graduação utilizando as diferentes mídias (internet, folders, cartazes, Jornal da Universidade, Rádio Universitária, TV UFG, Canal 14).
- w) Consolidem o projeto de divulgação por meio eletrônico das revistas da universidade, bem como das teses e dissertações dos programas de pós-graduação.
- x) Implantem o Núcleo de Inovação Tecnológica e o Parque Tecnológico da universidade.

II – Programa de desenvolvimento, pesquisa e inovação

No Programa Desenvolvimento do Ensino de Pós-Graduação e da Pesquisa Científica, a UFG desenvolveu a ação denominada Funcionamento de Cursos de Pós-Graduação. A universidade apresentou, ao longo da última década, uma expressiva evolução em sua atuação neste nível de ensino, tendo registrado 40 Programas de Pós-Graduação *stricto sensu*, em 2009, sendo 21 os que oferecem mestrados acadêmicos, 15 aqueles que oferecem as opções de mestrados e doutorados acadêmicos e 04 oferecem doutorado apenas. Na pós-graduação, a proposta da UFG no REUNI também prevê um incremento nas novas matrículas e no número de programas que deverão ser criados no período de 2008 a 2012. Em 2009 foram aprovados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) oito novos cursos: (a) três doutorados que integram programas já existentes nas áreas de Enfermagem, Matemática e Sociologia; (b) dois doutorados que deram origem a novos programas: Nanotecnologia e Ciência da Computação. Importa destacar que os dois doutorados que deram origem a novos programas são cursos/programas que foram concebidos em associação com outras Instituições de Ensino Superior (IES). O primeiro tem como instituição proponente a UFG e o segundo a UFMS; (c) Um programa de Mestrado/Doutorado na área de Genética e melhoramento de plantas; (d) Um programa de Mestrado profissional na área de Saúde Coletiva. Em 2009 o Programa de Ciência Animal da UFG concluiu o Programa de Doutorado Interinstitucional (DINTER), oferecido em parceria com a Universidade Federal do Tocantins (UFT). Uma nova turma fora de sede foi aprovada pela CAPES, e será feita

mediante parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano). O Programa de Educação da UFG continua executando um DINTER com a UFT. Contudo, a CAPES já autorizou a oferta de uma nova turma nos campi de Catalão e de Jataí, com participação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG). Foram também autorizadas pela CAPES as seguintes turmas fora de sede: (a) DINTER em Medicina Tropical, para as Universidades Estaduais do Maranhão e do Piauí; (b) DINTER em Ciências Ambientais, para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais, Campus Rio Pomba (IF Sudeste MG); (c) MINTER Programa de Mestrado Interinstitucional em História, para o Instituto Federal Tecnológico de Goiás. O quadro seguinte resume a situação atual dos cursos de mestrado e doutorado da UFG com os respectivos conceitos emitidos pela CAPES no último triênio:

PROGRAMA	NÍVEL	CONCEITO
AGRONEGÓCIO	M	3
AGRONOMIA-PRODUÇÃO VEGETAL-CAJ	M	3
AGRONOMIA	M/D	4/4
ANTROPOLOGIA SOCIAL	M	3
ARTE E CULTURA VISUAL	M/D	4/4
BIOCIÊNCIAS	M	4
BIODIVERSIDADE VEGETAL	M	3
BIOLOGIA	M/D	3/3
CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	M	3
CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	D	4
CIÊNCIA E TECNOLOGIA ALIMENTOS	M	3
CIÊNCIA ANIMAL	M/D	4/4
CIÊNCIAS AMBIENTAIS	D	5

(continua)

PROGRAMA	NÍVEL	CONCEITO
CIÊNCIAS DA SAÚDE	M/D	4/4
CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS	M	3
COMUNICAÇÃO	M	3
CULTURA VISUAL	M	4
DIREITO AGRÁRIO	M	3
ECOLOGIA E EVOLUÇÃO	M/D	5/5
EDUCAÇÃO	M/D	5/5
EDUCAÇÃO/CAMPUS CATALÃO	M	3
EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS E MATEMÁTICA	M	3
ENFERMAGEM	M/D	4/4
ENGENHARIA CIVIL	M	3
ENGENHARIA ELÉTRICA E DA COMPUTAÇÃO	M	3
ENGENHARIA DO MEIO AMBIENTE	M	3
ENSINO NA SAÚDE	F	3
FILOSOFIA	M	4
FÍSICA	M/D	4/4
GENÉTICA E MELHORAMENTO DE PLANTAS	M/D	4/4
GEOGRAFIA	M/D	5/4
GEOGRAFIA- CAJ	M	3
GEOGRAFIA-CAC	M	3
GEOTECNIA E CONSTRUÇÃO CIVIL	M	3
HISTÓRIA	M/D	4/4
LETRAS E LINGÜÍSTICA	M/D	4/4
MATEMÁTICA	M/D	4/4
MEDICINA TROPICAL E SAÚDE PÚBLICA	M/D	5/5
MÚSICA	M	3
NANOTECNOLOGIA FARMACÊUTICA	D	4
NUTRIÇÃO E SAÚDE	M	3
ODONTOLOGIA	M	4
QUÍMICA	M	3
QUÍMICA	D	4
SAÚDE COLETIVA	F	3
SOCIOLOGIA	M/D	4/4

Outra ação vinculada diretamente à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG) é a “Pesquisa Universitária e Difusão de seus Resultados”. Esta constitui também ação estratégica para o desenvolvimento do país e consta da Lei Orçamentária da UFG. A participação brasileira na produção científica mundial tem aumentado sistematicamente nos últimos anos, correspondendo a mais de 2%, o que situa o Brasil em um significativo 15º lugar entre todas as nações do mundo. No período de 1981 a 2006, o aumento global da produção científica mundial duplicou, enquanto no Brasil ela foi multiplicada por nove. Este resultado, medido pela publicação de artigos em periódicos indexados, está intimamente relacionado à expansão e consolidação da pós-graduação no país, sobretudo nas universidades públicas federais. A tabela seguinte mostra a distribuição dos programas de pós-graduação stricto sensu no Brasil, excluídos os profissionais, o que ilustra o importante papel

desempenhado pelas universidades públicas federais na minimização das assimetrias regionais, sendo o único sistema com programas de pós-graduação em todos os estados brasileiros.

NÚMERO DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DAS IES EM CADA ESTADO BRASILEIRO*					
ESTADO	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PARTICULAR	COM/CONF/FIL AN
RONDÔNIA	4	-	-	-	-
ACRE	4	-	-	-	-
AMAZONAS	26	3	-	1	-
RORAIMA	3	-	-	-	-
PARÁ	39	1	-	2	-
AMAPÁ	3	-	-	-	-
TOCANTINS	3	-	-	-	-
MARANHÃO	12	2	-	-	-
PIAUÍ	9	-	-	-	-
CEARÁ	43	14	-	5	-
RIO GR. DO NORTE	39	-	-	1	-
PARAÍBA	46	1	-	-	-
PERNAMBUCO	69	5	-	1	6
ALAGOAS	18	-	-	-	-
SERGIPE	8	-	-	2	-

(Continua)

NÚMERO DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DAS IES EM CADA ESTADO BRASILEIRO*					
ESTADO	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PARTICULAR	COM/CONF/FIL AN
BAHIA	43	22	-	4	4
MINAS GERAIS	167	4	-	5	22
ESPÍRITO SANTO	25	-	-	1	-
RIO DE JANEIRO	170	50	-	9	37
SÃO PAULO	70	393	3	59	81
PARANÁ	52	67	-	11	14
SANTA CATARINA	49	8	8	-	13
RIO GR. DO SUL	123	-	-	2	73
MATO G. DO SUL	16	-	-	1	4
MATO GROSSO	15	1	-	-	-
GOIÁS	29	2	1	-	9
DISTRITO FEDERAL	52	-	-	1	10
TOTAL	1.137	573	12	105	273

Fonte: CAPES, Avaliação Trienal 2007, DAV/CAA
* Excluídos os Profissionais

O desenvolvimento científico, conjugado ao desenvolvimento tecnológico e à geração de patentes, são essenciais para a inserção brasileira, de forma sustentada, no concerto internacional das nações. A UFG tem contribuído para essa inserção, diversificando, ampliando e aprimorando suas atividades acadêmicas, tanto no que se refere a oferta de novos cursos de graduação e pós-graduação, como também, e principalmente, nas áreas de pesquisa

e inovação. Em 2009, por exemplo, os pesquisadores da universidade foram responsáveis pela publicação de 3.628 textos científicos em periódicos científicos indexados, livros, capítulos de livros e de trabalhos completos publicados em anais de congresso. Estes números refletem o fato de que a UFG contabiliza hoje 250 grupos de pesquisa cadastrados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e um expressivo número de 1.649 projetos de pesquisa em andamento na instituição. Também em 2009 a UFG passou a contar com 91 bolsistas de produtividade no CNPq, número que representa um crescimento aproximado de 200% em relação ao ano de 2006. Os pesquisadores da UFG elaboraram projetos de parcerias e convênios que possibilitaram o financiamento da pesquisa e da extensão, complementando, dessa forma, os recursos orçamentários destinados à instituição. Além dos recursos que são alocados diretamente para os pesquisadores e não são executados pela UFG, em 2009 a universidade aplicou um montante de R\$ 41.115.122,16, advindos da execução de diversos convênios e descentralizações do Ministério da Educação (MEC) e de outros ministérios e organismos, tais como Ministério da Saúde (MS), Ministério da Cultura (MinC), Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Secretaria de Educação Superior (SESU), Fundo Nacional de Saúde (FNS), CAPES, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Em 2009, no Programa de Incubação de Empresas, inserido no Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT-UFG), a universidade contava com 12 empresas incubadas, com mais duas graduadas no período, além de um total de seis empresas júnior, com estudantes provenientes de diferentes unidades acadêmicas. No mesmo ano, o NIT-UFG realizou o depósito de três patentes, e nove outras solicitações encontram-se em processo de busca em bancos de dados e elaboração da redação. O núcleo registrou o recebimento de três patentes em co-titularidade com a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade de Brasília (UnB), além de três outras patentes recebidas por transferência do CNPq. Encontra-se em andamento um termo de licença para teste, um termo de cessão e transferência, e dois registros de programa de computador.

APÊNDICE C

As metas e ações para a pós-graduação, pesquisa e inovação

Meta 1 – Apoiar a pós-graduação lato sensu na UFG- modalidades presencial e a distância

Ações: • apoio à criação de novos cursos lato sensu, por demanda. • adequação da resolução normativa. • promoção do aprimoramento dos critérios de análise quando da solicitação de novos cursos/turmas. • acompanhamento da execução do projeto dos cursos. • apoio à divulgação dos resultados dos projetos de discentes no portal de divulgação do Sibi bem como em eventos científicos. • incentivo à realização de seminários de avaliação quando do término de cada turma. • realização de reuniões anuais com coordenadores/docentes dos cursos lato sensu.

Meta 2 - Expandir a Pós-Graduação stricto sensu na UF

Ações: • incentivo à criação de cursos/programas de pós-graduação stricto sensu em áreas e setores estratégicos para o estado e região. • incentivo à ampliação do número de vagas discentes nos cursos existentes. • incentivo à ampliação do número de orientadores nos programas cuja produção científica seja compatível com os critérios estabelecidos na área dos programas. • incentivo ao aumento do número de orientados por orientador, obedecendo aos limites estipulados pela capes. • gestão para aumento do número de bolsas nos programas. • incentivo ao aumento na captação de recursos financeiros pelos programas visando sustentação das teses e dissertações. • incentivo ao aumento na oferta de Minter e Dinter para outras IES do país. • gestão para oferta de espaço físico e servidores técnico-administrativos em educação aos programas. • incentivo à criação de cursos/programas de pós-graduação stricto sensu nos câmpus do interior • promoção de programas Minter e Dinter com outras IES do país

Meta 3 - Consolidar os Programas de Pós-Graduação Stricto sensu da Universidade e elevar os conceitos CAPES

Ações: • realização de seminários anuais de autoavaliação da pós-graduação. • manutenção do apoio financeiro aos programas para execução de projetos e atividades de pesquisa. • apoio ao desenvolvimento de projetos de pesquisa em parceria com outras instituições brasileiras e internacionais. • apoio à agregação de doutores aos PPG via editais. • priorização dos programas no contexto dos editais Pro-Infra. • apoio financeiro e logístico à publicação em veículos de comunicação. • estímulo à publicação conjunta discente/orientador. • gestão de parcerias com agências de fomento para aumento das cotas de bolsas. Implantação do programa pós-doutoral na UFG.

Meta 4 – Internacionalizar os Programas de Pós-Graduação (PPG)

Ações: • implantação de uma política de apoio a afastamentos para eventos no exterior. • estímulo aos docentes integrantes dos PPGs a realizarem pós-doutorado no exterior. • estímulo ao desenvolvimento de projetos de pesquisa cooperativos em parceria com instituições estrangeiras. • implantação de uma política visando participação de pesquisadores visitantes internacionais nos PPGs. • incentivo à ampliação da participação de doutorandos no programa de doutorado de estágio no exterior - PDEE (doutorado sanduíche). • estímulo à participação de docentes em bancas de defesa em instituições estrangeiras. • apoio ao estabelecimento de convênios/parcerias com instituições de ensino e pesquisa internacionais

tendo como foco os PPGs. • estímulo à prática do compartilhamento de informações de alto nível providas de • cientistas por teleconferência

Meta 5 – Aumentar qualitativa e quantitativamente a produção científica, tecnológica e artística da Universidade

Ações: • apoio à publicação de artigos e outros meios de divulgação de produtos de estudos e pesquisas desenvolvidas nas unidades acadêmicas de Goiânia e nos • câmpus do interior. • apoio financeiro à participação de docentes e discentes doutorandos dos PPG em eventos no exterior. • implantação do prêmio pesquisa da UFG. • apoio ao estabelecimento de parcerias científicas internacional.

Apoio às iniciativas de estágio pós-doutoral e missões de estudo no exterior. • apoio à elaboração/execução de projetos de pesquisa com potencial para geração de resultados publicáveis. • prospecção e divulgação de editais de fomento a pesquisa com subsequente estímulo à aplicação, preferencialmente no formato de redes. • implantação de um centro de estatística para apoio na análise de resultados das pesquisas da UFG. • apoio aos núcleos de pesquisa da instituição. • apoio à criação de redes de pesquisa que integrem os pesquisadores da UFG bem com outros de instituições do estado e da região centro oeste em diferentes áreas do conhecimento. • realização de seminários anuais de pesquisa na UFG tanto nos câmpus de Goiânia quanto nos câmpus do interior, visando à interação continuada entre os • pesquisadores/grupos de pesquisa. • concorrência a todos os editais institucionais, visando atendimento da infra- estrutura necessária ao desenvolvimento das pesquisas na UFG considerando tanto os câmpus de Goiânia quanto do interior. • implantação do biotério UFG, visando dar suporte à criação e manutenção de animais isogênicos e de qualidade, utilizáveis em pesquisa tanto para os câmpus de Goiânia quanto do interior. • apoio financeiro aos projetos e atividades de pesquisa – fonte UFG, 6% do orçamento líquido de custeio. • apoio ao aumento do número de grupos de pesquisa consolidados na UFG. • apoio a formação de novos grupos de pesquisa com elevada densidade científica. • apoio à manutenção dos equipamentos dos laboratórios de pesquisa da universidade.

Meta 6 – Ampliar e consolidar o programa de iniciação científica e tecnológica na Universidade

Ações: • incentivo à ampliação da demanda de projetos - Pibic/Pivic. • gestão de parcerias com agências de fomento para aumento na concessão de bolsas de Pibic. • estabelecimento de critérios para as unidades acadêmicas de Goiânia e câmpus do interior, quando da indicação dos membros do comitê interno Pibic/Pivic. • realização de seminários anuais de avaliação – jornadas - de iniciação científica com participação do comitê externo do CNPQ. • apoio à realização de seminários de iniciação científica nos câmpus do interior. • implantação do programa de bolsas de iniciação em desenvolvimento tecnológico e inovação (Pibiti). • estabelecimento do número de cotas de bolsas que atendam às particularidades dos câmpus do interior. • ampliação do número de vagas em programas de iniciação científica e tecnológica dos câmpus do interior

Meta 7 – Aumentar a captação de recursos financeiros para a Universidade via projetos de pesquisa

Ações: • incentivo ao aumento quantitativo de projetos de pesquisa que propiciem a captação de recursos financeiros. • divulgação de forma sistemática dos editais de fomento das diversas agências de • fomento, com identificação do público alvo com subsequente estímulo à aplicação aos mesmos. • criação de um centro de apoio à elaboração de projetos que atenda a

todos os câmpus da UFG. • gestão de parcerias com agências de fomento, visando à indução de editais estratégicos para o estado e a região. • elaboração de propostas a todas as demandas que tenham como proponente a instituição.

Meta 8 – Consolidar e Ampliar o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)

Ações: • promoção de estratégias que visem a valorizar o Cep/UFG e a sua importância para a pesquisa na instituição. • apoio à capacitação e qualificação permanente dos conselheiros. • efetivação da participação da ufg no comitê de ética em pesquisa com uso de animais – CEUA. • ampliação do número de conselheiros com destaque para a área animal e de humanidades. • credenciamento do Cep com organismos internacionais de ética em pesquisa. Implantação de Ceps nos câmpus de interior. • promoção de seminários nos câmpus da UFG, que discutam a ética na pesquisa e que tenham a participação da comunidade acadêmica e de pessoas externas à universidade.

Meta 9 – Implementar e consolidar o setor de transferência e inovação tecnológica

Ações: • implantação da política de transferência e inovação tecnológica. • disseminação do conhecimento relativo à transferência e inovação tecnológica no âmbito da UFG. • consolidação do escritório de patentes e de transferência de tecnologia. • apoio à implantação do parque tecnológico de goiás. • facilitação ao estabelecimento de parcerias público-privadas. • implantação do centro regional de tecnologia de materiais do centro na UFG. • ampliação do Proine. • gestão para agregação ao setor de TAEs com o perfil requerido à transferência e inovação tecnológica. • ampliação do espaço físico para o Proine. • apoio à capacitação e qualificação dos recursos humanos atuantes no setor. • ampliação e consolidação do programa de empresa júnior.

Promoção na UFG da cultura do empreendedorismo em áreas pertinentes. • realização de seminários anuais no contexto da transferência e inovação tecnológica.

Meta 10 – Consolidar os periódicos científicos da UF

Ações: • apoio ao processo de indexação dos periódicos da UFG em bases de abrangência nacional e internacional-. • ampliação do Proapupec. • consolidação do sistema de editoração eletrônica das revistas.

Meta 11 – Apoiar a Unidade de Conservação, Reserva Biológica Serra Dourada e o CDIM

Ações: • construção de espaço físico para o herbário. • apoio logístico e financeiro à manutenção/conservação da reserva biológica serra dourada. • apoio logístico e financeiro à manutenção e conservação da flora e fauna do Bosquest. Hilaire. • apoio aos projetos de pesquisa realizados no CDIM • apoio à publicação científica originada das atividades dos órgãos

Meta 12 – Apoiar o Sistema de Bibliotecas –SI

Ações: • apoio à realização de eventos promovidos pelo órgão. • ampliação do acervo bibliográfico do Sibi. • apoio à realização de seminários anuais do Sibi-ufg. • apoio à qualificação/capacitação do recursos humanos do órgão. • ampliação do acervo bibliográfico do Sibi nos câmpus do interior. • contratação de servidores exclusivos para o cargo de auxiliar de biblioteca e para o cargo de bibliotecário-documentalista

Meta 13 – Apoiar o Museu Antropológico

Ações: • apoio à realização de eventos científicos e pesquisas idealizadas pelo órgão. • apoio logístico e financeiro às atividades de curadoria do museu antropológico. • apoio à qualificação/capacitação do recursos humanos do órgão

Meta 14 – Aumentar a visibilidade da pesquisa científica, tecnológica, de inovação e artística desenvolvida na universidade

Ações: • participação na execução anual do CONPEEX. • apoio à realização de eventos científicos no âmbito dos PPG. • promoção anual de cursos, minicursos, palestras, oficinas, sobre as diversas • temáticas de pesquisa da UFG, abertas à sociedade. • consolidação do portal de informação da produção científica no SIBI-UFG.

Meta 15 – Consolidar as atividades administrativas da PRP

Ações: • criação de um grupo gestor para acompanhamento das execuções dos diferentes projetos pro-infra da instituição. • criação de uma comissão de triagem para as solicitações de reconhecimento de títulos acadêmicos. • adequação da resolução normativa de reconhecimento de títulos acadêmicos. • adequação da resolução normativa que versa sobre afastamentos da instituição. • melhoria dos sistemas informatizados da PRPPG- Sispg, Sispibic e Saap. • criação de um sistema informatizado para extração da produção científica da UFG do CV Lattes.

Meta 16 Realizar Congresso científico nos Campi do Interior

Ações: • criação de comitê interno pibic em cada câmpus do interior. • constituição do externo de pesquisadores do CNPQ

